

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANA DE CONTO

**GRAMÁTICA NA ANTIGUIDADE TARDIA: PRISCIANO E SUA
*INSTITUTIO DE NOMINE ET PRONOMINE ET VERBO***

CURITIBA
2011

LUANA DE CONTO

GRAMÁTICA NA ANTIGUIDADE TARDIA: PRISCIANO E SUA
INSTITUTIO DE NOMINE ET PRONOMINE ET VERBO

Dissertação apresentada à banca avaliadora como requisito para a obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, Linha de Pesquisa História e Filosofia da Linguística da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Borges Neto

Co-orientador: Prof. Dr. Rodrigo Tadeu
Gonçalves

CURITIBA
2011

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Conto, Luana de
Gramática na antiguidade tardia : Prisciano e sua *Institutio de nomine et pronomine et verbo* / Luana de Conto – Curitiba, 2011.
107 f.

Orientador: Prof^º. Dr^º. José Borges Neto
Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Gramática antiga. 2. Língua latina – Estudo e ensino.
3. Prisciano. I. Título.

CDD 415



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

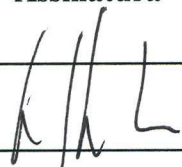

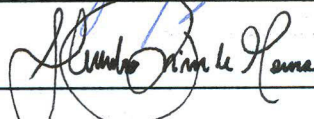
P A R E C E R

Defesa de dissertação da mestranda LUANA DE CONTO para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

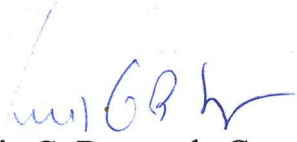
Os abaixo assinados JOSÉ BORGES NETO, MARCOS MARTINHO DOS SANTOS e ALESSANDRO HENRIQUE POERSCH ROLIN DE MOURA arguiram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“GRAMÁTICA NA ANTIGUIDADE TARDIA: PRISCIANO E SUA *INSTITUTIO DE NOMINE ET PRONOMINE ET VERBO*”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
JOSÉ BORGES NETO		A
MARCOS MARTINHO DOS SANTOS		A
ALESSANDRO H. P. ROLIN DE MOURA		A

Curitiba, 06 de março de 2012


Luis G. Bueno de Camargo
Coordenador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

Ata quingentésima quadragésima sétima, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu a mestranda **LUANA DE CONTO**. No dia seis de março de dois mil e doze, às quatorze horas, na sala 1020, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **JOSÉ BORGES NETO**, Presidente, **MARCOS MARTINHO DOS SANTOS** e **ALESSANDRO HENRIQUE POERSCH ROLIN DE MOURA**, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada “GRAMÁTICA NA ANTIGUIDADE TARDIA: PRISCIANO E SUA *INSTITUTIO DE NOMINE ET PRONOMINE ET VERBO*”, apresentada por **LUANA DE CONTO**. A sessão teve início com a apresentação oral da mestranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor **JOSÉ BORGES NETO** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia seis de março de dois mil e doze. xxx



Dr. José Borges Neto



Dr. Marcos Martinho dos Santos



Dr. Alessandro H. P. Rolin de Moura



Luana de Conto

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo fomento à pesquisa.

À minha família, apoio incondicional.

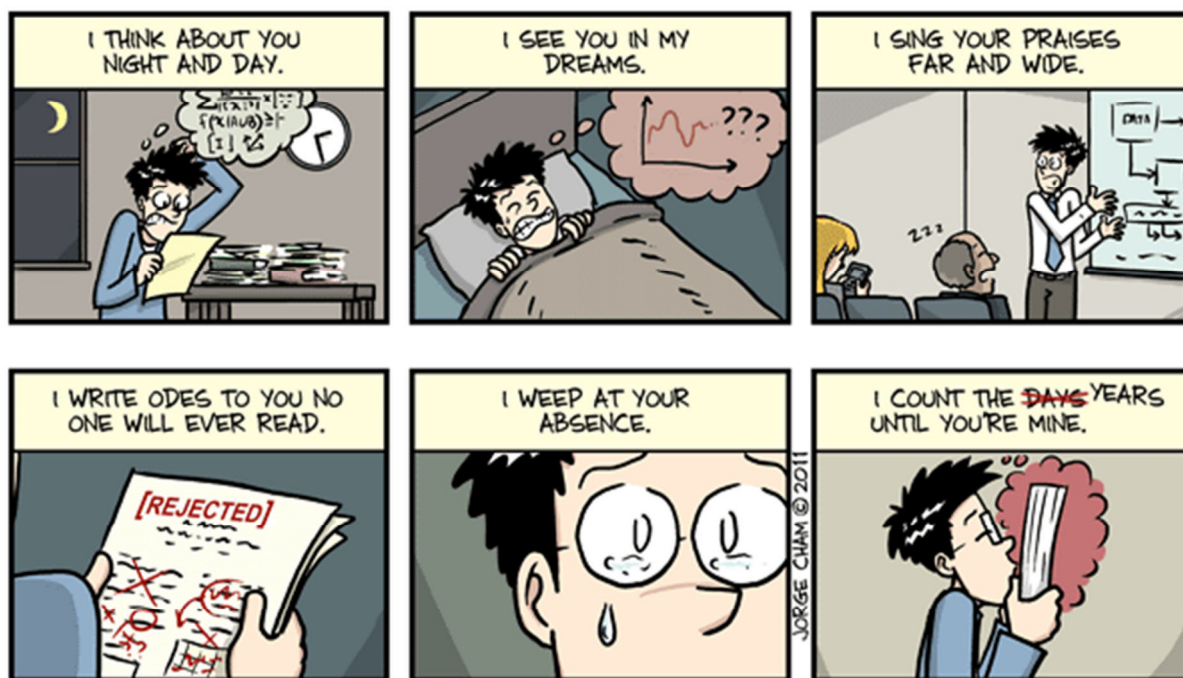
Aos orientadores, pacientes bons leitores que são.

Aos diletos professores do programa, amigos sempre presentes.

Aos amigos, em especial à Jeniffer, cumplicidade bem humorada em diversos momentos.

À banca, Prof. Alessandro Rolim de Moura e Prof. Marcos Martinho dos Santos, pela interlocução.

HOW DO I LOVE YOU, THESIS?
LET ME COUNT THE WAYS...



RESUMO

Este trabalho trata da relação entre a gramática antiga e o ensino de língua estrangeira na antiguidade. O objeto de estudo é uma gramática de latim de Prisciano (séc. VI): a *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*. Essa gramática contém apenas uma descrição detalhada da morfologia flexional da língua latina e por isso é caracterizada como uma gramática de estilo *regulae*, de modo que seria usada junto com gramáticas mais extensas, complementando o aprendizado. Prisciano a compôs em Constantinopla e certamente seu público alvo era de falantes de grego, o que pode ser percebido através da expressiva presença de nomes gregos entre os exemplos, de traduções para o grego de termos latinos e através do uso da língua grega como recurso para a explicação da gramática latina. Este trabalho investiga ainda as motivações do ensino de latim como língua estrangeira no leste do Império, estabelecendo uma relação entre o prestígio da língua latina, usada como variante super-alta, e a aristocracia burocrática, que alcançava cargos administrativos e buscava legitimação através do domínio da língua.

Palavras-chave: Gramática antiga. Prisciano. Latim como língua estrangeira.

ABSTRACT

This thesis deals with the relation between ancient grammar and foreign language teaching in Antiquity. The object of this study is a Latin grammar written by Priscian (6th century): *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*. This grammar contains nothing but a detailed description of the inflectional morphology of Latin and, for that reason, it is classified as a grammar of *regulae* type, so that it should be used conjointly with more extensive grammars, as a learning supplement. Priscian has written it at Constantinople and his target certainly was Greek speakers, which can be observed in the expressive presence of Greek names among the examples, in the presence of Greek translations of some Latin terms and in the use of the Greek language as a tool for the explanation of Latin grammar. This work also investigates the motivation of teaching Latin as a foreign language in the Eastern Roman Empire, establishing a connection between the prestige of Latin, which was used as a super-high variant, and the aristocracy of service, who reached the administrative posts and sought legitimacy through language proficiency.

Keywords: Ancient grammar. Priscian. Latin as a foreign language.

SUMÁRIO

Introdução	1
1 Panorama Histórico	4
1.1 Mudanças Políticas	6
1.2 A Mudança na Geografia dos Polos Culturais	12
1.3 A Condição Social dos Gramáticos	16
1.4 A Datação de Prisciano	22
1.5 Em suma	25
2 Educação na Antiguidade	27
2.1 A Educação Romana Clássica e Tardo-antiga	27
3 Gramática na Antiguidade	35
3.1 Na Grécia	36
3.2 Em Roma	42
3.3 Em Constantinopla	47
4 O Contexto Linguístico	51
4.1 Influências Linguísticas	52
4.2 O Convívio das Línguas no Leste	55
4.3 Uma reflexão sociolinguística sobre a situação do leste do Império	59
4.4 Efeitos de um contexto multilíngue no ensino	67
5 <i>Institutio de nomine et pronomine et uerbo</i>	70
5.1 Método acerca do Nome, do Pronome e do Verbo de Prisciano de Cesareia	71
5.2 Questões levantadas acerca do texto	91
Considerações Finais	99
Referências Bibliográficas	101
Apêndice	105

INTRODUÇÃO

Um estudo como o que se pretende nesta dissertação, que investiga o desenvolvimento de uma disciplina do conhecimento humano, só alcança resultados satisfatórios se encontrar a ótica que possibilitou o florescimento de seu objeto de estudo, justamente porque esse objeto não existe isolado, mas é parte de um contexto maior que determina muitos de seus aspectos.

Esta pesquisa faz parte de um trabalho de análise da obra de Prisciano que vem sendo desenvolvido há algum tempo e que mostra suas conclusões iniciais na monografia de conclusão de curso desta autora (CONTO, 2009). Pode-se dizer que na monografia há uma análise textual da *Institutio*, que aponta as estratégias de descrição morfológica, a organização sistemática e aspectos de redação. Agora parece necessário que essas informações encontrem relações dentro do tema da gramática antiga e do período histórico em que se insere essa obra, relações que justifiquem as características que a obra apresenta. Assim, o objetivo maior desta pesquisa é esclarecer aspectos definidores da natureza da obra de Prisciano, sobretudo da *Institutio*, que não são encontrados no texto, mas que constituem a situação que levou à produção de um texto como esse.

Por isso, este texto percorre um caminho que se inicia explorando o contexto histórico da antiguidade tardia, período que compreende a época em que viveu nosso autor Prisciano. No primeiro capítulo, o leitor encontrará um breve panorama acerca das transformações que mexeram com a percepção da realidade do mundo romano, isto é, o território sob o domínio romano, que vivia imerso na cultura clássica. Há uma ênfase sobretudo nos tópicos que concernem o contexto de Prisciano enquanto gramático em Constantinopla na virada do século VI: a instituição da capital do oriente, a distribuição dos polos culturais e o papel do gramático naquela sociedade. Também há neste capítulo uma biografia resumida do autor, inserindo-o no momento histórico apresentado.

Tendo em vista que a obra gramatical responde à necessidade de ensino de latim, entende-se que é relevante compreender o modo em que se dava o ensino na antiguidade

tardia, pois certamente ele se baseava em métodos distintos dos atuais. Além disso, as motivações educacionais também eram diferentes das de agora, que se baseiam sobretudo numa formação obrigatória multidisciplinar. Sabemos que a educação romana se voltava para a formação do bom cidadão, baseando-se sobretudo no modelo do bom orador, de modo que as disciplinas de gramática e retórica fundamentavam o início do aprendizado nas escolas.

Desse modo, outra preocupação que cerca este estudo é a definição dos parâmetros de educação na antiguidade e no período tardio que se segue, especialmente no ensino das letras. Esse assunto é abordado mais detidamente no segundo capítulo, mostrando o modelo de ensino e os desafios que as mudanças no contexto social impuseram a esse ensino, como o avanço do cristianismo. Um aspecto de grande relevância para a compreensão do ensino nessa época é o acesso à educação: como não havia uma sistematização que oferecesse o ensino público, o acesso à educação acabava por definir o acesso à cultura e agravava ainda mais o abismo social entre ricos e pobres. Dessa maneira, fica clara a importância da educação enquanto ferramenta de distinção social e reafirmação da elite.

Não se poderia deixar de tratar do gênero gramatical, para que se possa entender de que tipo de manifestação cultural estamos tratando. Para isso, o terceiro capítulo ilustra a tradição gramatical, explicando a gênese da corrente alexandrina e ressaltando o modo como o intercâmbio entre romanos e gregos sempre foi muito acurado, a ponto de a tradição moldar um gênero de pouca flexibilidade, mas de grande influência no comportamento da sociedade. Por isso, há neste capítulo um panorama da introdução da gramática de tradição helênica no mundo romano e sua aplicação na antiguidade tardia, com Prisciano. Não é do escopo desse trabalho esgotar a questão, mas este capítulo com certeza cumpre um papel introdutório no assunto e facilita o acesso à bibliografia mais especializada.

Como Prisciano ensinava em Constantinopla, numa região de domínio histórico da língua grega, o capítulo quarto aborda a questão linguística de convivência entre o latim e o grego no leste do império. Sabemos que o uso da língua latina nas esferas administrativas foi imposto por Constantino, mas é necessário delimitar em que medida esse uso se fazia de fato necessário, já que o grego era empregado em documentos nas mais variadas situações. Fato é que o nosso autor ocupava uma cátedra de língua latina na Universidade de Constantinopla e, portanto, havia um público interessado em sua matéria. A questão que se coloca é quem seria esse público, já que o ensino de gramática era voltado para crianças de menos de dez anos. Sem dúvida, a aristocracia burocrática, cuja fonte de poder econômico e social era a carreira administrativa, ocupava parte desse mercado. A simples influência sobre a elite dessa nova

possibilidade de enriquecimento pode explicar o interesse que moveria o público (seus filhos) às aulas de gramática latina, buscando adequar-se ao perfil da carreira administrativa.

No quinto capítulo, o leitor encontrará a contribuição mais significativa deste trabalho: a tradução da gramática *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*, de Prisciano. Essa tradução, cuja proposta inicial foi apresentada em Conto (2009), é um exemplar de uma gramática *regulae* do contexto tardio, que nos revela diversos aspectos do período.

Sabendo o que significava educar no contexto de Prisciano, no segundo subitem do quinto capítulo, são explicadas características que foram levantadas no texto da gramática *Institutio*, como a sistematização e a preocupação que o autor tem em oferecer exemplos de língua grega e comparações. Uma visão mais clara do aprendiz de latim potencial da época esclarecerá a conclusão a que se chegou na monografia de que o interlocutor pressuposto na *Institutio* é um falante de grego que tem conhecimento de latim e da organização da gramática em partes do discurso. Assim, a compreensão do momento histórico de Prisciano, engendrada nos capítulos anteriores, deve iluminar as conclusões extraídas do seu texto.

Ao fim do trabalho, espera-se ter esclarecido a questão principal acerca do fazer gramatical de Prisciano na *Institutio* e fica a tradução dessa pequena gramática de Prisciano, que pode servir aos demais interessados na disciplina da gramática antiga.

1 PANORAMA HISTÓRICO

Trataremos aqui de um período da história romana que é alvo de muita discussão. Por situarmos Prisciano na virada do século VI, deparamo-nos com um momento em que já há uma distinção mais clara entre ocidente e oriente e profundas mudanças já estão presentes no modo de vida. Discute-se se esse período pode ser considerado um momento de declínio da sociedade antiga, ou de transição da antiguidade para a idade média.

De um lado, a corrente liderada por Brian Ward-Perkins defende que as invasões bárbaras instituíram uma crise profunda na sociedade romana. Ward-Perkins (2005, p. 13; 43-45) afirma que as invasões teriam se dado sobretudo por imposição da força dos povos germânicos, frente a um império enfraquecido pelas guerras civis em que estavam imersas as forças militares e enfraquecido por uma inquietação social, gerada por revoltas que punham em alerta governantes já ocupados em afastar os bárbaros e brigar entre si, como a revolta dos *Bacaudae* (séc. V, Gália e Espanha). As reflexões de Ward-Perkins, carregadas do que ele próprio intitula “old certainties” (WARD-PERKINS, 2005, p. 1; 5), tendem a enfatizar o caráter destruidor das invasões e a progressiva decadência nos hábitos dos romanos rumo à idade média, como o enfraquecimento da economia e o desaparecimento da sofisticação em termos de conforto.

De outro lado, Peter Brown e outros autores encaram o período como um momento de transição, mas com características próprias, como a emergência de debates culturais e teológicos. Essa corrente enfatiza as transformações que ocorreram nessa época, como a mudança na religiosidade do homem tardo-antigo, que progressivamente abandona o paganismo diante do fortalecimento da instituição da Igreja. Subjaz nas reflexões de Brown uma preocupação em oferecer respostas que levem em conta a complexidade do gênero humano, respostas que vão além da mera justificativa apoiada na crise do século III. Segundo Brown (1978, p. 4), “A period of military defeat and of undeniable insecurity among the governing classes of the Roman Empire may not have had repercussions in Roman society at

large sufficiently drastic to produce, by way of immediate reaction, the religious changes we ascribe to this period.”¹

Nessa mesma linha de reflexão está o autor Robert A. Kaster, que publicou um estudo muito importante acerca da condição social dos gramáticos na antiguidade tardia. Sua obra *Guardians of the Language: The Grammarians and the Society in Late Antiquity* (KASTER, 1988) faz parte de uma coleção editada justamente por Peter Brown, e publicada pela University of California Press sob o título *The Transformation of the Classical Heritage*. Essa obra nos propicia um olhar social acerca das condições da profissão do gramático e nos permite compreender vários aspectos da sociedade romana tardo-antiga.

Neste trabalho, preferimos a visão da linha de Peter Brown, por entendermos que os reflexos das invasões foram sentidos com bem menos intensidade na região do Império do Oriente, região que mais nos interessa. Como o próprio Brown afirma: “O declínio e a queda afectam unicamente a estrutura política das províncias romanas do Ocidente; deixam incólume o centro cultural da Antiguidade – o Mediterrâneo Oriental e o Próximo Oriente.” (BROWN, 1971, p. 20)

A fim de localizar o momento da discussão que se pretende fazer neste trabalho, este capítulo concentra resenhas que ilustram um breve panorama da situação do Império Romano no período a que é creditado o fim do Império do Ocidente e a ascensão de Bizâncio. Primeiro, serão esboçadas brevemente as transformações que delinearam a sociedade tardo-antiga até o reinado de Justiniano. No segundo subitem, trataremos especificamente das mudanças nos polos de cultura, baseando-nos sobretudo nas reflexões de Cavallo (1975; 1994). Trataremos das reflexões de Kaster (1988) acerca dos gramáticos mais adiante, no subitem 1.3. Por fim, situaremos o autor Prisciano, tendo como base a datação oferecida por Ballairá (1989), e ofereceremos um apanhado acerca das influências que os acontecimentos anteriores podem ter exercido no trabalho desse gramático.

¹ Todas as traduções de citações são de minha autoria, exceto onde se indica outro tradutor. “Um período de derrota militar e de inegável insegurança entre as classes mandatárias do Império Romano pode não ter tido uma repercussão suficientemente drástica na sociedade romana em geral, a ponto de produzir, como reação imediata, as mudanças religiosas que atribuímos ao período.”

1.1 MUDANÇAS POLÍTICAS

Um ponto de partida interessante para situar as mudanças ocorridas no Império Romano talvez seja discutir as consequências da expansão romana. Brown (1971, p. 13-14) chama atenção para o fato de que havia dois mundos no Império Romano: o das cidades marítimas, banhadas pelo Mediterrâneo, e o das cidades do interior, que ficavam distantes da efervescência dos grandes centros.

As cidades mais próximas da região costeira contavam com a facilidade do transporte marítimo, que lhes propiciava o intercâmbio comercial e cultural. Já as cidades mais longínquas sofriam as penas do transporte terrestre, que deixava muito a desejar; apesar da rede de estradas romanas, os habitantes sobreviviam com o que era produzido num raio de distância restrito, em função da dificuldade do transporte. Administrar um território do tamanho do império romano no século II revelou-se uma tarefa dispendiosa, pois eram necessários diversos funcionários (soldados, administradores, mensageiros) para manter a unidade política e assegurar o recolhimento dos impostos.

Apesar dessa sensível divisão gerada pela localização das cidades, a elite se esforçava para manter a sua uniformidade, reafirmando sua distinção através dos costumes (*mores*), da cultura clássica e da língua (BROWN, 1971, p. 14). Os membros das classes mais altas impunham a seus aspirantes o seu estilo de vida, sua educação, suas tradições e a expressão das duas línguas de cultura: o latim ou o grego. Em oposição a esse modo de vida romano estão os bárbaros, que desconhecem os costumes, a tradição, a língua.

As invasões bárbaras que atingiram o Império a partir de 240 mexeram com a estabilidade do governo porque se deram numa intensidade que a máquina estatal não estava preparada para dissipar. A isso, sucedeu uma onda de instabilidade política: usurpações promovidas por forças militares minavam a unidade política. A solução foi trazida justamente por uma revolução militar, que tirou o senado das funções militares e reformou o exército, aumentando o número de homens e separando-os em destacamentos mais flexíveis para estancar as incursões bárbaras. A consequência dessa reforma é que se aumentam os gastos, e também os impostos e a burocracia. A partir de 297, havia o que Maier chama de “un diluvio de declaraciones de impuestos y de notificaciones de reparto” (MAIER, 1972, p. 35).

O nome do imperador Diocleciano (que governou de 284 a 305) é frequentemente ligado à burocracia romana, pois, em busca de assegurar as necessidades do exército e a

defesa do Império, ele foi responsável por várias medidas de controle estatal e inchaço tributário. A questão é que Diocleciano conseguiu domar as finanças estatais prevendo o montante que seria coletado pelas taxas. Enquanto os soldados romanos eram dispendiosos para o estado porque demandavam formação, sustento e carreira, a contratação de soldados bárbaros diminuía o custo militar. Os bárbaros foram encontrando espaços de penetração na sociedade romana, sobretudo fortalecendo o próprio exército romano. Segundo Maier (1972, p. 36), as legiões romanas foram reduzidas em um terço, enquanto as formações auxiliares bárbaras se tornavam cada vez mais importantes na defesa do Império.

A burocracia no Império tardo-antigo envolvia um corpo de funcionários administrativos, regulados por uma hierarquia rígida de títulos, e especialização das funções exercidas por eles, com direitos e deveres muito bem estabelecidos. Além disso, o sistema contava também com um mecanismo de controle, baseado na censura de correspondências e no serviço de delatores (MAIER, 1972, p. 32-33). Sarris (2002, p. 24) chama atenção para o fato de que os postos de oficiais a serviço da administração acabavam sendo preenchidos pelo estrato social dominante, que já monopolizava os conselhos das províncias, e “a new imperial aristocracy of service thus emerged”², afirma o autor.

O aparato burocrático estava diretamente subordinado ao imperador, a serviço de impor a sua vontade, e acabou engessando o funcionamento da máquina estatal.

Las interminables guerras fronterizas y el aparato burocrático, constantemente ampliado, elevaron cada vez más las necesidades financieras del tardío estado romano. El inicial estatismo del sistema se transformó pronto en fiscalismo. La burocracia imperial, al tiempo que constituía un instrumento de administración y de poder, era también un medio de explotación. La corrupción crónica de la burocracia no contribuyó a mejorar la situación. (MAIER, 1972, p. 37)

Assim, o Império vinha se desgastando não só pelo enfrentamento com os bárbaros, mas também pela exploração progressiva que sua própria situação o obrigava a impor.

Preocupado com a defesa de todo o território, Diocleciano instaurou em 293 o governo em tetrarquias, que era formado por dois Augustos, para prover uma guarda mais efetiva nos dois lados do Império, ocidente e oriente, e também dois Césares, que viriam a suceder os Augustos quando esses deixassem seu posto. Com isso, o imperador conseguiu definir uma linha sucessória, que punha fim momentaneamente às constantes usurpações que vinham abalando a estabilidade política do Império até então.

² “assim, emergiu uma nova aristocracia burocrática imperial”.

Depois de Diocleciano, outro imperador que merece destaque é Constantino. Este reinou absoluto depois de ter dissolvido a tetrarquia de que fazia parte, combatendo seus opositores. Constantino é o responsável, juntamente com Licínio, pelo edito de Milão, publicado em 313, que reafirmava o edito de tolerância religiosa promulgado por Galério em 311. O cristianismo passou a ser reconhecido como religião legítima do estado, contudo sem excluir os demais cultos. O fato de que o próprio Constantino tenha se convertido costuma ganhar destaque nos relatos do desenvolvimento do cristianismo, mas é questionável em que medida essa atitude do imperador pode ser considerada ideológica ou simplesmente política (cf. LEMERLE, 1991, p. 12-13).

Por mais que o edito de Milão não tenha feito do cristianismo a religião oficial do estado, as relações entre o poder religioso e o poder temporal ficaram cada vez mais intrincadas. Para Maier (1972, p. 41), “La simple equiparación jurídica abrió a la Iglesia enormes posibilidades de desarrollo.” A Igreja foi alcançando medidas estatais em seu favor, como o direito dos bispos de arbitrar em processos civis, o direito das comunidades religiosas de construir patrimônios e receber heranças testamentárias, e o reconhecimento do domingo como dia santo. Essa progressiva fusão com o Estado deu à Igreja poder e liberdade para o seu desenvolvimento, mas também levou a crises internas, pois implicava na renúncia de parte de sua independência. Por outro lado, para o Estado, a fusão com o cristianismo era um fator de unidade do império e de legitimação do poder, mas tinha o ônus da influência das questões religiosas em decisões políticas, a exemplo do cisma da Igreja entre católicos e ortodoxos.

O cisma religioso, segundo Maier (1972, p. 43), teria levado Constantino a fundar Constantinopla em 330, de modo a prover uma capital para o Império do Oriente. Pondo à parte sua localização extremamente favorável tanto ao comércio quanto à política, certamente a escolha da cidade de Bizâncio simbolizava questões outras: “Constantinopla representa el triunfo de aquella peculiar síntesis de dominación romana, cristianismo griego y cultura helenística-oriental, que había de mostrarse como eficaz poder en los siglos siguientes” (MAIER, 1972, p. 43). Sarris engrossa esse mesmo discurso quando reflete sobre a importância de Constantino nos rumos que o Império do Oriente tomou:

The history of the civilization we call Byzantine is inextricably bound up with the figure of the emperor Constantine. It was Constantine's city that was to serve as the capital and bastion of the medieval Byzantine empire. It was Constantine's conversion to Christianity, his establishment of his new faith as the favoured religion of the Roman state, and the extension of his rule over the culturally Greek-dominated eastern half of the Roman world, that permitted the fusing of Christian

religion, Roman imperial tradition, and Hellenic intellectual culture that was to characterize the emergent Byzantine thought-world.³ (SARRIS, 2002, p. 21)

O povoado grego de Bizâncio já existia na costa europeia do estreito de Bósforo, mas Constantino promoveu o desenvolvimento urbano da cidade, transformando-a em capital, com todos os adornos dignos de uma sede imperial. Sarris (2002, p. 21) afirma que dentro de cerca de cinco anos a etapa inicial do trabalho já estava satisfatoriamente concluída, de modo que em 330 a cidade foi reinaugurada sob o nome de Constantinopla.

Um ato de Constantino de grande importância que fomentou o desenvolvimento da cidade foi o estabelecimento de um senado na nova capital, direcionando o interesse das classes mais altas, aspirantes ao poder, para a capital do oriente. A aristocracia, que já vinha se interessando por ocupar os cargos administrativos desde a reformulação burocrática de Diocleciano, agora via possibilidades de carreira também no oriente.

The process of elite formation in particular was given added impetus in the eastern Mediterranean by the emperor's foundation of a senate in Constantinople. In order to consolidate his political position in the eastern provinces, it was vital that Constantine establish a personal connection and following amongst the leading administrators of the eastern bureaucracy and the dominant members of the civic councils. This he sought to do by showering upon them flattery, favours, and prestige.⁴ (SARRIS, 2002, p. 23)

Como Sarris (2002, p. 24) salienta, o imperador ofereceu terras àqueles que estabelecessem residência em Constantinopla, para atrair para a cidade homens de influência. Esta elite, cuja presença legitimou o status de capital da nova cidade, era também do interesse de Constantino, pois o imperador precisava fortalecer sua posição no oriente, porque ele havia conquistado a hegemonia do poder às custas de uma derrota do então Augusto do oriente Lícínio. Constantino havia subido ao poder no ocidente, quando foi aclamado Augusto pelo exército na Britânia, à ocasião da morte de seu pai Constâncio (em 306), e teve de ir às armas para depôr Maxêncio, usurpador que controlava Roma, e Licínio, que governava o oriente depois de ter deposto Maximino, sucessor de Galério.

³ “A história da civilização que chamamos bizantina está intimamente ligada à figura do imperador Constantino. Foi a cidade de Constantino que serviu de capital e baluarte do Império Bizantino medieval. Foram a conversão de Constantino para o cristianismo, o estabelecimento por ele de sua nova fé como a religião favorecida pelo estado romano e a ampliação de seu governo sobre a metade oriental do mundo romano, dominada culturalmente pelos gregos, que permitiram a fusão da religião cristã, da tradição imperial romana e da cultura intelectual helênica que veio a caracterizar a visão de mundo bizantina emergente.”

⁴ “O processo de formação da elite, em particular, recebeu um ímpeto adicional no leste do Mediterrâneo pela fundação de um senado em Constantinopla pelo imperador. Para consolidar sua posição política nas províncias do leste, era vital que Constantino obtivesse conexões pessoais e um séquito entre os administradores líderes da burocracia do leste e entre os membros dominantes dos conselhos das cidades. Isso ele procurou alcançar regando-os de elogios, favores e prestígio.”

Com essas políticas de favorecimento em prol da formação da elite, a articulação da aristocracia no senado e nas funções administrativas conferia uma unidade às classes altas que antes se ocupavam do poder local, segmentado nos conselhos das cidades, como afirma Sarris: “The long term consequence of these policies was to draw together the aristocracy of service of the eastern Mediterranean into a single political community, giving a sense of common interest and common identity to the ruling classes of the eastern provinces.”⁵ (2002, p. 24) Os cargos públicos, nesse momento, não só representam a classe mais alta, como também atraem a parcela da população aspirante à ascensão social.

Essa nova aristocracia burocrática, como é chamada essa classe que ingressou nos serviços públicos, tratou de aumentar seu patrimônio logo que estabeleceu as bases de sua autoridade social e política. O seu poder econômico se alargava à medida que eles expandiam suas propriedades de terra às custas dos proprietários mais humildes e por conta de terem sido isentos do pagamento de impostos, isenção concedida aos que desempenhavam funções públicas. Sarris (2002, p. 39) relata uma progressão repentina de vilas no século IV, registrada por arqueólogos tanto no ocidente como no oriente, o que seria um reflexo desse progresso econômico e social da nova aristocracia emergente.

O principal problema gerado pela isenção de impostos aplicada aos funcionários públicos – uma parcela que cada vez crescia mais entre os mais ricos – é a diminuição da base fiscal que movia o estado romano, com reflexos principalmente no exército, que sempre constituiu a maior fonte de gastos do estado romano. O resultado é que os cofres públicos não deram conta de apoiar as necessidades do exército frente aos confrontos com os bárbaros.

As invasões bárbaras que se deram do fim do século IV em diante foram resultado da pressão dos hunos no norte da Europa, sobre os povos bárbaros que viviam acima dos rios Reno e Danúbio. Essa tensão provocou a migração dos povos bárbaros para o sul, rumo às fronteiras romanas. Em 376, registra-se o pedido das tribos góticas germânicas ao imperador Valente para que eles pudessem se estabelecer no território romano oferecendo em troca o seu serviço militar, pedido que foi atendido. Segundo Sarris (2002, p. 36), os visigodos se rebelaram logo adiante, em resposta aos maus tratos por parte dos oficiais romanos, e lograram derrotar o exército de Valente em Adrianópolis. Aos poucos, os bárbaros foram se dando conta da fragilidade da defesa romana e da possibilidade de assegurar para si condições

⁵ “A consequência a longo prazo dessas políticas foi reunir a aristocracia do serviço do leste do Mediterrâneo em uma única comunidade política, proporcionando um senso de interesse comum e de identidade comum às classes dominantes das províncias do leste.”

ainda mais vantajosas. Em 410, Alarico, à frente do exército visigodo, avançou sobre a Itália e tomou a cidade de Roma, um golpe de valor muito mais simbólico do que de consequências políticas de fato, já que as sedes do governo romano já vinham sendo distribuídas por outras cidades havia um bom tempo.

Os visigodos depois se estabeleceram na Gália e outras tribos bárbaras, como os suevos, os alanos e o vândalos, desceram para a Hispânia. Cruzando o Estreito de Gibraltar, os Vândalos alcançaram a África em 439, onde tiveram um grande impacto sobre o desenvolvimento cultural e sobre as tensões religiosas. Em 476, caiu o último imperador romano do ocidente – Rômulo Augusto – deposto pelo general bárbaro Odoacro.

Durante esse período, os imperadores do leste não conseguiram fazer qualquer interferência substancial no desenrolar das conquistas bárbaras, porque vinham eles próprios envolvidos em disputas internas em Constantinopla e sempre sob a ameaça silenciosa e iminente dos Persas. Estes, embora tenham diminuído as ofensivas no século V, voltaram a forçar o avanço rumo aos territórios romanos no início do século VI, depois de terem sofrido uma derrota para os hunos. A essas ameaças, o imperador Anastácio (seu reinado foi de 491 a 518) respondeu impedindo o avanço persa, mas o clima de insegurança estava instaurado.

Além disso, as disputas religiosas ainda não haviam cessado. Devemos lembrar-nos das interferências de Constantino no concílio de Calcedônia, que acabaram por vincular a imagem do imperador à imagem da igreja. Dessa forma, as facções dentro da igreja contrárias às decisões apoiadas pelo imperador representavam também uma oposição ao imperador, e por isso foram perseguidas. Anastácio é exemplo de um imperador romano que incitou esse tipo de hostilidade, mas contra a facção pró-Calcedônia, já que ele simpatizava com os contrários à decisão do concílio. (SARRIS, 2002, p. 42)

Justiniano (que reinou de 527 a 565) foi o imperador que conseguiu fortificar o governo romano e empreendeu um projeto de reconstrução do estado romano, que pretendia inclusive a retomada dos territórios sob domínio bárbaro. Ele reformou e codificou o código civil romano, assegurou a origem divina da autoridade do imperador e seu papel de intermediário entre a esfera divina e a terrena, reformulou a estrutura administrativa de modo a coibir a corrupção pelo patronato e assegurar o recolhimento de impostos, fortificou a defesa militar na fronteira persa e também conseguiu retomar alguns territórios bárbaros. Diante da instabilidade política do reino vândalo no norte da África e do regime ostrogodo na Itália, ele logrou retomar o controle dessas regiões, restaurando o domínio romano do Mediterrâneo.

1.2 A MUDANÇA NA GEOGRAFIA DOS POLOS CULTURAIS

A oposição entre civilizados e bárbaros não é criação dos romanos, mas já era algo que se fazia presente também na cultura helênica. Cavallo (1994, p. 1189) situa na Grécia Antiga, e mais especificamente em Atenas, a formação e a consciência de uma “especificidade cultural” (“una specificità culturale”), em contraposição à “barbárie” que, para os gregos dos séculos V e IV a.C., era representada pelos vizinhos asiáticos. Atenas congregava os valores dessa cultura, destacando-se já nos séculos VI a IV a.C. como o polo de atração do mundo grego. O autor lembra que o historiador Tucídides se refere a Atenas como “escola da Grécia”, porque ela era o centro urbano que continha todos os serviços relevantes (templo, ginásio, escola filosófica, teatro, ágora etc.), permitia a produção e a circulação de cultura oral e escrita e ainda era um modelo político a ser imitado.

Quanto a Roma, Cavallo afirma que sua centralidade cultural se diferencia da de Atenas não só pela vasta extensão do território de que emerge como polo, mas também pela interação de elementos que antes estavam dispersos, e pelo “peso imenso e unificante” que a cidade exerceu enquanto capital da república e do império (CAVALLO, 1994, p. 1191). Roma, segundo Cavallo, não conheceu nenhuma fase “não helênica”: ela esteve imersa na cultura dominante desde sua fundação e passou por fases de diferentes tipos e intensidade de recepção do helenismo. Sua autonomia começa a surgir por volta do século III, como afirma Cavallo (ibidem): “La formazione di una letteratura latina ispirata a modelli greci data a partire dal tardo secolo III a.C. e pare mediato dalla Magna Grecia, indizio di una Roma che solo in questo periodo comincia a elaborare una morfologia culturale sua propria pur se di segno greco.”⁶

Com a expansão romana pelo Mediterrâneo, a cultura fluía para Roma de diversas maneiras. O intercâmbio de intelectuais se dava tanto pela saída de romanos em busca de formação intelectual nas cidades gregas, quanto pela chegada a Roma de embaixadas de intelectuais. A passagem de Crates de Malos é um exemplo de episódio em que um intelectual grego chegava a Roma através de missões diplomáticas e acabava por também disseminar as ideias que circulavam no Oriente. A influência de sua passagem, em 168 a.C., apesar do seu

⁶ “A formação de uma literatura latina inspirada em modelos gregos data do final do século III a.C. e parece mediada pela Magna Grécia, indício de uma Roma que só neste período começa a desenvolver uma morfologia cultural própria, ainda que de origem grega.”

caráter anedótico⁷, mostra-se de grande coerência diante dos caminhos da reflexão sobre a linguagem em Roma. Crates era um filósofo estoico, da escola de Pérgamo, e logo mais seriam registrados em Roma os pensamentos de Varrão acerca da linguagem, de cunho fortemente estoico. Além dele, Cavallo registra ainda a passagem em 155 a.C. do também estoico Diógenes da Babilônia, de Carnéades, o platônico, e do peripatético Critolau, e em 82-81 a.C. a de Posidônio de Apameia e do retórico Apolônio Mólón.

Resultado da expansão é também a transferência de bibliotecas inteiras e muitas obras de arte como espólio de guerra. De acordo com Cavallo (1994, p. 1192), chegaram a Roma a biblioteca do rei macedônico Perseu (em 168 a.C.), a de Mitrídates, rei do Ponto (em 66 a.C.), e a do bibliófilo Apelicon de Teos (por volta de 86 a.C.), que continha os restos das coleções pessoais de Aristóteles e Teofrasto. Esse vasto material, junto com obras de arte, alimentava as bibliotecas dos romanos. Reynolds e Wilson (1991, p. 23) ressaltam que bibliotecas privadas, como essas alimentadas pelos *praeda belli*, a exemplo da biblioteca que Lúcio Licínio Lúculo havia tomado de Mitrídates, podiam ser consultadas pelo público (a de Lúculo permanecia disponível para consulta mesmo depois de sua morte).

As bibliotecas públicas em Roma, mantidas pelo estado, só surgiram em 39 com a biblioteca de Asínio Polião, no *Atrium Libertatis*. Uma biblioteca como essa já estava nos planos de César, projeto delegado a Varrão, mas que não fora levado a cabo. Em 28 a.C., Augusto institui uma biblioteca pública junto ao templo de Apolo, no Monte Palatino, anexo à sua casa. Por essa razão, essa biblioteca recebe várias denominações, como Biblioteca Augustana, Biblioteca Palatina e *Bibliotheca Apollinis*. Na leitura de Cavallo (1994, p. 1195), “(...) biblioteca privata del *princeps* e biblioteca di Stato vengono così a coincidere, secondo una strategia che tende a modellare sulla *domus* imperiale l’immagine della città.”⁸ O imperador ainda logrou separar duas alas: uma latina e uma grega, o que de certo modo legitimava a sua soberania sobre o patrimônio cultural romano do ocidente e também o do oriente, como aponta Cavallo.

Outra forma de trânsito de material intelectual era a encomenda de livros, atestada por Cícero em suas cartas a Ático. Segundo Reynolds e Wilson (1991, p. 23), Ático havia morado por um tempo na Grécia e entrado em contato com o mercado livreiro; ele teria treinado uma equipe de copistas (*librarii*) e fornecia a seus amigos, como Cícero, o serviço de cópia de

⁷ Para mais detalhes, consulte pp. 36-37, no terceiro capítulo.

⁸ “(...) a biblioteca privada do *princeps* e a biblioteca do Estado desse modo vêm a coincidir, de acordo com uma estratégia que tende a modelar sobre a *domus* imperial a imagem da cidade.”

livros e até mesmo comentava os novos trabalhos de Cícero. Certamente, Ático é um exemplo de profissional especializado, considerado inclusive um símbolo de qualidade de edição, mas a transmissão de livros entre amigos, seja de títulos próprios, seja de cópias de títulos alheios, é relatada também por Harris (1989, p. 225), que afirma que essa era a forma mais básica de distribuição: “The primary way of distributing books was not in any case by means of a trade of any kind, but through gifts and loans among friends.”⁹

Assim, Roma foi se tornando um polo de confluência, de elaboração e de difusão de modelos culturais, herdeira de Atenas. Cavallo (1994, p. 1196) afirma que, depois da república tardia, Roma era um destino obrigatório dentro de todo o império tanto para os estudiosos de letras, quanto para os livros que eram produzidos, em função da biblioteca augustana.

Como já foi dito, estavam enraizados na cultura romana aspectos diversos do helenismo e Roma ainda importava os modelos literários, arquitetônicos e artísticos. A helenização que permeava as manifestações culturais em Roma não deve ser reduzida a uma recepção pura dos modelos gregos. Esses modelos gregos eram assimilados e transformados em modelos novos, em consequência do próprio processo de apropriação. Esse processo, que conhecemos por *imitatio* e *aemulatio*, institui nos gêneros importados uma cara nova, uma originalidade própria da cultura romana. É o que vemos na comédia nova, por exemplo, como o *Estico* e as *Báquides*, de Plauto. Os romanos, em vários campos do conhecimento, procuraram não apenas copiar os modelos gregos – que por si já eram símbolo de tradição – mas emular, isto é, decalcaram os modelos procurando ultrapassá-los, fazer melhor. Há uma passagem célebre na Eneida de Virgílio (VI, v. 848-854) que ilustra bem a relação dos romanos com a cultura grega:

“Outros, é certo, hão de o bronze animado amolgar com mão destra,
ninguém o nega; do mármore duro arrancar vultos vivos,
nos tribunais falar bem, apontar com o seu rádio as distâncias
na azul abóbada e os astros marcar quando a Leste despontam.
Mas tu, Romano, aprimora-te na governança dos povos.
Essas serão tuas artes; e mais: leis impor e costumes,
poupar submissos e a espinha dobrar dos rebeldes e tercios.”¹⁰

Sob a ótica romana, então, a importação dos modelos produzidos pelos outros (os gregos) é algo muito natural, coerente com o papel de dominador que cabe aos romanos. Obviamente, há por trás desse fato cultural um motor político: a expansão e a solidificação da

⁹ “O modo primário de se distribuir livros não era de maneira alguma por meio de um comércio de qualquer gênero, mas através de presentes e empréstimos entre amigos.”

¹⁰ Tradução de Carlos Alberto Nunes (VIRGÍLIO, 1983, p. 134).

supremacia romana, que a estas alturas já havia abraçado o oriente grego. Era do interesse romano usurpar a tradição do povo que havia exercido a hegemonia no Mediterrâneo até então (por isso a importação), mas ao mesmo tempo era necessário se distanciar do seu dominado (por isso o anseio pela superação). Os gêneros são reescritos agora a partir do *locus* romano, imprimindo nos textos características da sociedade romana.

Roma perdeu sua hegemonia enquanto polo de cultura ocidental à medida que o poder político foi se afastando da capital. Com a instituição da tetrarquia por Diocleciano em 293, a criação de novas capitais semipermanentes dirigiu o fluxo cultural para polos alternativos, como Trier, Milão, Bordeaux, Aquileia e Viena, fato que foi agravado sem dúvida pelo saque de Roma, no início do século V. Cavallo elenca também como fator dispersivo o surgimento de sedes episcopais, formadoras da cultura cristã (CAVALLO, 1994, p. 1198). Esses novos centros progrediam acompanhando o poder político, levando às províncias os luxos da capital, desde a construção de edifícios públicos até a realização de jogos e espetáculos. Vários desses centros também concentravam o desenvolvimento da cultura cristã. É o caso, por exemplo, de Milão: a cidade a que Agostinho fora chamado para ministrar retórica era um local de mediação entre a cultura clássica e a cultura cristã, onde se discutiam meios para adequar o sistema de educação tradicional à filosofia cristã.

Constantinopla conquistou seu espaço aos poucos. Conforme Cavallo (1994, p. 1201), ela só se estabeleceu de fato como polo cultural depois da restauração da universidade com Teodósio II (séc. V). Na época de Anastácio I e Justiniano, ela já havia se consolidado como ponto de referência político e cultural também para o Ocidente. Vale lembrar que Constantino havia exercido grande influência na formação de uma aristocracia burocrática em Constantinopla, como vimos anteriormente (cf. p. 9). Essa aristocracia, motivada pela distribuição de terras do imperador e pela possibilidade de carreira pública, impunha o seu estilo de vida e fomentava a cultura, não só porque isso era característico do seu modo de vida mas também porque a promoção da cultura e o patronato de artistas era indício do status social do indivíduo de alta estirpe. Cavallo assinala ainda que a aristocracia tardorromana tendia a migrar para o Oriente ou em razão das invasões bárbaras, o que lhes trouxe às vezes perda de prestígio local, ou em busca das escolas de Direito e da carreira administrativa.

É interessante notar que as mudanças na geografia do circuito cultural que apontamos acima fossem motivadas diretamente por fatos políticos: primeiro Atenas cede lugar a Roma em função da expansão romana e da supremacia do império de Augusto; as tetrarquias foram

o principal responsável pela dispersão em polos alternativos; por fim, as invasões bárbaras empurraram a efervescência cultural para a capital do Oriente.

1.3 A CONDIÇÃO SOCIAL DOS GRAMÁTICOS

As escolas de gramática eram privilégio de poucos, por não haver um sistema público de ensino suficientemente abrangente para dar conta da formação da população em larga escala. Como veremos mais detidamente no segundo capítulo, que trata da educação na antiguidade, a escola de gramática sucedia a escola de letras, que era onde os alunos adquiriam os primeiros rudimentos nas letras, a base do seu letramento prático e funcional. Porém, Kaster (1988, p. 24) afirma que as escolas de letras serviam ao público de baixo prestígio, fornecendo alfabetização funcional e utilitária. Os filhos das classes mais altas, que poderiam desfrutar posteriormente das escolas de gramática e retórica, aprendiam os rudimentos das letras em casa mesmo, sob a tutela de um escravo especializado ou de um professor particular. Na escola de gramática, eles obtinham um conhecimento mais especializado a respeito do falar bem e a respeito da alta literatura latina. Na escola de oratória, que se seguia ao aprendizado gramatical, era ensinada a arte do bom orador, da eloquência dos cidadãos romanos. Era do escopo desse nível secundário de ensino – a gramática e a retórica – o aprendizado da linguagem formal e do uso especializado da linguagem: a gramática provia as regras de uso e, enfim, uma metalinguagem para a compreensão do sistema formal, e a retórica aprimorava a prática social da linguagem formal.

O conhecimento mais elaborado da língua, então, era de domínio de uma parcela menor da população, a parcela com meios financeiros suficientes para obter o ensino de gramática, ao menos, e o de retórica. A retórica estava ligada primordialmente ao desempenho das funções de arguição e a parcela da população que acedia a esse nível de ensino era ainda menor¹¹. Mas para chegar à escola de retórica, a escola de gramática era indispensável. Ter cursado a escola de gramática, ainda que não a escola de retórica, oferecia ao indivíduo um destaque com relação àqueles que não chegaram a esse nível de instrução, marcados pela sua falta de traquejo de linguagem e de costumes (KASTER, 1988, p. 26).

¹¹ Cf. Kaster (1988, p. 25) a respeito do número de alunos ingressantes na escola de retórica do sofista Libânio. Dos 57 registros, apenas 10 chegaram a cinco ou seis anos de estudo.

Dessa forma, a gramática tinha uma função distintiva de reconhecimento entre os membros que tivessem meios de aprendê-la: uma elite que pudesse pagar pelo ensino secundário. Kaster comenta esse fato relacionando-o diretamente ao meio social em que estava inserida a gramática:

The grammarian's instruction was shaped at least as much by social as by intellectual considerations, and the grammarian himself was embedded in a social system where what mattered were wealth, distinction, and eloquence amid a population vastly poor, anonymous, and illiterate; where among the wealthy, distinct, and eloquent, fine hierarchical discriminations came as naturally as breathing and were every bit as important; where competence was defined largely by personal and social, not technical, criteria, and one's conception of *humanitas* was so circumscribed as to embrace only those who shared one's own attainments. Whatever its other shortcomings, the grammarian's school did one thing superbly, providing the language and *mores* through which a social and political elite recognized its members.¹² (KASTER, 1988, p. 13-14)

O autor chama atenção para os critérios de valorização latentes na sociedade que estamos abordando. Não se trata de avaliar os méritos especificamente com critérios objetivos, mas antes disso vêm os critérios de reconhecimento social, baseados na própria imagem que o sujeito faz de si. Por isso, buscando esse modelo, a elite conseguia manter a uniformidade de que fala Brown (1971, p. 14), como citamos acima (cf. p. 6).

O aprendizado de gramática, segundo Kaster (1988, p. 25), podia ser custeado por funcionários do governo, professores de artes liberais, membros de outras profissões liberais, como advogados, e sobretudo proprietários de terra. Essa exclusividade de acesso à cultura letrada acarreta duas consequências: o domínio das letras era uma das marcas de status mais importantes, ao lado da riqueza e da influência social; e a cultura letrada era garantia de virtude, garantia da disciplina e do comportamento desejável aos homens do estado e, portanto, uma ferramenta para quem ascendia nas funções administrativas.

Esse panorama de ensino, em que a gramática e a retórica propiciavam destaque social, existia desde que essas escolas se firmaram. O que muda na antiguidade tardia é o público que tem acesso a esses meios. No século III, ocorre o que Kaster identifica como

¹² “A doutrina do gramático era definida tanto por considerações sociais quanto por considerações intelectuais, e o próprio gramático estava inserido em um sistema social onde o que importava era riqueza, distinção e eloquência em meio a uma população consideravelmente pobre, anônima e iletrada; onde, entre os ricos, distintos e eloquentes, discriminações hierárquicas sutis surgiam tão naturalmente quanto se respirava e eram absolutamente importantes; onde competência era definida em geral por critérios pessoais e sociais, não técnicos, e o conceito de *humanitas* de alguém era limitado a tal ponto de abarcar somente aqueles que compartilhassem as realizações dessa pessoa. Seja quais forem suas outras deficiências, a escola do gramático realizou uma coisa estupendamente: prover a linguagem e os *mores* através dos quais uma elite social e política reconhecia seus membros.”

“afrouxamento da sociedade”: a redistribuição de terras, a expansão da burocracia imperial e a oportunidade de enriquecimento que esses cargos trouxeram (KASTER, 1988, p. 29).

If any change is visible, it is not in how the schools were structured but in how the structure was maintained and in the clientele it served: the authority and the burden were perhaps increasingly shared by the imperial government, and sons of some imperial functionaries perhaps took places that sons of the depressed segment of the curial order had vacated.¹³ (KASTER, 1988, p. 24)

Isso significa que, por mais que a dinâmica social tenha sofrido alguma alteração com a ascensão das classes que se organizavam em volta do poder administrativo, a cultura das letras continuou sua tarefa de identificar os membros da elite.

Diante disso, Kaster observa que o gramático é um guardião das letras, um *custos latini sermonis* (Sêneca, Ep. 95.65). Aos olhos de seus contemporâneos, o gramático protege a língua de sua corrupção, preserva sua coerência e é um agente de controle (1988, p. 18). Ele estabelece o limiar entre o que são vícios e o que são virtudes, assim como aponta quem são os homens de cultura. No plano linguístico, ele é o árbitro de três forças: a *consuetudo* (o uso que os falantes praticam), a *auctoritas* (os modelos literários) e a *natura* (autorregulação do sistema, segundo a *ratio* que impõem as *regulae* que estão na *ars grammatica*). A natureza governa o sistema por si só e sua força governadora impõe restrições espontaneamente. Já o uso e a autoridade precisam ser regrados, porque se excedem.

Todo esse mecanismo é regido pela tradição gramatical: o gramático é leal à tradição e lhe paga tributo; e ela lhe assegura o seu nicho de trabalho e legitima a sua autoridade. Essa relação dava ao gramático a confiança para exercer o controle, ao mesmo tempo que engessava o gênero gramatical, já que o modo de fazer gramática já estava estabelecido. Kaster (1988, p. 196) ressalta que aos olhos modernos isso pode ser considerado estagnação: “Such confidence perhaps led to what modern scholars often see as stagnation and a failure to evolve. But in the eyes of the grammarian, that stagnation was nothing other than the stability of lasting achievement; the failure to evolve, a satisfaction with what was already effective.”¹⁴

¹³ “Se alguma mudança é visível, não é em como as escolas eram estruturadas, mas em como a estrutura era mantida e na clientela a que ela servia: a autoridade e a carga talvez foram progressivamente compartilhadas com o governo imperial, e os filhos de alguns funcionários possivelmente tomaram os lugares que os filhos do segmento enfraquecido da ordem curial deixaram vagos.”

¹⁴ “Essa confiança talvez leve àquilo que os estudiosos modernos geralmente enxergam como estagnação e fracasso no desenvolvimento. Mas aos olhos do gramático, essa estagnação não era nada além da estabilidade de uma realização duradoura; o fracasso no desenvolvimento, uma satisfação com o que já era eficiente.”

Assim, a profissão do gramático era cercada por uma estabilidade apoiada na tradição cultural que alimentava a visão do mundo das classes dominantes, que por sua vez constituíam o público dos gramáticos e eram sua principal fonte de renda. A tarefa de traçar o salário dos gramáticos não é simples, como tudo que diz respeito a valores na antiguidade, mas Kaster (1988, p. 114) aponta três fontes de renda dos gramáticos: os salários de fundos públicos, as taxas de alunos particulares e suplementos ocasionais, geralmente presentes oferecidos em determinadas datas.

A indicação para um cargo público de gramático podia ocorrer por dois canais, municipal ou imperial. As vagas para esse tipo de cargo com certeza eram reduzidas; Kaster (1988, p. 106-107) afirma que o número de cargos públicos de gramáticos nas províncias era de um ou dois profissionais, um número regulado pela própria necessidade de mercado. No caso da indicação municipal, ela se dava por meio dos conselhos da cidade e dependia basicamente da rede de influências que o gramático conseguisse engendrar, já que os membros desses conselhos faziam parte das classes altas locais. O pagamento podia ser feito em moeda ou ainda em gêneros, como suplementos de pão e trigo, o que era mais comum no caso dos cargos imperiais. Os valores variavam com o local e o período, mas provavelmente o salário imperial fosse mais vantajoso que o municipal. Kaster (1988, p. 115) relata o caso de Loliano, um gramático que ocupava uma cadeira municipal em Oxirrínco na segunda metade do século III, de quem há o registro de uma petição ao imperador para que ele ordene ao conselho municipal de Oxirrínco que converta o seu pagamento em direito de uso de uma propriedade da cidade; no caso, Loliano trocava o recebimento de 500 denários (presumivelmente anuais), que segundo ele vinham sendo pagos em vinho azedo e grãos estragados e em períodos irregulares, pelo arrendamento de uma propriedade de pomar lucrativa, de onde ele conseguiria extrair cerca de 600 denários. Dos cargos de âmbito imperial, há o registro de um edito de 376 que legislava sobre os salários imperiais de professores nas capitais provinciais do norte da Gália, ordenando o pagamento de 24 *annonae* aos retóricos e 12 aos gramáticos. Aí temos um indício bem expressivo da diferença de status social entre gramáticos e retóricos. Já em Tréveris, que no momento era uma das residências imperiais no oeste, os professores de retórica deveriam receber 30 *annonae*, os gramáticos de língua latina 20 e os de língua grega 12¹⁵. Kaster explica que mesmo um salário de 12

¹⁵ Há nesse documento um comentário muito interessante: no trecho que concerne aos gramáticos de língua grega, o edito afirma que se deve pagar 12 *annonae* “si qui dignus repperiri potuerit”, isto é, “se puder ser encontrado alguém digno”. Certamente, isso aponta para uma escassez de gramáticos de grego nessa época e nessa região, reveladora também da falta de interesse no assunto.

annonae, o mais baixo estipulado pelo edito, já proveria uma renda respeitável, já que isso corresponderia a cerca de seis vezes e meia o recebimento de um soldado em início de carreira e ainda uma boa quantia a mais do que o de um soldado veterano. O cargo público ainda propiciava ao gramático a isenção da carga de impostos, como era concedida a tantos outros funcionários do estado. Essa isenção, apesar de não ser uma renda direta, representava um lucro financeiro de longo prazo, já que essa quantia não iria para os cofres públicos. Isso era um privilégio considerável especialmente para os profissionais de status curial.

Quando o gramático montava classes de alunos, o pagamento regular que ele recebia era de 1 *solidus* ao ano por aluno, quantia essa que podia ser paga integralmente ou em parcelas (KASTER, 1988, pp. 119-121). Havia, é claro, o risco não raro de inadimplência e, por vezes, o gramático se via obrigado a aceitar em sua classe os alunos que não pagavam, pois a diminuição do número de alunos poderia se refletir na popularidade do gramático, restringindo ainda mais o número de interessados em contratar o seu serviço. O número de alunos em uma classe era bastante variável, mas temos o relato de Libânio (séc. IV), que revela que 40 alunos era uma quantidade respeitável para uma classe de retórica pública ou privada em Constantinopla, afirmação que Kaster considera que pode ser estendida aos gramáticos. Para se ter uma ideia da variação da quantidade de alunos nas classes, o próprio Libânio registra que chegou a ter uma classe particular de mais de 80 alunos, no auge de seu sucesso em Constantinopla, e depois que se mudou para a Antioquia houve momentos em que ele teve apenas 15 alunos.

Um meio de engordar o orçamento dos gramáticos eram os presentes de ocasião, que tinham certa tradição nesse período. Havia doações previstas para ocasiões festivas e também generosidades em troca de necessidades específicas. Eram comuns e até esperadas as doações no ano novo (*strena*), na Saturnália (*sportula*) e nas festas de Minerva, a deusa da sabedoria (*Mineruale munus*), como comenta Jerônimo (ROBINS, 1988, p. 121).

Kaster (1988, p. 122) afirma que, juntando essas fontes de renda, o gramático poderia levar uma vida confortável, ainda que não no mesmo patamar da nobreza:

All these forms of income could in favorable circumstances add up to a substantial if not lordly sum: a grammarian with a decent public salary and a sizable class of regularly paying students could probably realize more than 100 solidi a year, or well over a pound of gold, with little difficulty.¹⁶ (KASTER, 1988, p. 122)

¹⁶ “Todas essas formas de renda poderiam, nas circunstâncias favoráveis, somar um montante substancial, senão nobre: um gramático com um salário público decente e uma classe considerável de alunos que pagassem regularmente, provavelmente podia lucrar mais de 100 *solidi* por ano, ou cerca de meio quilo de ouro, sem muita dificuldade.”

A posição dos gramáticos que alcançavam um cargo público com certeza era mais favorável que a dos gramáticos que dependessem apenas das aulas particulares. Estes, sem dúvida, dependiam ainda mais das suas relações sociais para alcançar o prestígio que lhes permitisse cobrar taxas mais altas, e também um número expressivo de alunos que pudessem arcar com as despesas. Em geral, a mobilidade social do gramático era pouca, sempre à sombra dos profissionais da retórica: alguns gramáticos ingressavam em carreiras mais promissoras, como a advocacia (contudo, essa era uma progressão mais típica dos professores de retórica e sofistas) e o clero, onde se tornavam presbíteros (aqui também os professores de retórica tinham mais sucesso, pois comumente logravam o posto de bispos).

Essa condição econômica não fazia do gramático uma figura pública, mas ele orbitava em torno daqueles que pudessem facilitar as suas relações. Um aspecto digno de nota é a posição de encomiastas que alguns gramáticos desenvolveram, paralelamente ao seu papel de mestre de escolas. Alcançando relações próximas com figurões da administração local e às vezes até imperial, os gramáticos poderiam vir a redigir panegíricos e usavam o espaço de suas obras para render louvores a essas pessoas públicas. É esse o caso das relações de Prisciano com o Imperador Anastácio, a quem o gramático redigiu um panegírico, e com Juliano ('consul ac patricius', autoridade local de Constantinopla), a quem ele dedicou as suas *Institutiones*. Kaster (1988, pp. 209-210) ressalta que o estímulo para a produção das obras geralmente vinha de fora do fazer gramatical: "The work itself forms part of the grammarian's social relations, as a token or gift that tighten the bonds between the dedicator and the recipient."¹⁷

Não é de se surpreender que se registre certa migração dos gramáticos rumo aos grandes centros; Kaster (1988, p. 126) aponta que, dos 140 e poucos gramáticos cujo lugar onde ensinavam é conhecido, um quarto mudou de sua cidade natal ou mudou de um lugar para outro lecionando. Além de Alexandria, Cartago e Antioquia, os principais focos de atração eram os centros imperiais, como Nicomédia, na época de Diocleciano, Constantinopla e Roma, do século IV em diante. Os motivos desse direcionamento, sem dúvida, estão ligados a melhores possibilidades de sucesso e progressão, diante da presença aristocrática mais notável e propícia aos serviços dos gramáticos.

¹⁷ "A própria obra faz parte das relações sociais do gramático, como um símbolo ou um presente que estreita os laços entre o dedicador e o destinatário."

Diante dessas informações, Kaster (1988, p. 132-134) faz uma análise do que seria o gramático comum na antiguidade tardia. Ele seria um homem em atividade numa das grandes províncias e de origem entre “as classes respeitáveis da cidade”, possivelmente filho de um professor ou de uma família curial não muito distinta. Seu patrimônio, juntamente com o dote de uma esposa de origem similar à sua, permitiria um padrão de vida “honroso, ainda que não opulento”. Enquanto professor dos filhos dos notáveis da cidade, ele gozaria do seu respeito e dependeria deles. Seu status social seria mediano:

Our hypothetical ordinary grammarian, in other words, stood as far above the common people in the city and its hinterland as he was below the men who directed the central and provincial administration of the empire. This is perhaps the essence of what Ausonius called his *mediocritas*, as Ausonius and his contemporaries would have understood it: a position within the elite that would appear either undistinguished or insignificant, depending on one's point of view. The combination of high and low standing marked the profession, both in the range of men who practiced it and in the components of the individual grammarian's status. In contrast to the overwhelming mass of the population, his birth, means, and culture placed him in the small circle of those free from ignoble employment. Yet for all that he was a social pauper in the world of the elite. Compared with the imperial aristocracy of birth or service, he was no more than a "mere *grammaticus*."¹⁸ (KASTER, 1988, p. 133)

Dessa forma, o gramático se distingue do vulgo, mas seu pertencimento à elite ainda é periférico. Kaster aponta que o gramático poderia ser lembrado com glórias e como orgulho para sua cidade se lograsse algum feito expressivo, como uma laudação a algum dignitário notável ou poemas de reconhecimento.

1.4 A DATAÇÃO DE PRISCIANO

Ballaira (1989) esforçou-se em juntar os testemunhos acerca da vida de Prisciano para estabelecer o período de vida do gramático e o maior número de informações acerca de sua formação e de sua vida em Constantinopla. Não há nenhum relato seguro em que se possa confiar, mas há diversos documentos que apontam para informações mais seguras, como o

¹⁸ “Nosso gramático habitual hipotético, em outras palavras, ficava tão acima das pessoas comuns da cidade quanto estava abaixo dos homens que dirigiam a administração central e provincial do império. Essa talvez seja a essência do que Ausônio [Bordeaux, séc. IV] chama de *mediocritas*, como ele e seus contemporâneos a entendiam: uma posição dentro da elite, que parecia indistinta ou insignificante, a depender do ponto de vista. A combinação de alto e baixo prestígio marcava a profissão, tanto no âmbito dos homens que a praticavam quanto nos componentes do status de cada gramático. Ao contrário da maioria esmagadora da população, o seu nascimento, os seus meios e a sua cultura o colocavam no pequeno círculo dos que eram livres de ocupações ignóbeis. Mesmo apesar de tudo isso, ele era, socialmente falando, um pobretão no mundo da elite. Comparado à aristocracia de nascimento ou burocrática, ele não passava de um ‘mero *grammaticus*’.”

panegírico redigido pelo próprio Prisciano em louvor ao imperador Anastácio. Cruzando as informações de diversos documentos, o autor chegou a algumas conclusões.

Na dedicatória das *Institutiones grammaticae*, o próprio autor se identifica como “Priscianus Caesariensis”. Como há registro de pelo menos três Cesareias no Império Romano, em razão do hábito de se nomear uma localidade a partir do nome do seu conquistador, Ballaira fez uma análise baseando-se num relato da vida de Prisciano que acompanhava um manuscrito das *Institutiones* do século XI e também em informações de outros documentos, como a identificação de Prisciano com os romanos (*Latini*), em diversos pontos da *Institutiones*. Segundo o autor, então, Prisciano seria originário da África, mais especificamente de Cesareia na Mauritânia.

Quanto à datação do autor, a fonte mais eloquente é o panegírico de laudação a Anastácio I. Ballaira procura rastrear a cronologia de fatos relatados nesse texto, como a presença da esposa do imperador, Ariana, que morreu em 515; a guerra contra os Isauros, entre 491 e 498; a proibição dos espetáculos das *venationes* (combates entre homens e animais ferozes) em 499; e a vitória momentânea de Hipásio, sobrinho de Anastácio, sobre Vitaliano, um general que se rebelou contra a autoridade do imperador entre 513 e 515. Ballaira situa o panegírico mais precisamente no ano de 513, quando se deu uma festa em comemoração a uma vitória em batalha de Hipásio sobre Vitaliano, embora posteriormente Hipásio viesse a ser feito prisioneiro de Vitaliano. Por ocasião dessa festa promovida por Anastácio em uma igreja (possivelmente a de Santa Sofia), Ballaira acredita que Prisciano teria tido a oportunidade de redigir o panegírico. Para o autor: “Il panegirico, immerso in un'atmosfera di religiosità e, specie all'inizio (vv. 1-4), col carattere di un rendimento di grazie a Dio, potè bem figurare nel complesso delle celebrazioni religiose e civili che si tennero a Constantinopoli nell'autunno del 513.”¹⁹ (BALLAIRA, 1989, p. 27) Duas coisas devem ser observadas nesta situação: a mistura entre religiosidade e poder imperial e, sobretudo, a oportunidade para Prisciano de ser o autor de um panegírico numa ocasião como essa. O destaque que o gramático recebe nos leva a inferir a sua presença na corte imperial e, possivelmente, que ele tenha sido bem relacionado com o imperador.

Partindo da conclusão de que Prisciano saíra da costa norte da África e no ano de 513 se encontrava em Constantinopla, possivelmente já na idade adulta, o que o teria feito emigrar

¹⁹ “O panegírico, imerso numa atmosfera de religiosidade e, especialmente no início (vv. 1-4), com o caráter de uma ação de graças a Deus, poderia muito bem figurar no complexo de celebrações religiosas e civis que ocorreram em Constantinopla no outono de 513.”

para o continente Europeu? A resposta mais coerente trata da ocupação vândala na África, de 429 a 533. Criou-se um ambiente interno hostil, agravado pelos confiscos de terras empreendidos pelo rei Genserico e pela perseguição religiosa, visto que os vândalos eram arianos fanáticos. A expropriação dos bens da elite levou ao exílio de pessoas de posse, do mesmo modo que de intelectuais, e abalou a própria cultura africana: escolas de peso, como Cartago, passaram por um momento de declínio. Ballaira afirma: “Né poteva essere altrimenti, perché mancavano gli studenti che abitualmente le frequentavano, dal momento che le famiglie di ceto medio-alto, a cui essi appartenevano, erano state costrette all’esilio o imprigionate.”²⁰ (1969, p. 32) Esse estado de decadência cultural na África leva Ballaira a concluir que Prisciano possivelmente recebeu sua instrução em gramática já fora do continente africano:

Oggi, dunque, è *communis opinio* tra gli studiosi che P[risciano], costretto ad emigrare dall’Africa per la sua fede cattolica e forse anche per l’esproprio dei beni della sua famiglia, abbia studiato negli anni giovanili a Constantinopoli, alla scuola di Teottisto (*Theoctistus*), e che colà abbia acquisito conoscenza delle opere grammaticali greche, oltre che latine, le quali poi gli servirono per la composizione dei suoi trattati.²¹ (BALLAIRA, 1989, p. 36-37)

Em Constantinopla, Prisciano teria assumido uma cátedra de gramática latina na Universidade de Constantinopla²², reformada por Teodósio II, e Ballaira (1989, p. 39), citando Marrou (1975, p. 470), também admite o papel desempenhado por essa instituição na formação da elite de funcionários imperiais. O autor ressalta o custeio estatal que Prisciano recebia, apontando como argumento para isso o fato de que na época Constantinopla tinha o monopólio do ensino estatal, pois estava proibido o ensino público gratuito e só era tolerado o ensino privado. Ballaira descarta a possibilidade de Prisciano ter empregos privados, primeiramente porque esses gozavam de menos prestígio e, além disso, porque Prisciano tinha o reconhecimento de figuras públicas como Símaco, o Jovem. Prisciano é referido na assinatura das *Institutiones* e também por Cassiodoro como *doctor*, cargo oficial de quem exercia a atividade de ensino (do verbo *doceo* ‘ensinar’).

²⁰ “Nem poderia ser de outra maneira, porque faltavam os estudantes que habitualmente as frequentavam, desde que as famílias de classe média-alta, a que esses alunos pertenciam, foram forçadas ao exílio ou presas.”

²¹ “Hoje, portanto, é *communis opinio* entre os estudiosos que Prisciano, forçado pela sua fé católica e talvez também pela expropriação dos bens de sua família a emigrar da África, havia estudado em Constantinopla na sua juventude, na escola de Teoctisto (*Theoctistus*), e que ali havia tomado consciência das obras gramaticais gregas, bem como das latinas, que depois lhe foram úteis na composição dos seus tratados.”

²² O termo “universidade” é empregado por Marrou (1975, p. 470) e também por Ballaira (1989, p. 39, citação que pode ser encontrada integralmente mais abaixo na p. 48 deste trabalho), que cita a obra de Marrou como referência. Contudo, essa instituição de ensino regulamentada pelos decretos de Teodósio II é também chamada *pandidakterion* em outros autores, como Marjorie Ann Moffat (*School Teachers in the Early Byzantine Empire*. Ph.D. Thesis, University of London, 1972). Como não foi possível ter acesso ao trabalho de Moffat, foi adotada neste trabalho a nomenclatura dos autores que foram consultados, ainda que ela pareça um tanto anacrônica.

A data da morte de Prisciano não pode ser estabelecida com segurança, mas é certo que o autor estivesse vivo ao menos no início do reinado de Justiniano (527-565). Para situar o período que limita a indefinida data de morte do gramático, Ballaira toma o testemunho de Cassiodoro no seu *De Orthographia*, que em 580 se refere a Prisciano como alguém já morto (*fuit* ‘foi’).

1.5 EM SUMA

Um fator que foi de grande importância para o desenvolvimento do trabalho de Prisciano é a formação da aristocracia burocrática, pois esta virá a servir de público do gramático. Vimos na seção 1.1 que a fundação de Constantinopla teve grande reflexo no modo como essa aristocracia se moldou, pois é em torno da máquina estatal que ela orbita, e Constantino se esforçou em formar no oriente uma classe administrativa que funcionasse a seu favor. O patronato e as redes de influência foram responsáveis por estabelecer a uniformidade dessa classe emergente no oriente.

O surgimento dessa elite administrativa tem raízes mais profundas, e pode-se dizer que ela é uma reformulação do que já acontecia nos conselhos das cidades, organização anterior que monopolizava o poder local. Apesar de registrarmos a ascensão social de alguns grupos, não houve nenhuma mudança significativa na relação entre as classes sociais: os cargos administrativos continuavam a ser distribuídos entre os privilegiados, aqueles que detinham prestígio econômico e social. As reformas de Diocleciano foram o passo mais concreto que permitiu a emergência de uma classe relativamente uniforme, que buscava se distinguir do vulgo pelo seu modo de vida.

Esse modo de vida estava baseado numa cultura que era dominante já de longa data. Os romanos tomaram a cultura grega como matriz do seu modo de ver o mundo, e as influências helênicas podem ser percebidas nos mais variados campos de expressão romanos. Contudo, os séculos foram se passando e a cidade de Roma deixou de ser o foco principal da cultura romana, pois ela já não era nem mesmo o centro político do império. As invasões bárbaras e as reformas administrativas cuidaram de dispersar os centros que concentravam as elites influentes, e por consequência, a cultura. É nessa perspectiva que Constantinopla se

firmou como um centro agregador, pois oferecia condições de prosperidade econômica e política aos membros da elite.

Por outro lado, a presença da elite é um aglutinador dos profissionais liberais ligados à cultura, como é o gramático, pois eles vivem de perpetuar a visão de mundo consagrada pela classe dominadora. O gramático tem a autoridade da tradição para ensinar a variedade de prestígio e seu fazer serve de instrumento distintivo para os membros da elite: esses indivíduos se reconhecem através dos sinais de educação formal que os separa do vulgo. Isso é uma consequência natural do fato de que quem tinha acesso ao ensino de gramática, e também de retórica, eram apenas indivíduos que tivessem os meios de custeá-lo. Disso deriva o prestígio da educação letrada enquanto distintivo social e sinônimo de virtude.

Nesse sentido, compreendemos o anseio da aristocracia emergente em ingressar nas escolas de gramática, engordando o público alvo desses mestres, pois o domínio das letras era uma marca de status e uma qualidade desejável nos candidatos às funções administrativas.

O nosso autor Prisciano está inserido nessa sociedade em que a distinção social é determinada pelo prestígio econômico e político e se reflete nos costumes e traquejos dos indivíduos. Mais especificamente, ele, enquanto gramático a serviço da Universidade de Constantinopla, faz parte da máquina social que mantém as classes aristocráticas no controle da situação, provendo a elas meios de se destacar do vulgo. O seu próprio lugar nessa sociedade não é exatamente privilegiado, pois seu contato direto com os altos escalões de Constantinopla, como nos prova a redação do panegírico e outras referências do autor a pessoas públicas, não o leva a ocupar cargos distintos, mas com certeza podemos inferir que a cátedra imperial lhe confere um status mais elevado entre os gramáticos da época.

Agora, convém refletirmos melhor sobre o modo como se dava o ensino na época de Prisciano.

2 EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

Quando falamos de educação na antiguidade, temos que levar em consideração que o modo de ensino era muito distinto do que entendemos hoje, a começar pelo próprio material e pelo espaço físico utilizado, que impunham necessidades e consequências diferentes ao aprendizado. A cena comum de um mestre ditando lições ao ar livre, nas proximidades do agitado fórum, para alunos que apoiavam suas tabuletas nos joelhos pode talvez nos remeter a condições precárias de ensino, como ainda se registra em lugares longínquos, inalcançados pela máquina estatal do ensino público. Mas essa foi a realidade do ensino por muito tempo e não representava de maneira alguma má qualidade de ensino. Pelo contrário, as pessoas até pagavam para ter essas aulas.

Neste capítulo, ilustraremos qual era o padrão de ensino na Roma antiga e também veremos se houve mudanças significativas na antiguidade tardia²³.

2.1 A EDUCAÇÃO ROMANA CLÁSSICA E TARDO-ANTIGA

Por volta do século II a.C., a educação romana das classes altas, sempre voltada para a formação do bom cidadão, iniciava-se em casa sob a tutela de algum membro da família ou de um escravo. No primeiro caso, poderiam assumir o papel de educador o próprio pai, a exemplo de Catão, que cuidou da educação do próprio filho, ou parentes próximos como a

²³ Este capítulo carece de uma explicação mais acurada acerca do funcionamento da instituição a que Prisciano estava vinculado, a Universidade de Constantinopla (cf. nota 22 p. 24). Uma descrição mais detalhada da organização dessa instituição esclareceria diversas questões acerca dos participantes envolvidos nesse processo de ensino: como se dava a escolha dos professores, qual o critério de ingresso dos alunos, como seria o desenvolvimento das aulas, qual a infraestrutura à disposição. Contudo, não foi possível encontrar nenhum trabalho que tratasse da universidade com mais profundidade; em geral, os comentários a seu respeito não vão muito além da regulamentação legal. Parece que a organização se difere do que entendemos hoje como universidade e talvez tenha como traço mais forte essa associação de professores, mas não fica claro o nível de diálogo entre os professores, se esses professores teriam ambientes de estudo próprio ou compartilhado, se tinham à sua disposição uma biblioteca. Essas questões, entre outras, deixam aberta uma lacuna para estudos futuros.

mãe, os avós, os tios etc. O núcleo desse tipo educação se baseava nos modelos morais de *virtus* e *vitium*, moldando o caráter do futuro cidadão de acordo com os *mores* romanos. Os ditos *praecepta paterna* abarcavam os mais variados assuntos: política, agricultura, guerra, medicina, oratória.

Nas classes altas, havia também escravos domésticos dedicados a acompanhar o desenvolvimento das crianças. Bonner (1977, p. 23-22) cita como exemplo de escravos dados à atividade de ensino Lívio Andronico e Ênio, ambos nomes de destaque na origem da literatura latina, que teriam sido professores e escritores mais romanizados e ensinavam não apenas nas casas mas também na rua. O escravo a que se delegava tal tarefa geralmente era de origem grega e tinha, portanto, rudimentos do modelo grego de educação, a *paideia*. A preferência por escravos gregos, especialmente os advindos de regiões urbanizadas, estava ligada à própria língua grega, que poderia ser compreendida na Urbs e ensinada aos filhos do senhor, e ao ideal grego de comportamento, decoro e vestuário, que convergia com a velha tradição romana de *pietas* e *verecundia*. (BONNER, 1977, p. 42) Os escravos a quem se delegava a tarefa de acompanhamento das crianças recebiam a denominação de *paedagogus* e costumavam ser escravos de guerra. Entre as funções do pedagogo estavam: acompanhar a criança, proteger dos perigos da rua, ensinar os bons exemplos e apontar os maus, punir o mau comportamento (já que as malcriações da criança poderiam resultar em punição ao escravo), supervisionar o aprendizado, testar o conhecimento do que a criança aprendeu, e quando possível prover rudimentos de educação e ensinar a ler (BONNER, 1977, p. 44). Naturalmente, o pedagogo de origem grega acabava por ensinar a língua grega ao aluno e assim muitas crianças cresciam bilíngues.

Acompanhando a criança à escola, muitos escravos adquiriam formação mais avançada e passavam a ter destaque dentre os demais. Quando libertos, era comum que eles viessem a trabalhar nas suas próprias escolas de educação primária. Essas escolas, chamadas escolas de letras (*ludi litterari*), forneciam os rudimentos básicos do letramento e eram frequentadas por camadas mais baixas da população. Como já vimos, as camadas mais altas recebiam essa educação em casa.

Devemos levar em conta que a primeira gramática do latim²⁴, no século I d.C., foi escrita por Rêmio Palemão, ele próprio um pedagogo liberto. De acordo com Bonner (1977, p. 37), ele já nasceu filho de escravos (o chamado *uerna*) e acompanhava o filho do seu

²⁴ O tratado *De lingua Latina* de Varrão (176-27 a.C.) é anterior a isso, contudo o trabalho desse autor não tem o perfil de gramática escolar como o gênero inaugurado por Palemão.

senhor até a escola; como ele permanecia na classe durante a aula, Palemão ficou especialista no assunto e, quando liberto, tornou-se professor e um dos gramáticos mais conhecidos de Roma. A gramática de Palemão coincide com um momento em que a figura do gramático já se delineia como profissional especializado em língua, o “agente de controle linguístico” aos olhos seus e dos outros. (KASTER, 1998, p. 53)²⁵

Nas escolas de gramática, o aluno deveria aprender a falar corretamente e conhecer os autores clássicos, afinal, a gramática é a *recte loquendi scientia et poetarum enarratio*²⁶ de Quintiliano. Era função da escola de gramática introduzir aos alunos autores de renome como Virgílio, Salústio, Cícero e Terêncio (formadores do cânone literário, segundo Law, 2003, p. 63), e ocasionalmente Horácio, Juvenal, Lucano e Estácio. Esses textos clássicos constituíam o elemento prático das aulas do gramático: com base nesses textos eram feitas a leitura e a explicação dos conteúdos gramaticais, não raro sob a forma de sabatina inquirindo a classe sobre as formas de cada palavra encontrada no texto. (BROWNING, 2008, p. 857)

Em linhas gerais, o ensino de gramática compreendia o aprendizado por memorização, a partir de textos ditados e também da cópia de textos. Browning (2008, p. 857) vê na gramática um aspecto explanatório – devido à exegese dos textos – e um prescritivo, já que a mudança linguística com o passar do tempo acentuou ainda mais a discrepância da língua ensinada com a língua utilizada na realidade.

Esses métodos de ensino não se alteraram em quase nada ou muito pouco na antiguidade tardia; a única mudança sensível diz respeito ao início da adequação do sistema de ensino ao ideal cultural cristão. As diferenças de valores da cultura pagã clássica com relação à cultura cristã que estava se tornando dominante fizeram com que a igreja começasse a questionar os métodos tradicionais de ensino, pois estes sempre se voltaram para o ideal do homem clássico. Ao mesmo tempo, a cultura cristã ainda era incipiente e não contava com textos literários de referência que pudessem substituir o cânone clássico estabelecido. A literatura clássica é importante, mas está permeada de paganismo; surge, dessa forma, um dilema: como adequar esses métodos de ensino disponíveis, que se baseiam em uma cultura consagrada, aos ideais cristãos? Browning (2008, p. 867) afirma que foi adotada uma postura de se ler a literatura pagã com cautela: deve-se distinguir a forma, que é o que é interessante para o ensino, do conteúdo veiculado, e também procurar dar uma interpretação alegórica condizente com o ponto de vista cristão. Por fim, o que se buscou nesse período foi uma fusão

²⁵ Cf. p. 43 abaixo para mais detalhes acerca do surgimento das escolas de gramática em Roma.

²⁶ Quintiliano, *Institutio Oratoria* I.4.2.

entre a cultura clássica e a cultura cristã, na medida em que isso fosse possível. Uma das estratégias, inclusive, foi a adoção dos textos gramaticais de autores como Donato para a exegese gramatical em lugar dos textos literários pagãos. Na idade média, vemos que a igreja conseguiu sobrepor a cultura cristã à cultura clássica.

O propósito maior desse programa de estudo era naturalmente a formação do bom orador, o objetivo maior dos jovens da classe alta romana. Por isso, à escola de gramática se seguia a escola de retórica, onde os jovens exercitavam o falar em público, o uso das figuras de linguagem e o controle da audiência. O programa de ensino incluía a memorização de alguns pequenos modelos, que eram explicados pelo professor; o estudo de um manual teórico de retórica; a composição e a apresentação de discursos e a leitura de discursos de autores consagrados. Os temas trabalhados geralmente eram forenses ou políticos, mas as propostas costumavam ser fictícias, ambientadas em um mundo atemporal e com leis arbitrárias, por vezes fantasiosas. (BROWNING, 2008, p. 860) O professor de retórica, além de ministrar aulas, costumava também fazer exposições públicas, o que explica o seu relacionamento com as elites governantes das cidades.

Na antiguidade tardia, houve alguns progressos nos métodos de ensino de retórica principalmente no leste, pois foi adotado um conjunto padrão de manuais, com textos de Aftonio da Antioquia (séc. IV) e Hermógenes de Tarso (séc. II). Browning (2008, p. 861) aponta que essas inovações não foram adotadas no ocidente, onde o ensino de retórica permanecia ainda nos mesmos termos da época de Quintiliano.

Esses três estágios de ensino – escola de letras, escola de gramática e escola de retórica – eram a base da educação linguística da antiguidade e isso não mudou muito nos séculos V e VI. É importante mencionar aqui que há alguns autores que discutem a progressão linear entre esses níveis escolares: Kaster (1983) argumenta em favor de uma distinção social visível especialmente na escola primária, de modo que as classes mais baixas eram alfabetizadas nas escolas de letras e as classes mais altas eram alfabetizadas em casa ou até mesmo pelo gramático. Browning (2008, p. 856) também afirma que as fronteiras entre esses estágios parecem ter ficado mais nebulosas na antiguidade tardia. Kaster (1988, p. ix) relaciona essa estagnação ao papel que essas escolas desempenhavam na sociedade, pois não apenas proviam o conhecimento linguístico mas também propiciavam aos seus alunos uma posição em uma elite estritamente definida. Dentro do contexto que observamos na antiguidade tardia, em que a camada administrativa se mostrava como um bom caminho para a elite aspirante, a tradição das escolas de gramática – nos mesmos moldes em que elas

havia se firmado séculos atrás – legitimava a ascensão dessas pessoas que adentraram os círculos sociais mais altos.

A respeito disso, Marrou (1971, p. 474) aponta que preparar bons profissionais para o serviço do Império – administradores e serventurários – era o “papel prático das escolas”, baseando-se entre outros testemunhos em legislações do século IV que instituía a elaboração de listas dos estudantes de destaque para que fossem absorvidos na administração imperial de acordo com a necessidade. O autor afirma também que reservar os postos mais elevados da administração aos antigos alunos era uma praxe do governo imperial.

Por isso, Marrou (1971, p. 399) acredita que havia um caráter técnico no latim aprendido pelos jovens do leste do Império, interessados na carreira administrativa ou em bons cargos no exército, pois o estudo serviria como introdução para outras disciplinas, como o direito. Contudo, parece razoável ponderar que, ainda que o interesse fosse outro, esse aprendizado passava pela abordagem clássica, pois era essa a maneira disponível para aprender o latim padrão, ainda que essa abordagem não respondesse aos interesses mais práticos dos aprendizes por estar congelada no tempo.

A variedade da língua latina ensinada pelos manuais de gramática é a do latim clássico, que pode ser entendida como a variante urbana culta do período augustano (ca. séc. I). Por consequência disso, a língua ensinada nas escolas na antiguidade tardia era conservadora e artificial, à medida que se distanciava em muito da língua utilizada coloquialmente. (HARRIS, 1989, p. 308) No leste predominantemente falante de grego, essa questão tende a ser ainda mais complicada, pois as manifestações de aprendizes tendem a apresentar interferências da sua língua materna, como veremos no quarto capítulo.

Kaster (1988, p. 19) defende que essa língua é ao mesmo tempo artificial e natural: “(...) by a paradox suited to the self-created species, the language the grammarian taught was simultaneously artificial and natural, a product of human skill that claimed objective validity and permanence.”²⁷ É artificial porque é um produto da capacidade humana, capacidade essa que operou sobre os textos clássicos e, através do seu filtro, estabeleceu uma variedade linguística modelar; e é natural porque essa variedade encontrou validação na sociedade, tornando-se um código permanente e disponível para seus usuários. A questão é que, por ser artificial, o seu número de usuários é limitado e é isso que faz da enunciação articulada um

²⁷ “(...) por um paradoxo adequado às espécies auto-geradas, a língua que o gramático ensinava era ao mesmo tempo artificial e natural, um produto da capacidade humana que reivindicava validade e permanência objetivas.”

lugar estável para o gramático e para os seus alunos. É um elemento de destaque em meio ao vernáculo e, além de tudo, um destaque valorizado, pois essa língua da gramática toma emprestado da classe que a domina o prestígio social.

Desse modo, essa forma de linguagem é um distintivo da elite e, por isso, acompanha diversos outros valores que são associados a essa classe. É o caso, por exemplo, do comportamento de acordo com a tradição romana, o *mos maiorum* que distingue um romano. A preferência pelos alunos das escolas para ocupar os cargos administrativos de que fala Marrou, deve-se justamente ao fato de que sua erudição era sinônimo de boa conduta, uma garantia de que o indivíduo tinha a visão de mundo compatível com o que se espera de um funcionário imperial.

Da mesma forma, a profissão do gramático também estava associada ao comportamento ético, em consonância com os bons costumes. Esse profissional era julgado e adquiria seu status profissional não só pela competência que demonstrava no seu ofício, mas pela imagem do seu caráter nos círculos que frequentava. O bom gramático combina *doctrina* e *mores*, isto é, consegue demonstrar sua capacidade técnica de reconhecer a boa linguagem e citar os grandes poetas e também carrega as virtudes da *uerecundia*, assumindo o lugar que lhe é adequado, e da *diligentia*, adotando um comportamento consciente de seus deveres. (KASTER, 1988, p. 60-61) Esses dois fatores entram em concorrência:

The centrifugal force of learning, tending toward personal distinction and autonomy, was balanced by the centripetal force of *mores*, urging conformity to established values and behavior. (...) There is, overall, a strong normative urge to resolve the tensions by subordinating *doctrina* to *mores*.²⁸ (KASTER, 1988, p. 65)

Uma evidência dessa expectativa latente de que os professores sejam exemplos de boa postura reside em um dos decretos de Teodósio II em 425: os professores indicados para a Universidade de Constantinopla receberiam a honraria do título de *comes primi ordinis* após vinte anos de serviço, sob a condição de serem de bom caráter e boa reputação profissional.²⁹ Um sinal de que a educação nas escolas ainda era sinônimo não apenas de instrução formal mas também de formação pessoal.

²⁸ “A força centrífuga da erudição, tendendo para a distinção e a autonomia pessoal, era balanceada pela força centrípeta dos *mores*, instigando os valores e o comportamento estabelecidos. (...) Há, no geral, uma forte urgência normativa de resolver as tensões subordinando a *doctrina* aos *mores*.”

²⁹ Codex Theodosii, VI, 21, 1: “(...) Qua in re quicumque alii ad id doctrinae genus, quod unusquisque profitetur, ordinati prodentur, si laudabilem in se probis moribus vitam esse monstraverint, si docendi peritiam facundiamque dicendi, interpretandi subtilitatem, copiam disserendi se habere patefecerint et coetu amplissimo iudicante digni fuerint aestimati, qui in memorato auditorio professorum fungantur officio, hi quoque, cum ad viginti annos observatione iugi ac sedulo docendi labore pervenerint, isdem, quibus praedicti viri, dignitatibus perfruantur.” (grifo meu)

Esses decretos de Teodósio II foram responsáveis por reunir em Constantinopla um número interessante de mestres sob o custeio do governo imperial, incluindo: dez gramáticos de latim e dez de grego; três professores de retórica latina e cinco de retórica grega; um professor de filosofia e dois de direito. Além disso, Teodósio II instituiu que apenas professores oficiais podiam dar aula em prédios públicos e os professores nomeados lecionariam no Capitólio. E foi entre esse conglomerado de mestres que Prisciano ocupou a cátedra de gramática no início do século VI.

Kaster (1988, p. 218) aponta que há uma tendência em se considerar que tenha ocorrido uma intromissão maior por parte do poder imperial nas decisões municipais envolvendo professores no século IV. No entanto, o autor não vê provas suficientes para isso, pois os casos levantados não revelam nada que já não viesse ocorrendo em períodos anteriores.

Vale a pena lembrar que as escolas se concentravam nos centros urbanos. (KASTER, 1988, p. 20; BROWNING, 2008, p. 855) O principal motivo para isso é a possibilidade de remuneração: como foi mencionado acima, a renda dos gramáticos vem dos salários de fundos públicos, das taxas de alunos particulares e de presentes ocasionais (cf. p. 19 e 20 acima). A possibilidade de agrupar um número suficiente de alunos com meios de arcar com a despesa para formar uma turma parece ser mais plausível onde havia um número maior de pessoas abastadas. Kaster (1988, p. 106) chama a atenção para a dificuldade que cidades menores teriam para acomodar um gramático:

Smaller towns, if they were unable to supply a steady stream of pupils or to offer a formal position by funding a chair, probably could not sustain a teacher even if they had one in their midst: thus Augustine began his career as a private *grammaticus* in his native Thagaste but did not remain long.³⁰

Assim, é nos centros urbanos que está a maior concentração do público alvo das escolas de gramática e de retórica. O caso de grandes cidades que tinham pelo menos um posto de gramático custeado pelo governo imperial ou municipal não era vasto e diminuía ainda mais se considerarmos as cidades com mais de um posto: Roma, Constantinopla, Milão, Tréveris, Antioquia e Bordeaux.³¹ Kaster conclui afirmando que os gramáticos possivelmente atuassem solitários em suas cidades, o que é bom em termos de competitividade mas ao mesmo tempo os deixa isolados.

³⁰ “Se não fossem capazes de fornecer um fluxo constante de pupilos ou oferecer um posto formal financiando uma cátedra, as cidades menores provavelmente não conseguiriam sustentar um professor mesmo que tivessem um entre eles: assim Agostinho começou sua carreira como um *grammaticus* particular em sua cidade natal Tagaste mas não ficou lá por muito tempo.”

³¹ Cf. Marrou (1971, pp. 453-456) para uma outra abordagem, com foco temporal mais disperso.

Desse modo, a educação pode servir de marca distintiva entre cidadãos e camponeses, justamente por ser uma atividade típica da sociedade urbana, como afirma Browning (2008, p. 855). Esse ponto de vista também é coerente com a associação comum que se fazia entre rusticidade e analfabetismo, como bem lembra Harris (1989, p. 191).

Browning (2008, p. 875-876) consegue distinguir algumas diferenças entre a educação no oeste e no leste na antiguidade tardia, apesar de considerar que a fragmentação do ocidente acaba se refletindo também na educação. Uma delas é a perda em termos gerais do contato com a língua e a literatura grega: apesar da sobrevivência de alguns bolsões de cultura grega, essa foi uma consequência da ruptura da unidade do Mediterrâneo, refletida sobretudo no cisma da igreja. O autor também vislumbra uma absorção da cultura clássica na cultura cristã do oriente, que se distingue, segundo ele, da posição marginalizada que a cultura clássica teve no ocidente. A última característica diz respeito à progressiva adoção por parte dos padres e bispos das funções de ensino, em resposta à necessidade de alfabetizar os candidatos ao clero que surgiu com a diminuição das escolas seculares. Esse modelo viria a se firmar na idade média com as instituições eclesiásticas detentoras do conhecimento.

Por fim, conclui-se que o modelo educacional clássico orbitou em torno dos valores morais instituídos e vemos essa característica presente até a antiguidade tardia. As transformações sociais, como o estabelecimento do cristianismo, impuseram algumas mudanças, porém essas mudanças não chegaram a alterar os pilares do ensino, até a idade média. A gramática era ensinada no âmbito das escolas de gramática, depois que os alunos já haviam sido alfabetizados nas escolas de letras ou em casa, e visava preparar o aluno para a escola da oratória. O acesso às escolas de gramática e oratória não só era um privilégio das classes mais altas, como também era uma possibilidade presente quase que exclusivamente nos grandes centros urbanos. A Universidade de Constantinopla, onde Prisciano lecionava, se enquadra então como um desses grandes centros, gozando inclusive do respaldo imperial.

3 GRAMÁTICA NA ANTIGUIDADE

Os estudos sobre a linguagem se pautam nos mais variados aspectos desse objeto. Ora a abordagem é filosófica, ora estética; ora a preocupação se volta para a competência humana de produzi-la e compreendê-la, ora para os efeitos que a linguagem produz no mundo. Cada ponto de vista determina uma concepção de linguagem e, em consequência dessa visão, diferentes fatos se revelam.

O ponto de vista que é objeto neste estudo é o da gramática antiga, que surgiu a partir da reflexão sobre a natureza da linguagem mas que assumiu contornos menos filosóficos ao restringir seu escopo apenas a parte da linguagem humana.

Um reflexo desse caminho dos estudos de linguagem é que encontramos na gramática ideias e conceitos que remontam aos filósofos gregos, sobretudo Platão e os estoicos. Eles tinham um ponto de vista particular, que certamente não é o que encontramos na gramática: buscavam descobrir se a linguagem tinha uma origem natural, de modo que os nomes refletissem a natureza das coisas, ou se sua origem era convencional, fruto de um acordo entre os homens; e os instigava ainda a questão da natureza da linguagem, se ela era dominada por regularidades ou se imperavam nela irregularidades, anomalias. (CÂMARA JR, 1975, p. 24-26; LAW, 2003, p. 19-23; ROBINS, 1979, p. 13-14)

Mas aos poucos a disciplina gramatical ganhou autonomia e, movida por questões outras, tomou um formato cuja base ainda está nas gramáticas modernas. Quando concebida, sua preocupação inicial misturava um viés filológico, de preservação e escrutínio de textos literários, e um viés pedagógico, de ensino normativo de uma variedade que precisava ser afirmada.

O modelo de gramática grega passou aos romanos, deles para os medievais, daí para as gramáticas vernaculares, e agora encontramos nos manuais escolares ainda a clássica divisão das palavras em classes gramaticais, entre muitos outros aspectos remanescentes – embora com algumas mudanças, resultado do tempo e dos caminhos que trilhou o saber

humano. A abordagem gramatical da linguagem resistiu por estar ligada à afirmação da cultura de um grupo social dominante, através da difusão de uma variedade linguística padrão.

Os responsáveis por essa transmissão são inúmeros, desde os mestres que replicaram o modelo até os copistas, incluindo os comentadores. Dentre esses transmissores do gênero gramatical, este trabalho se dedica a analisar um gramático latino: Prisciano de Cesareia, do séc. VI. Por considerar que há uma teoria de linguagem subjacente nas obras gramaticais, analisaremos o paradigma da gramática desde o seu surgimento na Grécia do séc. II a.C. até o momento de desenvolvimento do trabalho do autor em questão, na antiguidade tardia. Essa abordagem se faz necessária porque entendemos que a obra do autor não é um evento isolado, mas situa-se num momento histórico e é influenciado pelas reflexões que o antecederam.

3.1 NA GRÉCIA

Os estudos no âmbito da linguagem são há muito tempo alvo de reflexão para o homem. Já na Grécia Antiga, o assunto da linguagem acompanha a investigação filosófica acerca do mundo. Robins (1951, p. 6) saudosamente credits o nascimento da disciplina gramatical “ao interesse espontâneo e ao brilho da mentalidade grega”.

De fato, podemos acompanhar na filosofia grega o desenvolvimento das reflexões acerca da linguagem em direção à autonomia da disciplina gramatical com a elaboração da gramática de Dionísio Trácio, a gramática mais antiga de que se tem notícia no pensamento ocidental³². Nesse percurso inconsciente, as reflexões passaram da investigação filosófica – baseada em questões como a natureza da linguagem ser natural ou convencional, buscando saber se existe uma regularidade básica governando a linguagem – para a preocupação prática, fundamentada na ἐμπειρία, de descrever a língua visando preservar a leitura da literatura clássica.

³² Vale lembrar aqui que há diversos trabalhos que contestam a autoria e a datação da *Tékhne Grammatiké*. Chapanski (2003, p. 12-13) aborda essa questão rapidamente e acaba ela própria por aceitar que o texto é, em alguma medida, fruto de uma compilação resultante do processo de transmissão do texto, sem contudo rejeitar as raízes do séc. II a.C., que para a autora estão evidentes no gênero de escrita e nos conceitos que permeiam o panorama teórico-filosófico da *Tékhne*, como será ilustrado adiante. Dentro da literatura que aborda mais especificamente o trabalho de Prisciano, há o trabalho de Anneli Luhtala (2005), que procura definir as fontes de Prisciano partindo do pressuposto de que a *Tékhne* seja datada também na antiguidade tardia. Essa questão, no entanto, não afeta diretamente o desenvolvimento dos propósitos desse trabalho, e assumo então a datação do séc. II a.C., em consonância com Chapanski (2003).

Platão aborda, no seu diálogo *Crátilo*, uma questão que já era conhecida desde os filósofos pré-socráticos: a natureza da origem da linguagem. Discutia-se se a linguagem fora estabelecida por natureza (φύσις) ou por convenção (νόμος ou θήσις). Daquele lado, os naturalistas consideravam que o nome da coisa reflete sua essência. Já os nominalistas enxergavam na linguagem um princípio regulador que não poderia ser alcançado pela natureza, que devia ter sido convencionado de algum modo. Robins afirma que essa controvérsia serviu de estímulo para os estudos gramaticais:

In combating the theory that words reflected in their forms the nature of things, conventionalists were led to examine more closely the structure of words and sentences and to take notice of the formal classes and patterns of behaviour that words exhibited when in various combinations.³³ (ROBINS, 1951, p. 9)

A análise mais acurada levou à percepção de que ora se podia sistematizar os fatos em classes facilmente, ora havia fatos que não se adequavam às classes propostas. O esforço da regularização, visto por exemplo na tentativa de Protágoras³⁴ de correlação entre o gênero gramatical e o sexo das coisas no mundo (diante de palavras como πῆληξ ‘elmo’, substantivo feminino que designa um aparato masculino), coloca mais uma questão à reflexão sobre a linguagem: os fatos das línguas podem ser mais sistemáticos do que aparentam ou se deve aceitar e sancionar o seu comportamento anômalo? De um lado, analogistas defendiam que a linguagem é um sistema governado por regularidades de modo que há uma relação entre categorias e formas; de outro, anomalistas acreditavam que não há regularidades na linguagem e que ela é dominada pela arbitrariedade (CÂMARA JR., 1975, p. 26).

Essa disputa entre analogia e anomalia tem por trás uma discussão entre normativismo e descritivismo. A busca das analogias levou à imposição das regularidades sobre o que é desvio do sistema; já a busca das anomalias levou à aceitação da língua como ela se mostra, certas vezes não tão regular quanto se espera. A opção de Dionísio Trácio de que a sua gramática trate do “cálculo da analogia”³⁵ implica na prescrição, na observância do modo correto da pronúncia para a boa leitura dos clássicos. Câmara Jr. (1975, p. 26) assinala que a gramática grega tinha nítida orientação prescritiva de imposição do dialeto ático.

Entre os filósofos gregos, desenvolveram-se tópicos que estão presentes até hoje nos estudos linguísticos. Em sua grande maioria, as teorias linguísticas não abandonam a oposição

³³ “Ao combater a teoria de que as palavras refletiam em sua forma a natureza das coisas, os convencionistas foram levados a examinar mais acuradamente a estrutura de palavras e sentenças e a tomar conhecimento das classes formais e dos padrões de comportamento que as palavras exibiam quando combinadas.”

³⁴ Cf. Robins (1979, p. 20), que cita Aristóteles, *De sophistis elenchis* 14.

³⁵ Tradução de Chapanski (2003, p. 21): ἀναλογίας ἐκλογισμός (GG, D.T., *Tékhnē*, 1).

entre sujeito e predicado, estabelecida em Platão e Aristóteles. Esses pensadores gregos operaram a primeira divisão da sentença em classes ao opor ὄνομα e ῥήμα como constituintes do λόγος. Contudo, é importante ressaltar que essa distinção se referia na filosofia grega à proposição lógica e seu critério era lógico e não formal. Daí o fato de ῥήμα não se referir exatamente ao verbo, mas à predicação, isto é, àquilo que se fala sobre um determinado argumento. Dessa forma, os adjetivos, cuja característica principal é atribuir propriedades ao nome, são equivalentes à predicação verbal e, por isso, eram agrupados entre os ῥήματα.

A distinção de Platão permaneceu dicotômica também em Aristóteles, que, apesar de tratar também dos σύνδεσμοι (palavras ‘que ligam coisas’, que abrigavam não só conjunções, mas também preposições, cópulas etc.), não as considerava uma parte do discurso porque não é possível isolar seu significado, apenas sua função gramatical. Os estoicos exploraram ainda mais os σύνδεσμοι, de modo que eles os consideravam uma parte do discurso, cujo significado se baseava numa premissa sintática, pois eles diziam que o seu significado era “ligar coisas”. Eles dividiram essa classe em conjunções e artigos e também dividiram os nomes em próprios e comuns, que designam qualidades individuais ou gerais, respectivamente. A classificação das partes do discurso, que começou com apenas duas classes, já alcança com os estoicos o número de cinco. A menção às reflexões dos estoicos passa por uma dificuldade de acesso aos seus escritos: como afirma Law (2003, p. 38), nós os conhecemos basicamente por citações indiretas de outros autores e pelo dicionário biográfico de Diógenes Laércio, pois seus escritos sobreviveram apenas em fragmentos.

Sobretudo, os estoicos têm importância fundamental na autonomia da disciplina gramatical, pois reorganizaram as análises operando suas distinções apoiadas em critérios formais (na maioria das vezes) e reformulando assim a terminologia gramatical, ao especializar termos como πτῶσις, que passou a expressar a variação somente do nome e do artigo e se tornou critério distintivo para as classes gramaticais.

Parece razoável considerar que esse panorama filosófico, em especial depois das reflexões dos estóicos, se mostrasse propício ao desenvolvimento de uma disciplina preocupada estritamente com a organização da linguagem, uma vez que já se havia tomado ciência das possibilidades de analogia dentro do sistema linguístico e já se contava com um aparato terminológico adequado. Neves mostra bem como a gramática se articulou absorvendo o que a filosofia já havia deixado pronto.

Na verdade, a organização gramatical dos gregos pode separar-se sob três aspectos: os elementos, as partes do discurso e as chamadas *categorias gramaticais*. Em cada um desses aspectos a gramática apresenta uma codificação bastante completa com base na língua grega. Os fatos se definem e se organizam num *quadro empírico coerente*. Em si eles existiam antes de existir a gramática, pois são fatos da língua; a consideração deles necessariamente também existia, e gradualmente se depurava. A filosofia construía todo um edifício teórico na investigação paralela que fizera desses fatos. A arte da gramática, afinal, não apenas os investiga, mas ainda os apresenta com a finalidade de expô-los – e também de impô-los. De qualquer modo, porém, ela os tem como objeto específico de exame, e dá uma natureza particular a esse exame. (NEVES, 2002, p. 36, grifo meu)

Assim, a *Τέχνη Γραμματική* (doravante *Tékhne*) de Dionísio Trácio traz uma compilação das ideias linguísticas que circulavam na época (séc. II a.C.), como assinala Robins (1993, p. 41), fato que fica evidente também por suas afirmações serem concisas, o que nos deixa a impressão de que, para o seu autor, os tópicos dispensavam maiores explanações. Entretanto, o objeto da gramática é diferenciado daquele que serviu de especulação para a filosofia: o foco deixa de ser a origem ou a natureza da linguagem, mas, na própria definição de Dionísio: “Gramática é o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores.”³⁶

Chapanski (2003, p. 37; 68-71) discute o uso do termo *empeiría* à luz das traduções do texto da *Tékhne* feitas por Kemp, Lallot e Kürschner. A tradução de Kemp, que é de 1986, traduz o termo *empeiría* por *practical study* ‘estudo prático’. Kürschner, em 1996, verte o termo por *die Erfahrung beuhende Kenntis* ‘conhecimento baseado na – ou dependente da – experiência’. Podemos ver, já nas escolhas desses tradutores, que o termo oscila entre o conhecimento exercitado na experiência prática e o conhecimento advindo da experiência prática. Lallot, em 1989, utiliza *la connaissance empirique*, ‘o conhecimento empírico’, aceção que também foi escolhida por Chapanski em sua versão para o português. Dessa forma, o objeto da gramática antiga diz respeito não só ao “conhecimento adquirido através da experiência” mas também ao “domínio prático dos conteúdos, trabalho realizado com e na prática”, retricos não ao uso vernacular da linguagem, mas ao uso das autoridades literárias (CHAPANSKI, 2000, p. 37).

A definição de Dionísio também coloca em conflito que tipo de conhecimento está jogo: a gramática trata de uma *tékhne*, conhecimento técnico, um conhecimento abstrato aliado à prática, ou de uma *empeiría*, conhecimento puramente empírico, experiência afastada de elaboração mental? A autora defende que dentro do panorama gramatical tais

³⁶ Tradução de Chapanski (2003, p. 21): Γραμματική ἐστὶν ἐμπειρία τῶν παρὰ ποιηταῖς τε καὶ συγγραφεῦσιν ὡς ἐπὶ τὸ πολὺ λεγομένων. (GG, D.T., *Tékhne*, 1)

termos são conciliáveis, pois, embora a disciplina gramatical se aproprie de termos da filosofia, ela os ressignifica sob uma nova abordagem. Além disso, é possível conceber que a *empeiría* sirva de meio de aquisição da *tékhne*, de modo que a partir da experiencição o conhecimento seja sistematizado abstratamente, como acontece na gramática. Portanto, a definição de gramática de Dionísio tem como objeto a experiencição das letras gregas, e não a sua sistematização, mas, como veremos adiante, o fazer gramatical passa por essa sistematização à medida que o cálculo da analogia passa a fazer parte da gramática.

Dionísio divide sua *Tékhne* em seis partes: leitura treinada segundo as regras da prosódia; explicação dos poetas segundo os tropos poéticos existentes; explicação das palavras estranhas e das estórias; a descoberta da etimologia; cálculo da analogia; e crítica dos poemas (CHAPANSKI, 2003, p. 21). Essa divisão dos conteúdos, que assinala as funções da gramática, leva-nos a concluir que a gramática concebida na *Tékhne* está comprometida com a leitura dos clássicos, por contemplar a leitura e a crítica literária, e também comprometida com o ensino, por ter em vista ainda explicações e analogias e, mesmo no que concerne à literatura, ao que parece também há uma preocupação com o ensino das letras. A literatura de que trata a gramática de Dionísio são os clássicos homéricos, que simbolizam e expressam os valores culturais helênicos que deveriam ser difundidos. Desse modo, a gramática, como todos os demais frutos do engenho humano, é um produto das condições sociopolíticas da sua época, em que se enxergava a língua e a cultura helênica como as mais puras e elevadas e que deveriam ser ensinadas e, fundamentalmente, preservadas (NEVES, 2002, p. 50). A preservação da língua desencadeia o estabelecimento dos padrões que devem ser seguidos e, assim, aflora na gramática o prescritivismo atrelado à analogia, conforme já assinalado.

A filosofia preparou o terreno para a autonomia da gramática, mas foram os textos clássicos literários que deram a urgência prática para o seu desenvolvimento. Na verdade, o termo “gramatical” já era usado para se referir ao conhecimento das letras pura e simplesmente, como explica Baratin (1996, p. 253):

Sans doute a-t-il existé un enseignement grammatical avant toute bibliothèque, car dès qu’a été constitué un système graphique alphabétique, voire syllabique, il a été enseigné: cette connaissance des lettres est la spécialité évoquée par Platon (*Le Sophiste*, 253a) sous le nom de *grammaire* (*grammatiké*).³⁷

³⁷ “Sem dúvida, havia um ensino gramatical antes de toda e qualquer biblioteca, pois desde que se constituiu um sistema gráfico alfabético, ou mesmo silábico, esse sistema foi ensinado: esse conhecimento das letras é a especialidade evocada por Platão (*O Sofista*, 253a) com o nome de *gramática* (*grammatiké*).”

No próprio trecho de Platão citado pelo autor, vemos que o filósofo se refere à combinação das letras, enfim, aos rudimentos de leitura. Segundo Baratin, esse conhecimento gramatical dizia respeito a aprender a ler e escrever, a partir dos textos clássicos, dedicando atenção à pronúncia correta e à explicação das histórias que já tivessem se tornado obscuras.

Após séculos de tradição oral dos clássicos homéricos – a literatura de maior expressão da cultura grega –, circulavam diversas versões de cada texto. Disso surgiu a necessidade de se fixar um texto homérico padrão, no dialeto apropriado. Diante de tantas versões, havia que se analisar os textos através de crítica textual, atentando para vazios, erros, hipercorreções, arcaísmos etc., procurando chegar o mais próximo possível do poema épico homérico³⁸. No entanto, o estabelecimento do texto não podia ser feito de modo subjetivo; para isso, surgiram ferramentas de reconstrução com base em analogias formais, buscando palavras em uso que se parecessem com as palavras não familiares. Aristófanes de Bizâncio (ca. 257-180 a.C.), por exemplo, foi um dos estudiosos pioneiros na crítica textual, estabelecendo glossários, marcações gráficas e métodos de comparação de palavras. Os métodos de Aristófanes se baseavam em critérios formais, e não semânticos como faziam os estoicos. Mas os cinco critérios que Aristófanes instituiu para identificar formas passíveis de comparação mostram como a metalinguagem, desenvolvida em boa parte pelos estoicos, era já um instrumento disponível no séc. II a.C.; são eles: gênero, caso, terminação, número de sílabas e acento (LAW, 2003, p. 54). Aristófanes era mestre de Aristarco, que por sua vez, foi mestre de Dionísio Trácio.

Apesar de em princípio gramática e filologia serem atividades distintas, o profissional da gramática, que lidava em seu dia-a-dia com os textos, era o mais apto a desenvolver o trabalho filológico. Baratin (1996, p. 254) ressalta que a introdução da filologia na gramática induziu uma mudança nas finalidades da gramática e principalmente na visão que os gramáticos tinham da língua. Esse momento seria uma primeira etapa em direção ao estabelecimento da disciplina da gramática e a disciplina gramatical só deve ser entendida como tal a partir do momento em que conseguimos identificar a consolidação do gênero textual da gramática, comprometido com a analogia e o estabelecimento da norma, como é o modelo da *Tékhne* e, conseqüentemente, da *Ars grammatica*.

³⁸ A autoria e a datação dos textos homéricos também são um problema a parte, tal qual a *Tékhne*, talvez até mais complexo em função de a prática oral dos rapsodos se basear em textos memorizados e inclusive improvisados. Justamente por causa dessa variedade de textos é que surgiu a necessidade de fixação de um texto padrão. Aqui “textos homéricos” se refere a um construto intelectual (elemento do terceiro mundo popperiano), que se caracteriza por serem poemas metrificados em versos hexâmetros datílicos narrando os infortúnios da ira de Aquiles e o retorno de Odisseu a Ítaca, como eram cantados por volta do séc. VIII-VII a.C.

Além de Dionísio, a Grécia teve ainda um outro gramático de Alexandria: Apolônio Díscolo. Apolônio viveu no século II da era cristã e é autor de um compêndio da língua grega (*Perì Syntáxeos*), que trata especialmente da sintaxe – área que não havia sido contemplada por Dionísio. O trabalho de Apolônio se caracteriza por uma reflexão que a literatura costuma classificar como de caráter mais científico, por oferecer um tratamento mais aprofundado a partir de uma visão que não era a tradicional da gramática.

Ele assume as classes gramaticais da *Tékhne* e fez bons avanços na análise das relações do verbo com as outras partes da frase, sobretudo entre verbo e sujeito. *Maximus auctor artis grammaticae* era como Prisciano se referia a Apolônio (*Institutiones Grammaticae*, livro XI), pois Prisciano se espelhava no gramático alexandrino a tal ponto que às vezes ele nos parece simplesmente traduzir para o latim as formulações de Apolônio. Isso pode ser visto sobretudo nas *Institutiones Grammaticae*, obra mais célebre de Prisciano.

3.2 EM ROMA

Se buscamos situar o advento da gramática em Roma, acabamos nos deparando com o fatídico episódio da fortuita queda de Crates de Malos por volta de 169-8 a.C. (LAW, 2003, p. 60; REYNOLDS & WILSON, 1991, p. 20; ROBINS, 1983, p. 36; BONNER, 1977, p. 53). Segundo o relato de Suetônio, no seu *De Grammaticis*, o diplomata teria caído em um buraco das ruas romanas e quebrado a perna, acidente que o obrigou a uma estadia mais prolongada na cidade. Ele, que era um dos líderes da escola de Pérgamo e provavelmente partidário estoico, aproveitou os momentos ociosos para falar ao público interessado sobre questões de gramática, despertando nos afortunados ouvintes o interesse pelo estudo gramatical. Esse fato acaba se assemelhando mais a uma lenda pitoresca, como se pudéssemos apontar pontualmente um momento de florescimento da disciplina – florescimento esse que na prática dependeria não só de mestres inspirados por Crates, mas também de material de consulta, de aristocratas interessados em financiar os estudos desses professores e também de alunos, que naturalmente só seriam movidos ao aprendizado da gramática a partir do momento que ela lhes fornecesse alguma distinção. Sem negligenciar a possível queda de Crates, não há como saber de fato qual era a pauta das conferências de Crates e nem o alcance que elas tiveram.

Fato inegável é que o grego foi a língua de cultura durante muito tempo antes da expansão romana e que era prática comum entre a aristocracia romana se ensinar grego às crianças, de modo que havia inclusive um escravo encarregado disso: o *paedagogus*. A palavra tem origem grega e esse escravo, responsável pela educação da criança como vimos no capítulo anterior (cf. p. 28), geralmente era um estrangeiro falante nativo de grego. Dessa forma, o primeiro contato que os romanos tiveram com a gramática foi como aprendizes de língua estrangeira, o que lhes impôs um olhar de sistematização formal que ainda não estava bem claro nas gramáticas gregas, que se dirigiam a falantes nativos.

A primeira gramática sistematizada de língua latina foi escrita no séc. I pelo pedagogo Rêmio Palemão³⁹ (KASTER, 1988, p. 53), de quem não nos restou nenhuma obra. Palemão era uma figura grotesca e foi até mesmo protagonista de um aviso dado pelos imperadores Tibério e Cláudio para que os alunos o evitassem (KASTER, 1988, p. 55). O prestígio de que desfrutava Palemão, com suas inúmeras escolas, e o surgimento da primeira gramática em Roma nos levam a entender esse momento como um momento de afirmação do gramático enquanto o profissional especialista em língua. Até então a gramática ocupava posições mais marginais. Inicialmente no séc. II a.C., os gramáticos começaram a se desvincular das casas de senhores de que eram dependentes e em que atuavam como pedagogos, cujas funções primordiais tratavam da educação dos infantes como um todo. No séc. I a.C., surgem as escolas e no séc. I d.C. já há uma clara diferenciação entre as escolas de letras, as escolas de gramática e as escolas de retórica (KASTER, 1998, p. 51-52).

Robins (1951, p. 48) observa que os romanos já encontraram um terreno preparado nos estudos gramaticais advindo dos gregos e que restou para eles então duas possibilidades: aplicar o modelo de análise da língua grega à língua latina, com o mínimo de alteração, ou reexaminar a classificação grega à luz dos fatos da língua latina e construir uma gramática da língua latina. Nessa última possibilidade, enquadra-se Varrão (116-27 a.C.), quase contemporâneo a Dionísio e anterior a Apolônio. Varrão discute a regularidade na língua latina e enxerga fatos que não haviam sido observados no latim até então, como a distinção aspectual dos verbos entre tempos perfeitos e imperfeitos. Varrão era um polímato que escreveu inúmeras obras e mesmo seu livro *De lingua Latina*, cujo título nos levaria a supor que fosse uma simples gramática, contém digressões sobre os mais variados assuntos, como astrologia e proporções numéricas pitagóricas.

³⁹ Cf. p. 28.

A orientação teórica de Varrão ainda está conectada à abordagem filosófica: seu *De lingua Latina* traz questões linguísticas fundamentais (como a célebre disputa entre anomalia e analogia) ao invés de descrições estruturais e exemplos de bom uso da língua latina, como se esperaria de uma gramática comprometida com o ensino e a prescrição nos moldes alexandrinos. Os fenômenos linguísticos não são o material empírico básico, mas antes são explicados com base em fenômenos do mundo exterior à linguagem, e.g. o argumento contra a analogia de que não se pode dizer que um etíope seja branco simplesmente por ele possuir dentes brancos (*De lingua Latina*, VII, 38⁴⁰) é um fato do mundo que Varrão usa para resolver uma questão que é puramente linguística e do âmbito interno da linguagem – a questão da natureza do sistema regulador da linguagem.

A visão de Varrão sobre os fatos da língua latina, porém, é coisa rara entre os gramáticos romanos; Robins considera que a grande maioria deles se limitou a aplicar as classes gregas ao sistema latino, e dentre esses estaria Prisciano. Law (2003, p. 49) assinala que, apesar de Varrão ser citado pelos gramáticos latinos, os pontos mais interessantes de seus escritos parecem ter tido pouco efeito na visão de língua dos seus leitores romanos: “They seem to have studied him selectively, reading right over those parts which were so radically different from what they were used to that they had no way of grasping them or using them.”⁴¹ Essa reflexão se encaixa perfeitamente se levarmos em conta o exemplo da abordagem dos verbos feita por Prisciano: ele negligencia a distinção de *infectum* e *perfectum* varroniana e acaba por conceber um sistema de tempos verbais sem organização horizontal, como poderíamos chamar o paralelo entre pretérito perfeito e pretérito imperfeito, que hoje atribuímos à categoria do aspecto.

A tarefa de replicar uma gramática aplicável a uma certa língua para outra foi menos difícil do que parece, porque o grego antigo e o latim têm estruturas semelhantes em certa medida, dado o parentesco indoeuropeu que sabemos existir. Ambas marcam caso e gênero morfológicamente, têm sistemas verbais semelhantes em algum grau, com diversos participípios e infinitivos, dentre outros aspectos. Contudo, havia certas diferenças que deveriam ser sanadas, a exemplo da classe grega dos artigos. A partir da carência da língua latina de uma classe de artigos, os gramáticos latinos fizeram da interjeição uma classe à parte, já que o fato de a gramática da língua latina conter um número menor de classes de palavras poderia diminuir o seu prestígio. Adaptações como essa tiveram que ser feitas e são encontradas em

⁴⁰ Cf. Valenza (2010, p. 38).

⁴¹ “Eles parecem ter estudado Varrão seletivamente, passando batido pelas partes que fossem tão radicalmente diferentes daquilo a que eles estavam habituados que eles não tinham meios de compreendê-las ou usá-las.”

diversos momentos na gramática latina. Podemos citar, por exemplo, o momento em que Prisciano identifica entre as formas verbais latinas um modo optativo, que certamente não é pertinente ao sistema latino porque não há qualquer distinção formal em relação ao subjuntivo. O autor possivelmente se preocupa em inserir esse modo optativo por emulação à gramática grega, pois o grego conta com formas verbais diferenciadas referentes a esse modo (CONTO, 2009, p. 57-58).

Não se pode esquecer que, em Roma, a retórica era o motor da educação, em razão da própria organização social romana em volta dos discursos oratórios. Desde o princípio da educação, passando pela gramática, o indivíduo deve ser educado para se tornar um bom orador e assim obter sucesso na sociedade. Quintiliano adverte que a gramática se divide em duas partes: a *scientia recte loquendi* (sabedoria de falar corretamente) e a *poetarum enarratio* (interpretação dos poetas).⁴² De novo vemos a preocupação filológica, de conhecimento e exegese dos textos clássicos, acompanhada da prescrição do falar bem.

É possível discernir dois estilos entre as gramáticas romanas: *Schulgrammatik* e *regulae*. As gramáticas do estilo *Schulgrammatik* tinham uma orientação semântica predominante, pois se preocupavam em demonstrar os conceitos da metalinguagem (das partes do discurso, sobretudo) e traziam inúmeros exemplos de autores reconhecidos. Segundo Law (1986, p. 365-366), essas gramáticas contam sempre com uma progressão pelas partes do discurso e privilegiam definições e explicações em detrimento de paradigmas. A autora afirma também, em um trabalho posterior, que as gramáticas desse estilo refletem as necessidades do falante nativo, porque se concentram em distribuir as palavras já conhecidas dentro dos rótulos de metalinguagem (LAW, 2003, p. 63). De acordo com a visão de Law, há quatro traços característicos nessas gramáticas: estrutura rigorosamente hierárquica; estrutura sistemática em capítulos; organização lógica que reflete a pressuposta estrutura lógica da linguagem; e a tendência de priorizar as categorias semânticas e renegar as categorias formais para o segundo plano, ou até mesmo omiti-las. Enquadram-se nesse estilo a *Ars maior* de Donato e as *Institutiones grammaticae* de Prisciano, entre outras.

Já as gramáticas estilo *regulae* floresceram justamente em sociedades bilíngues a partir do século V, quando o Império Romano já abrigava a diversidade das línguas dos povos bárbaros além do latim e do grego. Law (1986, p. 368) mostra como essa diversidade, aliada à consolidação do cristianismo, afetou o ensino de língua:

⁴² Quintiliano, *Institutio Oratoria*, I, 4, 2.

With the conversion of the much larger body of Celtic and Germanic peoples on the fringes of the Empire to Christianity, language teaching was to change its character completely. No longer was it a matter of guiding orators to an appreciation of the stylistic devices used by the best authors; in northern Europe it was a question of literacy. Without systematic study of Latin grammar and vocabulary, new clerics could not read the Bible or hold a service.⁴³

Obras anteriores como a *Ars Maior* de Donato, que procura oferecer ao aluno a metalinguagem necessária no seu aprendizado rumo ao domínio da retórica, não seriam adequadas para um aluno sem conhecimento prévio da língua latina. As gramáticas *regulae* surgiram para suprir a necessidade de ensino de latim como segunda língua, público que não era atendido pelos compêndios de gramática do estilo *Schulgrammatik* (LAW, 2003, p. 83). Enquanto as gramáticas *Schulgrammatik* traziam vastas definições das partes do discurso e exemplos de autoridades literárias, as gramáticas *regulae* proviam descrições das formas das palavras, esboçando exaustivamente o sistema morfológico da língua alvo através de inúmeros paradigmas, com o objetivo de demonstrar o funcionamento da analogia (LAW, 1986, p. 366). Law ressalta que a estrutura dessas gramáticas se distinguia das anteriores porque os critérios de organização são outros: ordem alfabética, gênero, declinação, conjugação, ou até mesmo uma mistura desses. São exemplos de gramáticas *regulae* a *Institutio de nomine et pronomine et uerbo* de Prisciano, a *Ars de nomine et uerbo* de Focas (GL 5, 410-439, 7), o *De Verbo* de Eutiques (GL 5, 447-488) e as *Regulae* de um pseudo Agostinho (GL 5, 496, 15-524).

Naturalmente, nem todas as gramáticas podem ser encaixadas inequivocamente nessa classificação e, além disso, é interessante notar que com o passar do tempo esses gêneros foram se remodelando e se misturando em resposta às necessidades de cada momento.

Law (1986) nos fornece um panorama de como essas mudanças aconteceram. Na época do Império, o foco estava voltado para o desenvolvimento das habilidades linguísticas, mirando no bom orador. Então a preocupação era voltada para o estudo das obras literárias, com comentários linha a linha, análise retórica e estilística e explicação das estórias. Nos séculos V e VI, os novos ideais religiosos do cristianismo obrigaram os professores de gramática a rever sua metodologia. A autora aponta duas saídas: cristianizar o conteúdo antigo e utilizar o texto gramatical e não o literário para exegese. Esta última fez da gramática

⁴³ “Com a conversão para o cristianismo de um grupo muito maior de tribos célticas e germânicas nas bordas do império, o ensino de língua estava prestes a mudar seu caráter completamente. Não se tratava mais de guiar oradores para uma apreciação dos mecanismos estilísticos utilizados pelos melhores autores; era uma questão de alfabetização no norte da Europa. Sem um estudo sistemático da gramática e do vocabulário latinos, os novos sacerdotes não poderiam ler a Bíblia ou celebrar uma missa.”

um fim em si mesma e começaram a surgir os comentários às *Schulgrammatik*, sobretudo à obra de Donato. O já mencionado fato do aumento da necessidade de ensino do latim a novos cristãos de origem bárbara levou ao uso combinado das *Schulgrammatik* com as *regulae*, oferecendo um tratamento mais amplo aos aprendizes de latim como língua estrangeira. Nos séculos VII e VIII, os próprios professores, comentadores dos grandes compêndios de gramática, começaram a inserir nesses materiais mais informações acerca da forma, adicionando paradigmas e listas de exemplos, já que como vimos esse tipo de gramática era voltado para um público falante nativo. Donato continua hegemônico nesse período, mas no século IX, com o Renascimento Carolíngio, ocorre a redescoberta das *Institutiones* de Prisciano, como alternativa para o texto de Donato, que já circulava bastante viciado e corrompido pelo grande volume de inserções posteriores. Essa época de reinvestigação levou também à redação de comentários às gramáticas *regulae*.

Veremos a seguir como o contexto de Prisciano era favorável ao desenvolvimento de uma gramática *regulae*.

3.3 EM CONSTANTINOPLA

A região de Constantinopla, assim como boa parte do Império Romano do Oriente, caracterizava-se por ter o grego como língua de maior uso. Quando não era a língua materna de boa parte da população, a língua grega convivia em diversas regiões com idiomas locais, mas em geral ela assumiu a posição de língua oficial e de cultura, geralmente acessível somente às classes altas. Constantinopla do séc. VI, período em que atuava Prisciano, provavelmente se enquadra no caso de língua materna predominante. Nesse momento, ainda vigorava o decreto de Diocleciano que instituía o latim como língua administrativa do estado e, desse modo, o latim ainda permeava as esferas mais altas do estado e também da igreja.⁴⁴ A manutenção do uso do latim nesse momento em que a ligação com o Império do Ocidente ainda está muito latente parece justamente procurar manter os laços com tudo o que o Império Romano significava, desde tradição cultural até poderio político. A própria máquina estatal ainda se espelhava nos moldes ocidentais, com cônsules, prefeitos e tantos outros cargos romanos.

⁴⁴ Cf. p. 66 para uma análise mais acurada sobre o uso do latim nos documentos oficiais.

Robins menciona que a tarefa de Prisciano de ensinar latim na capital do Império do Oriente era uma tarefa cujo propósito estava em declínio, pois o uso do latim na região não perduraria por muito tempo: “Priscian was writing for teachers and students of classical Latin who were largely native speakers of Greek, but needed to know and use Latin for social and professional advancement. It was a doomed cause; by the eighth century Latin was all but extinct as a living language at Byzantium.”⁴⁵ (ROBINS, 1993, p. 15)

Foi produzida, na antiguidade tardia bizantina, assim como no ocidente, uma série de materiais propedêuticos, voltados para a leitura e a interpretação dos textos, como glossários, dicionários etimológicos, comentários, antologias, manuais etc. (ROBINS, 1993, p. 22-24) Tudo isso advinha de uma preocupação filológica que estava ligada a um sentimento de herança e custódia do patrimônio cultural romano e grego (de que os romanos, por sua vez, outrora também haviam se considerado guardiões).

Prisciano, como já foi visto, era um gramático ligado à corte, como podemos inferir do panegírico⁴⁶ que ele redigiu em louvor ao imperador Anastácio (ca. 430-518), e provavelmente ensinou na Universidade de Constantinopla. Ballaira (1989, p. 39) aponta o caráter elitista dessa instituição: “Questa Università aveva lo scopo, fin dai tempi di Teodosio II, di formare una *élite*, da cui venivano scelti i funzionari imperiali.”⁴⁷

Dentre as obras de Prisciano, com certeza as *Institutiones grammaticae* são a de maior relevância, mas são ainda de sua autoria: *Partitiones*, glosas gramaticais do primeiro verso de cada um dos doze livros da Eneida em formato de sabatina; *Institutio de nomine et pronomine et verbo* (doravante *Institutio*), uma breve descrição das formas flexionáveis da língua latina; *Praeexercitamina*, um livro de exercícios de retórica; e alguns tratados sobre a métrica de Terêncio e sobre os números romanos (ROBINS, 1993, p. 88).

As *Institutiones* são consideradas uma obra *Schulgrammatik* e contêm explicações mais detalhadas sobre as partes do discurso, análises da morfologia tanto flexional quanto derivacional e reflexões de ordem sintática. Tal qual seu mestre Apolônio, Prisciano explica que a organização das palavras na sentença se assemelha à organização das letras nas palavras, de modo a garantir sua boa formação. A sentença, portanto, caracteriza-se como uma unidade da mesma forma que a palavra: não há hierarquia entre esses níveis de análise, a

⁴⁵ “Prisciano estava escrevendo para professores e alunos de latim clássico que eram em sua maioria falantes nativos de grego, mas precisavam saber e usar o latim para ascensão social e profissional. Essa era uma causa perdida; por volta do séc. VIII, o latim estava praticamente extinto enquanto língua viva em Bizâncio.”

⁴⁶ Em 513, conforme Ballaira (1989, p. 21-27).

⁴⁷ Grifo do próprio autor. Minha tradução: “Desde o tempo de Teodósio II, esta Universidade tinha o objetivo de formar uma *élite*, de onde vinham eleitos e funcionários imperiais.”

distinção é apenas no tamanho dessa unidade (ROBINS, 1993, p. 100-101). Ele também segue a postura da tradição gramatical ao tomar a palavra como unidade mínima de significado, ou seja, para os gramáticos antigos, não há possibilidade de significação menor que a palavra, como nós consideramos hoje os morfemas.

A *Institutio*, foco central nesta pesquisa, é uma típica gramática *regulae* e contém a descrição morfológica exaustiva das classes do nome, do pronome, do verbo e também do particípio – ainda que esta classe esteja contida dentro da seção referente ao verbo – e, assim, abriga todas as formas flexionáveis. Apontei em um trabalho anterior (CONTO, 2009) diversas características dessa obra, levantadas a partir da análise do texto. Dentre essas características, podemos citar a sistematização por meio de expressões formulaicas; a organização prototípica das explicações sob a estrutura [fato] → [exemplos] (sempre introduzidos por *ut*) → [exceções] (geralmente introduzidas por *Excipiuntur...*); e também o uso do nominativo para classificar as declinações. Essas características indicam um esforço do autor em organizar as informações de descrição da língua latina, tendo em mente um interlocutor aprendiz. O sistema gramatical, composto das classes de palavras e de toda a metalinguagem teórica da teoria gramatical advinda da tradição grega, serve então a um propósito didático, de explanação e memorização das formas da língua latina.

Assim como na tradição grega, a palavra é a unidade mínima de significado e, desse modo, Prisciano não enxerga as terminações das palavras enquanto representantes de quaisquer subcategorias, como número e pessoa no caso dos verbos. O seu método de descrição se resume a picar palavras já conhecidas, através de operações de adição, supressão ou conversão, para formar palavras novas e estabelecer paradigmas.

Esses mecanismos de operação de palavras e de analogia, que descrevem as formas linguísticas, têm objetivo didático e mnemônico, pois as obras de Prisciano se inserem em um contexto de ensino de latim em Bizâncio. O propósito didático fica explicitamente exposto na *Institutio* quando o autor afirma que tais coisas foram ditas *ad instituendos pueros* (Prisciano, *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, 25, cf. p. 78) e fica subjacente na obra que o leitor pressuposto é falante de grego, em razão das comparações e dos exemplos em língua grega, e já tem algum conhecimento de latim e de gramática, uma vez que a obra é escrita em latim e trata de três partes do discurso sem explicar seu uso. Por essa ausência de glosas conceituais e por ser um apanhado geral que elenca as formas fora de contexto, considera-se a *Institutio* uma gramática *regulae* e, desse modo, ela serviria como obra de consulta para a identificação de formas.

A *Institutio* de Prisciano, portanto, é uma gramática que faz com que a sistematização já inerente ao gênero gramatical seja levada ao extremo, já que se restringe a expor as formas flexionais da língua latina e demonstra exaustivamente as formas de palavras que podem ser encontradas. O autor faz com que a analogia, que Dionísio propunha ser uma das partes da gramática, trabalhe em favor da aprendizagem.

4 O CONTEXTO LINGUÍSTICO

Uma questão que não poderia ser negligenciada neste estudo é o contato entre o latim e o grego, sobretudo no leste do Império. Esse contato esteve presente desde a constituição da sociedade romana e é testemunhado por muitos autores. Biville (2002, p. 77) atesta a ocorrência de expressões relacionadas ao conhecimento da língua grega em autores como Cícero (*graece loqui*⁴⁸ [*De orat.* 2.2]); *optime graece scire*⁴⁹ [*ibid.* 2.265]); *eruditissimus et graecis litteris et latinis*⁵⁰ [*Brut.* 205]), Suetônio (*graece ac latine disserenti, utroque sermone nostro paratus*⁵¹ [*Cl.* 42.2]), Quintiliano (*linguam utramque tueri*⁵² [*Inst. Or.* I.1.14]), Plínio (*utraque lingua notata*⁵³ [*Ep.* 2.14.6]), e também em fontes mais populares como Marcial (*lingua doctus utraque*⁵⁴ [10.76.6]) e um fragmento de uma coluna do séc. III em Chamissa (*utraque lingua eruditus*⁵⁵).

Primeiramente, serão apontados alguns exemplos da influência linguística mútua entre grego e latim, desde o início da afirmação de Roma como potência no Mediterrâneo, a título de exemplificar o modo como o contato entre as línguas pode alterá-las. Em seguida, será observado especificamente o contato entre o latim e o grego no leste do Império, pois há uma situação linguística muito peculiar nessa região, com a coexistência de diversos idiomas. Em razão de o latim e o grego exercerem o papel de línguas de cultura, que não eram dominadas por boa parte da população, há razões para se pensar essa situação em termos sociolinguísticos. Por isso, mais adiante, analisaremos esses contextos de uso procurando determinar se o ambiente de Constantinopla, especificamente, pode ser considerado o que chamamos hoje de diglossia. No último subitem deste capítulo, o foco da discussão se voltará para os efeitos dessa situação multilíngue no ensino de língua.

⁴⁸ “falar em grego”.

⁴⁹ “compreender grego muito bem”.

⁵⁰ “versado tanto na literatura grega quanto na latina”.

⁵¹ “discutindo em grego e latim, hábil em nossos dois idiomas”.

⁵² “cultivar ambas as línguas”.

⁵³ “expressa em ambas as línguas”.

⁵⁴ “douto em ambas as línguas”.

⁵⁵ “erudito em ambas as línguas”.

4.1 INFLUÊNCIAS LINGUÍSTICAS

O latim e o grego já mantinham certo contato desde a consolidação dos romanos na península itálica, pelo intercâmbio com as colônias gregas do sul da Itália e da Sicília – a Magna Grécia. Coleman (2007, p. 792) afirma que, nesse período inicial, a influência maior se dava da língua grega para a latina. Como costuma ocorrer nesse tipo de interação, havia dois canais de contato: um de baixo prestígio, através do comércio, de viagens e da imigração de habitantes gregos (escravos, principalmente); e outro de alto prestígio, através do cultivo deliberado da língua e da cultura grega por parte das classes altas da sociedade romana. *Poeta, nauta, poena* e *carta*, são exemplos de palavras que entraram na língua latina como empréstimos gregos e se consolidaram, de maneira que soam perfeitamente latinas. As palavras emprestadas eram adequadas naturalmente ao sistema latino, adaptando-se à fonologia da língua latina (a perda da aspiração era uma mudança recorrente: *carta*⁵⁶ advém de χάρτης) e encaixando-se em alguma das declinações latinas (os exemplos citados acima são todos de primeira declinação, contudo há exemplos de outras declinações, como *tus, turis*, de terceira). O canal de prestígio mais alto é responsável por empréstimos ligados à filosofia, às artes e às ciências. Considerando que o intercâmbio cultural entre romanos e gregos era muito grande (cf. subitem 1.2, p. 12-16 acima), não é de se surpreender que nesses campos de estudo ocorra um fluxo grande de empréstimos terminológicos. Vale lembrar que a própria *grammatica* é uma palavra de origem grega (γραμματική), da mesma forma que seus derivados, como *grammaticus* (γραμματικός), de modo que ambos contém o radical grego γράμμα ('letra') ao invés do latino *littera*. Esses empréstimos se diferem dos empréstimos de uso cotidiano à medida que se pode ver neles uma preocupação em manter características do sistema grego, e exemplos disso são a grafia com y e z e a manutenção da aspiração, como se vê em *lyra, aether, zephyrus* e *rhetor*. Além de empréstimos, são registrados também decalques, que são um tipo de empréstimo baseado na estrutura da palavra. Um exemplo de decalque é o termo *accentus*, usado para traduzir προζωδία, baseando-se na significação: a palavra grega tem como primeira acepção 'canto, canção ao lado', donde a prosódia é 'o canto que acompanha' a fala; daí vem o uso do participio do verbo *accino* (*ad+cano*), que também tem o significado de 'cantar junto' (CHAPANSKI, 2003, p. 39-40, n. 3). O interessante é que não há regra para a preferência de um empréstimo ou de um decalque.

⁵⁶ A grafia *charta*, também aceita, teria sido restaurada mais tardiamente, pelo canal de maior prestígio, que valorizava a aspiração como marca helenizante.

Trabalhos como o de Coleman (2007) falam também de influências do grego em estruturas sintáticas do latim. Em uma coletânea de textos acerca da história do grego, esse autor afirma: “A number of developments in Latin syntax are at least in part due to Greek influence”⁵⁷ (COLEMAN, 2007, p. 794), e cita como exemplos a transformação dos pronomes dêiticos em artigos, a expansão da sintaxe participial e a emergência das orações subordinadas de acusativo com infinitivo. Entretanto, as mudanças no nível estrutural são muito mais difíceis de rastrear do que as mudanças no nível lexical, porque não se pode definir em que medida essas mudanças não foram motivadas por fatores internos ao sistema⁵⁸ e em que medida os fatores externos têm força para alterar a estrutura.

A presença das legiões romanas e das instituições legais e administrativas romanas no leste do Império, segundo Coleman (2007, p. 795), foi o motor das influências do latim na língua grega e, por isso, essa influência ocorreu mais tardiamente e é mais visível no campo dos termos burocráticos. Vemos então ocorrer na língua grega empréstimos de palavras latinas que expressam cargos oficiais romanos e palavras ligadas ao funcionamento da máquina estatal: ἡδικτον, πραιφεκτος, κουστοδία (ligados respectivamente a *edictus*, *praefectus* e *custodia*). Há também registro de empréstimos do latim para o grego de sufixos, como *-tion-*, *-ura*, *-ianus*, *-atus*. O mais interessante nesses casos é observar o fluxo de mudança transitando de uma língua a outra, como no exemplo de βιβλιοθεκάριος: *bibliotheca* é um empréstimo do grego para o latim; na língua latina, recebeu o sufixo típico de agentivo *-arius* derivando a palavra *bibliothecarius*; a língua grega, por sua vez, importou o nome do agentivo, de modo que a palavra em grego agora conta com raiz grega e sufixo latino, βιβλιοθεκάριος.

No nível estrutural, novamente fica a ressalva de que essas mudanças são menos claras, mas podemos citar como uma possível influência latina o uso em grego de estruturas sintáticas tipicamente reconhecidas como formulaicas na língua latina, como o uso do ablativo absoluto para indicar momento temporal baseado na identificação dos cônsules do período: *L. Lentulo C. Marcello consulibus*. O grego não conta com o modo ablativo, mas passaram a ser registrados usos do dativo⁵⁹ nesse contexto – o que não refuta a possibilidade de importação da estrutura latina, pois as formas do dativo e do ablativo são idênticas em grande parte das

⁵⁷ “Inúmeros desenvolvimentos na sintaxe latina se devem, ao menos em parte, à influência grega.”

⁵⁸ Os sistemas linguísticos se autorregulam, regidos por princípios de economia. Poderíamos postular, por exemplo, a hipótese de que os pronomes dêiticos tenham se especializado para a função de artigos em função de ter ocorrido alguma mudança na forma como a definitude vinha sendo expressa. Por compensação, o sistema especializa os pronomes para suprir a expressão da definitude.

⁵⁹ Coleman (2007, p. 797) relata a ocorrência dessa construção, por exemplo, em um historiador do século I d.C., Flavius Josephus, em suas *Antiguidades Judaicas*.

declinações latinas. Coleman (2007, p. 798) fala ainda da influência latina no uso das perífrases no grau comparativo dos adjetivos, nos tempos pretéritos e, com certa desconfiança, nos tempos futuros. Contudo, o que temos que ter em mente é que se registra uma tendência quase geral de evolução das formas verbais simples para as formas perifrásticas, uma mudança movida por questões estruturais internas, independente de fatores externos. Essa tendência se registrou no latim, no grego e também é fácil percebê-la nas línguas românicas.⁶⁰

Naturalmente, a situação de línguas em contato deu margem para a emergência de diversas estratégias discursivas, privilegiando ora uma língua ou outra, a depender da escolha do falante. Em um falante bilíngue, a escolha da língua se adequa ao momento discursivo e é motivada por diversos fatores. O caso em que Catão, em 191 em Atenas, se dirigiu em latim a uma multidão falante de grego é um exemplo do uso da língua como estratégia de dominância: apesar de haver um intérprete presente na ocasião, a performance em latim se impõe aos ouvintes, evidenciando a supremacia do conquistador (ADAMS, 2004, p. 559). Já a presença do latim em epitáfios de soldados das mais diversas origens sinaliza o seu pertencimento à instituição do exército romano (ADAMS, 2004 p. 616-617).

Citações, inserção metalinguística e mudança de código são citadas por Biville (2002, p. 81) como estratégias em que as duas línguas coexistem. Dentre esses, a mudança de código é a mais interessante, porque revela os conflitos de identidade que o falante bilíngue encara.

Chamamos de mudança de código a alternância completa de uma língua para outra dentro de um enunciado (ou trecho de escrita). Esta alternância pode acontecer por inserção de fórmulas na outra língua ou, ainda, entre sentenças, o que exige acomodação gramatical de uma língua a outra. Essa alternância geralmente é marcada por fatores extra-linguísticos, mas pode também prescindir de motivação, casos em que os interlocutores geralmente são colegas pertencentes a um mesmo grupo, numa situação informal em que eles avaliam positivamente suas identidades nesse contexto. Adams (2004, p. 301-303) afirma que a mudança de código pode ter diversas motivações: (i) estabelecer uma relação diferenciada com o endereçado, seja ela de solidariedade, de dominância ou de afastamento; (ii) expressar diferentes tipos de identidade; (iii) ser reação a determinado tópico; e (iv) caracterizar um recurso estilístico. À

⁶⁰ Um belo exemplo disso é o futuro do português brasileiro, que de perifrástico (há de cantar > *cantar há*) passou a simples (*cantará*) e agora assume novamente uma nova forma perifrástica (*vai cantar*). Qual seria o motor da mudança nesse caso, senão fatores do próprio sistema? Já no que toca os tempos passados, o português tem como exemplo recente da tendência perifrástica o mais-que-perfeito *havia cantado*, em detrimento da forma simples *cantara*.

parte talvez de (iv), todos os demais fatores estão relacionados à imagem que o usuário bilíngue tem de si e a imagem que ele deseja passar ao seu interlocutor.

Como no estudo das línguas antigas em contato não podemos contar com o recurso à análise oral, as conclusões se baseiam na análise de documentos escritos e, dessa forma, a mudança de código acaba servindo de evidência. Nos textos com misturas de línguas, o falante acaba deslizando para sua língua nativa, revelando algum conflito da situação bilingue em que ele se encontra.

4.2 O CONVÍVIO DAS LÍNGUAS NO LESTE

A relação do latim com o grego no leste se deu de maneira diferente da relação do latim com as demais línguas locais com que o latim entrou em contato na península itálica, e em todo o ocidente do Império de uma forma geral. No ocidente, a pressão sobre as línguas locais foi maior, pois o latim gozava de uma estima entre os habitantes, já que era a língua da nova ordem social, e os habitantes tinham a ambição de aderir a esse novo mundo. Não havia nenhum rival para o latim em termos de prestígio social e os próprios romanos raramente demonstraram interesse em aprender idiomas como osco, etrusco e umbro. No entanto, no leste, o grego era a língua de cultura já estabelecida e os próprios romanos se interessavam em compartilhar do mundo helênico – assim como os povos subjugados cediam ao latim. O grego era um rival em prestígio à altura do latim, e disso adveio a posição de língua franca assumida pela língua grega.

No leste, o latim encarou dificuldades para se estabelecer como língua principal porque a língua grega já desfrutava de uma hegemonia bem estabelecida na região, desde as conquistas de Alexandre. A *koiné*, além de exercer o papel de língua franca⁶¹ nas áreas de contato com os idiomas nativos, tinha o prestígio da tradição da civilização grega, impregnada tanto nos costumes quanto na alta cultura. Devemos ter em mente também que os oficiais romanos que encabeçavam a ocupação das colônias romanas no Oriente já tinham familiaridade com a língua grega, em função de a educação das classes altas romanas contar com alguns princípios da língua grega, ainda que não lhes permitisse a fluência no idioma.

⁶¹ Sobre o conceito de língua franca, o verbete correspondente do Dicionário de Linguagem e Linguística (TRASK, 2008, p. 167) afirma: “Uma língua que é amplamente usada em determinada região para a comunicação entre pessoas que são falantes de várias línguas.”

O que se observa nos documentos administrativos, conforme Souris e Nigdelis (2007, p. 897), é que o latim era a língua oficial dos documentos enviados às colônias romanas, mas os documentos enviados às cidades gregas (ou ligas) costumavam ser escritos diretamente em grego, traduzidos para o grego ou ainda contavam com ambas as línguas – uma versão em latim e outra em grego. Para essas tarefas de tradução, o governo romano contava, desde o tempo de Augusto⁶², com um cargo de secretário *ab epistulis*, que era o encarregado das cartas oficiais em que estavam as ordens do mandatário; esse cargo posteriormente foi cindido em *ab epistulis Latinis* e *ab epistulis Graecis*, de modo que fica mais evidente a função de intermediador entre os idiomas nesses cargos. Suetônio (*Aug.* 89.1) relata que o próprio Augusto usava do serviço de tradutores para os documentos oficiais, apesar de ter um conhecimento notável de grego. Segundo Kaimio (1979, p. 74-86, apud SOURIS & NIGDELIS, 2007, p. 898), o cargo *ab epistulis Graecis* já existia na metade do século I da era cristã, com a função de escrever cartas para as cidades gregas.

Diante dessa escusa de impor a língua latina como veículo único de comunicação e da aceitação do grego em documentos oficiais – uma situação que pode ser vista até como um esforço em se aproximar ainda mais da cultura helênica –, podemos concluir que a política romana com relação ao uso da língua grega foi flexível. Souris e Nigdelis (2007, p. 898) afirmam que essa política inclusive fortaleceu o domínio da língua grega:

Rome's well disposed policy towards the Greek language meant that it not only survived in the areas where it had traditionally predominated, but was further strengthened at the expense of other local languages, because it was able to spread, together with Greco-Roman culture, into new regions of the East not Hellenized in earlier periods.⁶³

Na época da expansão romana, a multiplicidade linguística do oriente era muito grande, mas não temos como mensurar em que medida essas línguas tinham um alcance de uso maior ou menor. As inscrições, papiros e alguns relatos dão conta de dar uma ideia aproximada das diversas línguas em uso em determinados locais, mas essas evidências não são precisas. Se levarmos em conta um fato simples, que é a falta de registro escrito de muitas línguas da antiguidade, perceberemos que as inscrições, às vezes em latim, ou em grego, ou mesmo somente usando o alfabeto latino ou o grego, podem nos dar a falsa impressão de que nessas localidades as línguas principais sejam as línguas ocidentais de maior importância,

⁶² O crédito da criação do posto à época de Augusto é de Lindsay (1994, p. 455, apud BRIXHE, 2007, p. 904).

⁶³ “A política romana favorável em relação ao grego significou que essa língua não apenas sobreviveu nas áreas onde ela tradicionalmente predominava, mas foi ainda fortalecida, em detrimento das línguas locais, porque foi capaz de se dispersar, junto com a cultura grecorromana, para novas regiões do Leste que não eram helenizadas em períodos anteriores.”

quando na verdade boa parte da população falava apenas o idioma local. Esse é o caso de um exemplo relatado por Harris (1989, p. 177) acerca das inscrições levantadas em Listra (Colônia Augusta do séc. I a.C., na atual Turquia): as inscrições eram escritas puramente em grego ou latim, mas pelo relato dos Atos dos Apóstolos temos a informação de que os cidadãos falavam a língua licaônica⁶⁴. Harris (1989, p. 185) também considera uma referência à heterogeneidade linguística na Judeia a passagem dos Atos dos Apóstolos (séc. I, datação incerta) que traz o episódio de Pentecostes⁶⁵: nesse trecho, a variedade de povos e línguas citadas ilustra bem a diversidade linguística da região no início da era cristã.

Harris (1989, p. 185-190) lamenta o fato de seu texto não conter um catálogo completo das línguas faladas no leste do Império, mas ainda assim elenca cerca de dezesseis línguas⁶⁶ que estavam ali presentes por volta do século II. Essas línguas variavam em prestígio local a depender da distância da região em relação aos grandes centros e do uso atribuído a cada uma delas. Para se ter uma ideia, Harris (1989, p. 187) comenta que é pouco provável que territórios mais remotos ao norte, como Bitínia, Paflagônia e Ponto, que não eram muito urbanizados, tenham chegado a completar a transição para o grego. Contudo, em outros lugares como a Síria e a Arábia, o grego chegava a um alcance maior, sendo usado nas esferas administrativas, nos círculos de imigrantes e nos círculos das elites parcialmente helenizadas (que, por sua vez, mantinham simultaneamente o uso do seu idioma local).

Por fim, Harris (1989, p. 190) conclui:

Thus in the eastern Empire too, while the common language of the elite had thoroughly conquered some whole regions and was to be heard in every city, the local languages showed great survival power throughout the period, so that in many regions Greek was not the dominant language of the streets or fields. In a number of provinces knowledge of it is likely to have been confined to a minority of the population.⁶⁷

⁶⁴ O episódio trata do milagre de Paulo ao fazer o aleijado andar, ocorrido em Listra segundo a narração: “*Em Listra vivia um homem aleijado das pernas, coxo de nascença, que nunca tinha andado. (...) Vendo a multidão o que Paulo fizera, levantou a voz, gritando em língua licaônica: ‘Deuses em figura de homens baixaram a nós!’*” (grifos meus, Atos, XIV, 8; 11)

⁶⁵ Atos, II, 5-11, grifos meus: “Achavam-se em Jerusalém judeus piedosos *de todas as nações que há debaixo do céu*. Ouvindo aquele ruído, reuniu-se muita gente e maravilhava-se de que cada um os ouvia falar na sua própria língua. Profundamente impressionados, manifestavam sua admiração: ‘Não são porventura galileus todos estes que falam? Como então todos nós os ouvimos falar, cada um em nossa própria língua materna? *Partos, medos, elamitas, os que habitam a Mesopotâmia, a Judéia, a Capadócia, o Ponto, a Ásia, a Frígia, a Panfília, o Egito, e as províncias da Líbia próximas a Cirene, peregrinos romanos, judeus ou prosélitos, cretenses e árabes*, ouvimo-los publicar em nossas línguas as maravilhas de Deus!’”

⁶⁶ Trácio, aramaico, fenício, siríaco, palmireno, safaítico, hebraico, nabateano, cariano, frígio, pisidiano, celta galácio, licaônico, capadócio, demótico.

⁶⁷ “Então, também no leste do Império, enquanto a língua usual da elite conquistara completamente algumas regiões inteiras e era ouvida em toda cidade, as línguas locais mostraram um poder de sobrevivência grande durante o período, a tal ponto que em muitas regiões o grego não era a língua predominante nas ruas e nos

Dessa forma, apesar de por volta do século III alguma parcela da população ter o domínio do grego e usá-lo em algumas funções, as línguas locais não perderam seu espaço.

Não se pode dizer que todas essas línguas ainda estivessem em uso no período tardio que nos interessa especialmente neste estudo (séc. VI) e também esse assunto não afeta as conclusões que serão traçadas aqui, pois Constantinopla, enquanto capital do império, tinha particularidades distintas dos rincões mais distantes do território. Entretanto, considerando que o uso realmente necessário do grego ou do latim era restrito a funções governamentais e no comércio entre localidades e que, além disso, apenas as elites locais poderiam desfrutar dessas línguas de cultura, podemos pensar que, no uso cotidiano, os idiomas nativos não devem ter perdido seu espaço, à medida que as tarefas mais simples que eram executadas corriqueiramente nas cidades menores (sobretudo nas comunidades agrícolas) dispensavam a necessidade do grego ou do latim.

A influência do latim na língua grega pode ter sido mais restrita do que a influência do grego na língua latina em virtude de o fluxo de imigrantes romanos para o oriente ter sido menor do que a inserção de gregos na civilização romana. A presença de escravos gregos na sociedade romana interferia tanto na relação das classes altas com a língua grega, já que a educação básica ficava na mão de escravos pedagogos, quanto na das classes baixas, em virtude da grande penetração de escravos vindos do oriente. Já a postura dos imigrantes romanos para o Oriente tendia para a helenização. Souris e Nigdelis (2007, p. 899) contrastam esse comportamento com o que se observa no Ocidente:

In contrast to the western provinces of the empire, where the settling of migrants from Italy and the founding of Roman cities were the main factors in the Romanization of many areas, the Latin speakers who settled in the provinces in the Greek East gradually underwent a process of linguistic Hellenization.⁶⁸

Os autores citam o exemplo de dois grupos colonizadores romanos no Leste para ilustrar esse helenização gradual: os *Rhomaioi* (também chamados *Italikoi* ou *Italoí*) e os habitantes de colônias romanas. Os *Rhomaioi*, cujo próprio nome já evidencia a mescla de

campos. Em inúmeras províncias, é mais provável que o conhecimento de grego fosse restrito a uma minoria da população.”

⁶⁸ “Ao contrário das províncias ocidentais do Império, onde o estabelecimento de imigrantes da Itália e a fundação de cidades romanas eram os fatores principais da romanização em muitas áreas, os falantes de latim que se estabeleceram nas províncias do Leste gradualmente se submeteram a um processo de helenização.”

elementos gregos e latinos⁶⁹, se estabeleceram na Grécia, nas Ilhas do mar Egeu e na costa da Ásia Menor. Tratava-se de indivíduos ou famílias que vinham se estabelecendo na região desde o séc. II a.C. e que se ocupavam com o comércio e outros ramos da atividade financeira. A evidência epigráfica, segundo Nigedelis e Souris, mostra que esses grupos passaram do uso do latim paralelo ao grego para o uso somente do grego. Nas colônias romanas em cidades gregas como Corinto, Pella, Filipos, Alexandria, Antioquia e Listra, os colonos a princípio eram veteranos do exército ou grupos de classes sociais romanas mais baixas. No século I, o uso do latim era predominante, de modo que, diante da maioria de inscrições em latim, figuravam em grego apenas epitáfios de habitantes gregos e oferendas a deidades gregas. Mas esse uso entrou em declínio e o latim gradualmente deu espaço ao grego, a tal ponto que no século III as posições haviam se invertido e era o latim que tinha seu uso restrito a contextos estritamente ligados à cultura romana.

Enquanto os usuários de língua latina do ocidente eram compelidos a aprender o grego por motivos de prestígio social e a elite romana transitava entre as duas línguas com alguma facilidade, no leste a familiaridade com as duas línguas era mais restrita, motivada somente por razões práticas. O aprendizado de latim despertava o interesse de quem entrasse para o exército romano, de membros da elite que tivessem a intenção de ingressar na carreira administrativa do estado ou ainda de quem quisesse subir na pirâmide social romana. Biville (2002, p. 83) lembra um episódio relatado por Suetônio (*Cl.* 16.4), em que o imperador Cláudio recusou a cidadania romana a um grego distinto e de autoridade (*splendidum uirum Graeciaeque prouinciae principem*⁷⁰) por ele não falar latim (*Latini sermonis ignarum*⁷¹).

4.3 UMA REFLEXÃO SOCIOLINGÜÍSTICA SOBRE A SITUAÇÃO DO LESTE DO IMPÉRIO

A situação de convívio de diversas línguas em que se destacam o latim e o grego abre margem para pensarmos em uma questão sociolinguística, pois a preponderância dessas línguas está relacionada às condições sociopolíticas do momento em questão. Como afirma Adams (2004,

⁶⁹ A flexão de gênero e número *-oi* é característica do sistema grego (segunda declinação), bem como a presença da aspirada acoplada ao rótico. Contudo, o radical é romano. A mesma situação é observada para os termos variantes *Italikoi* e *Italioi*.

⁷⁰ “um homem respeitado, chefe de uma província grega”.

⁷¹ “ignorante na língua latina”.

p. 561): “(...) language or language choice is not ‘powerful’ of itself, but it acquires its power from the listener’s recognition of the power invested for other reasons in the speaker. The person who uses language in a way which symbolises power will be powerful for other reasons.”⁷² Assim, é a posição de dominador dos romanos e a de referência cultural dos gregos que legitima o status da língua latina e da língua grega no mundo antigo.

Diante disso, convém distinguirmos bilinguismo de diglossia, conceitos muito próximos que inclusive compartilham uma etimologia quase idêntica, apesar de o primeiro ter origem latina e o segundo, origem grega. De um lado, o bilinguismo é a coexistência de línguas em contato, cujo domínio entre os falantes é variável. De outro, a diglossia pode ser definida como a especialização funcional no uso de línguas (ou variedades linguísticas, caso que não é relevante para os fatos considerados aqui) em uma comunidade linguística. Vale assinalar que as duas situações interagem de diversas maneiras: há situações em que tanto bilinguismo quanto diglossia estão presentes, de modo que a maioria dos falantes domina ambas as línguas e emprega uma em determinadas situações (possivelmente formais) e a outra em outro tipo de situações (possivelmente de familiaridade maior para o usuário); pode ocorrer diglossia sem bilinguismo, caso em que dois grupos distintos de uma comunidade falam cada um a sua língua e uma dessas tem status mais elevado, associado ao grupo que a domina; ou ainda bilinguismo sem diglossia, em que os indivíduos de uma comunidade transitam livremente de uma língua a outra dentro do seu grupo.

Nos contextos diglóticos, uma língua se destaca como língua elevada⁷³, marcada pelo prestígio na comunidade, e outra como língua baixa, empregada geralmente com propósito coloquial. Essa seria a diferença que pode ser vislumbrada na situação brasileira entre a norma padrão culta e o falar vernacular.

Contudo, Adams (2004, p. 539) aponta que essa polaridade entre elevada e baixa não é suficiente para captar as complexidades das situações linguísticas, porque as oposições funcionais podem não ser binárias e, mesmo que sejam binárias, podem não se encaixar na classificação variedade elevada vs. variedade baixa. Como será observado logo adiante, esse é o caso da língua latina no leste do Império, mas isso pode ser ilustrado inclusive através da

⁷² “Uma língua ou a escolha de uma língua não é ‘poderosa’ por si mesma, mas ela obtém seu poder a partir do reconhecimento que o ouvinte tem do poder investido por outros motivos no falante. A pessoa que usa a língua de uma maneira que simboliza poder será poderosa por outros motivos.”

⁷³ A oposição entre variantes elevada e baixa é de um artigo de Ferguson, publicado no periódico *Word* em 1959, em que inclusive cunhou-se o termo ‘diglossia’. Geralmente, costuma-se se referir abreviadamente a esses polos como H, de *high variety*, e L, de *low variety*, respectivamente. Por ora, aqui é mantida a tradução da nomenclatura em português.

atitude linguística de um falante de latim educado padrão: ele certamente enxerga o grego como variedade elevada – a língua da literatura e da filosofia, que serve para mostrar erudição; porém, de maneira alguma o latim assume uma posição baixa no ponto de vista desse cidadão, já que essa é a língua do direito e do estado, para falar o mínimo da representação simbólica linguística por trás da língua latina.

A seguir, veremos como se dava o uso da língua latina em oposição ao uso do grego no âmbito do direito civil e do exército no Egito, baseando-se no estudo de Adams (2004, capítulo 5). Como o próprio autor evidencia, a política linguística romana no Egito é passível de ser estendida para o resto do leste do Império⁷⁴ (ADAMS, 2004, p. 634), já que as variantes não se alteram em grande medida: além do contato com as respectivas línguas locais, o grego fazia o papel de língua franca.

Não havia por parte dos romanos uma política oficial de exigência de que os cidadãos romanos soubessem latim, mas pode-se notar uma expectativa subjacente de que os detentores da *ciuitas* sejam capazes de compreender a língua. Há evidência de que certos documentos tinham de estar em latim e assim pressupõem que o signatário compreenda a língua ao se comprometer com o documento. É o caso de certidões de nascimento, e também testamentos – um direito restrito aos cidadãos romanos –, ainda que se registrem testamentos em grego a partir do século III. Por serem esses documentos da cidadania romana, o valor simbólico do uso do latim nesses documentos é que a língua latina era um componente da cidadania romana (ADAMS, 2004, p. 597). Segundo Adams (2004, p. 562), a existência de cidadãos romanos que falavam somente grego implicava na complexidade do mecanismo de registro, que tinha de contar com um tradutor – seja um funcionário bilíngue ou um intérprete que acompanhe um funcionário monolíngue. E, de fato, é possível reconhecer nos documentos remanescentes os nomes de alguns responsáveis pelas traduções legais. Então, a língua latina deveria ser usada pelo menos na versão primária do documento. As concessões à língua não oficial vinham através da aceitação de que o peticionário assinasse em sua língua materna e do provimento de uma cópia do documento em grego, contendo as partes mais relevantes. O deferimento do documento pelo funcionário romano era registrado em latim, mesmo que fosse um documento de exibição pública.

⁷⁴ O autor afirma ainda (cf. nota 192) que sua posição é corroborada por trabalhos como o de Kaimio (1979) e o de Rochette (1997). Contudo, não houve possibilidade de consulta a esses trabalhos, que não fazem parte do acervo das bibliotecas brasileiras acessíveis e estão esgotados para venda. Por isso, o trabalho de Adams (2004) foi tomado como referência.

É interessante notar que o deferimento seja em latim. Um documento muito esclarecedor nesse ponto é um relatório de procedimentos diante do *dux Aegypti* Flávio Maurício em um julgamento (ADAMS, 2004, p. 557). Primeiro, havia um preâmbulo feito em latim: eram anunciados a data e o local, seguido de um pedido de permissão para que fosse feita a leitura da petição, que era então concedido pelo *dux*. A leitura e o registro da petição eram feitos em grego e o julgamento do *dux*, que possivelmente encaminhava o caso a uma outra instância, em latim. As etapas em latim – abertura, pedido de permissão e julgamento – têm um sabor performativo, assim como o deferimento registrado nos documentos anteriores. Esse uso mais específico do latim, acompanhado da aceitação do grego no mesmo documento, começa a nos esboçar a ideia de que o latim figurava em situações em que houvesse reafirmação da autoridade, com uma inclinação mais clara para afirmação da identidade romana de dominador, ainda que o grego também fosse aceito nas informações mais pragmáticas, como é o caso da leitura da petição.

Se observarmos ainda as inscrições presentes no monumento dos Colossos de Mênnon, em especial o localizado ao norte, veremos uma presença mais maciça da língua latina, ao contrário do que ocorria nos demais locais de peregrinação (ADAMS, 2004, p. 546). O Colosso recebia bastante visitação por emitir um som que se creditava à voz de um deus e, assim, ouvi-lo “cantar” durante a aurora era um sinal de boa sorte, o que motivou o turismo na região. Aparentemente havia certa organização na visitação, promovida pelas autoridades locais, pois as inscrições parecem ter sido gravadas com esmero – trabalho possivelmente de lapidários profissionais que podiam ser contratados nas proximidades – e registram apenas lembranças de visitantes das classes altas, geralmente com títulos agregados. Os prefeitos do Egito que registraram sua passagem por ali em sua maioria usaram o latim nas gravações; a exceção na escolha pelo latim é de um prefeito que usou o grego somente ao inserir um trecho poético, escolha justificada pela associação da língua grega com a expressão literária. Esses prefeitos certamente usavam o grego em seus afazeres administrativos, quando lidavam com os *strategoi*, funcionários mais baixos no escalão administrativo, o que nos leva a ponderar que o grego era aceito como língua da administração civil interna (ADAMS, 2004, p. 548). Por sua vez, as inscrições creditadas aos funcionários locais da burocracia egípcia com quem os prefeitos lidavam aparecem majoritariamente em grego, seja nas partes em verso, seja nas em prosa. A única inscrição em latim dentre esses autores é do *epistrategos Thebaidos* Júlio Fido Aquila, porém esse mesmo autor também deixou uma inscrição em grego, o que mostra o seu bilinguismo. Há, então, uma diferença na postura dos prefeitos, que dão preferência à

língua que eles associam com as funções oficiais imperiais e que está ligada diretamente à expressão de datas e títulos imperiais. Quanto às inscrições de centuriões, novamente o latim domina as inscrições em prosa e o grego, as em verso. Isso é relevante, pois em outros sítios de peregrinação é comum os soldados se expressarem em língua grega, adotando a língua franca com que eles lidavam no leste. Dessa forma, a escolha pelo latim não é simplesmente uma questão da natureza militar desses soldados, mas uma questão relacionada especificamente ao lugar dessas inscrições. O Colosso de Mênnon era identificado como um lugar apropriado para expressar a romanidade:

There was obviously something special about the Colossus which inspired prefects and military officers to use Latin in recording their visits. The grandeur of the site and its attraction to both Greek-speaking and Roman *élites* made it suitable for a public display of Romanness by high-ranking official and military officers.⁷⁵

(ADAMS, 2004, p. 554)

A língua latina se conecta, dessa forma, com a identidade romana. Aqueles que se apropriam dela para registrar sua passagem no Colosso estão especificamente registrando seu pertencimento à comunidade linguística romana, que nesse momento é a comunidade dominante, a comunidade mais prestigiada, em razão do seu destaque político e social.

Agora vamos procurar entender em termos de diglossia a significação dos usos de latim e grego no Egito através das evidências que foram relatadas. Não se pode atribuir de maneira alguma uma posição baixa para a língua grega, já que isso não seria condizente com o uso do grego nas inscrições do Colosso tanto ao ser empregado pelos funcionários locais quanto ao ser empregado especificamente para o registro poético. A opção pelo grego nas inscrições em verso é um marcador de como a associação da língua latina com a expressão elevada da cultura ainda é clara, presente mesmo entre os centuriões romanos. A posição baixa também não seria condizente com as concessões feitas ao uso do grego em situações oficiais, como é o caso da leitura da petição diante do *dux*. Em suma, o grego era considerado apropriado (i) na administração civil, por ser comum na comunicação entre prefeitos e seus subalternos; (ii) nos tribunais, pela aceitação da leitura da petição em grego; (iii) na poesia. Há também evidência do uso frequente de grego por soldados romanos, em inscrições de oferendas a divindades, o que também mostra a aceitação do grego na esfera religiosa (cf. ADAMS, 2004, p. 576-589). Esses domínios em que o uso do grego se mostra apropriado são

⁷⁵ “Havia obviamente algo de especial no Colosso que inspirava prefeitos e oficiais militares a usar o Latim para registrar suas visitas. A grandeza do local e sua atração tanto para a *élite* falante de grego quanto para a romana o fizeram adequado para uma exibição pública de romanidade por parte dos altos funcionários e dos oficiais militares.”

domínios de prestígio e, portanto, o grego pode ser considerado uma língua elevada, já que o seu uso está ligado a funções que podem ser consideradas formais.

O latim por sua vez recebe destaque por aparecer em maior proporção nas inscrições do Colosso de Mênnon do que em outros lugares de peregrinação e, por isso, não se pode deixar de levar em conta que o Colosso se destaca por ter um público maior das classes altas, que se reflete nas inscrições possivelmente feitas por lapidários profissionais. Nos procedimentos diante de uma autoridade, os trechos em latim têm um tom cerimonioso. Nos documentos oficiais, parece dar a legitimação do certificado, uma vez que é a língua do deferimento oficial pelo funcionário a serviço do estado e de documentos relevantes para a cidadania romana, como a certidão de nascimento. Desse modo, o latim não apenas ocupa domínios de prestígio, como também está atrelado à afirmação da romanidade: é a língua dos documentos de cidadania, é a língua usada pelo funcionário presidente do julgamento, é a língua utilizada para simbolizar o poder político e o poder militar nas inscrições do Colosso. A partir disso, Adams conclui que o latim era a língua “super-elevada”⁷⁶ nesse contexto, estava disponível para ser utilizada quando fosse necessário declarar a romanidade do poder imperial no Egito (ADAMS, 2004, p. 597).

É importante ressaltar que as funções atribuídas a cada língua variam de acordo com a comunidade linguística, a depender principalmente da língua materna mais utilizada. Adams (2004, p. 598) aponta que para um falante de grego comum no Egito, sem nenhum posto oficial, o grego era visto como a língua da administração, pois os funcionários com quem esse indivíduo tinha de lidar – funcionários de escalão mais baixo – eram falantes de grego, e ele não tinha necessidade de entrar em contato com a alta administração que empregava o latim. Já foi mencionado aqui o caso dos gregos residentes em Roma que, por sua vez, viam o latim como língua ligada à administração e utilizavam-na especialmente para expressar coisas desse domínio, como datas e unidades de tempo. Além disso, não se pode deixar de mencionar o caso de comunidades bilíngues sem diglossia, como é o caso dos remotos acampamentos militares do Egito: diante de tamanha mistura entre falantes de grego e de latim, a língua utilizada nas atividades mundanas cotidianas estava pouco associada a posturas simbólicas e ligada mais a fatores como a preferência do próprio falante, a preferência da audiência, a disponibilidade de termos técnicos etc.

Essa condição de variedade super-elevada da língua latina pode ser observada com mais clareza na coleção de documentos do acervo de Flávio Abineu, comandante de uma ala

⁷⁶ “super-high” (ADAMS, 2007, p. 539 et passim).

em Dionísias, na década de 340. Dentre os inúmeros documentos, o grego é a língua usada mais regularmente, inclusive nas correspondências oficiais que ele recebia, mesmo repassando ordens do *dux* e procedimentos. Apenas dois documentos estão em latim: um que nomeia Abinnaeus para o comando da ala em nome do poder imperial, possivelmente apresentada por ele para tomar posse do cargo, e o outro é uma carta de dispensa do comando da ala enviada pelo *dux* do Egito Valácio. A coleção deixa claro que o grego era usado na administração interna e era empregado, portanto, como uma língua oficial. Adams (2004, p. 557) chama a atenção para o fato de que o grego era escolhido mesmo em comunicações entre indivíduos que não estivessem em posição de igualdade, o que assinala uma atitude linguística liberal. Por isso, a motivação para a escolha do latim nos dois documentos é uma invocação da autoridade suprema, uma materialização do poder de execução superior. O latim, então, cumpre uma função mais elevada do que a função que o grego cumpre nesse contexto: se o grego é utilizado nas correspondências formais e pode ser considerado uma língua elevada, o latim por sua vez é uma língua super-elevada, que pode ser utilizada em situações em que o poder da autoridade romana é evidenciado. Adams (2004, p. 557) coloca isso nos seguintes termos: “Latin was in the wings, to be called on *ad hoc* for the forceful symbolising of the Roman power.”⁷⁷

Especificamente no que diz respeito ao exército, Adams (2004, p. 608) desacredita a afirmação de que o latim fosse a língua oficial. A partir da constatação de que assuntos oficiais – tanto de registro interno quanto de comunicações com membros de fora da instituição – eram redigidos em grego, de que até mesmo escribas alfabetizados em latim optavam pelo grego e de que os mesmos documentos aparecem ora em latim, ora em grego, o autor conclui que não havia uma política linguística fixa de uso do latim como língua oficial do exército.

Na verdade, a questão da escolha da língua nos documentos vai além da imposição a partir de uma determinação de uma esfera superior, já que as circunstâncias presentes em cada situação discursiva são determinantes no processo comunicativo:

The need felt to symbolise Romanness or power will have depended on the attitudes of the participants in a particular transaction and on other extraneous circumstances which we cannot know, and for that reason it is not possible simply to list mechanically documents which had to be in Latin as against those which could be in Greek. Language choice has to be seen as dynamic rather than mechanical, in the

⁷⁷ “O latim estava à disposição para que se recorresse a ele *ad hoc* para a poderosa simbolização do poder romano.”

sense that it was related to the relationships being negotiated on particular occasions between writer/speaker and addressee.⁷⁸ (ADAMS, 2004, p. 761)

O que determina a escolha de língua nessas situações bilíngues não é simplesmente que documento se está redigindo, mas a posição em que os indivíduos envolvidos se colocam: quanto maior o nível de identificação com a autoridade romana, maior a chance do uso do latim; se não há a necessidade de destacar essa autoridade, maior a chance de os indivíduos lançarem mão do grego. Fatores como a língua dos participantes, o contexto de veiculação do documento e o público alvo, certamente influenciam na escolha.

Da mesma forma, o autor questiona a afirmação de que o uso do latim aumentou depois de Diocleciano por ele ter estimulado a adoção do latim como língua oficial do Império. Baseando-se em relatórios de audiências judiciais diante de funcionários romanos, como o que vimos mais acima, Adams (2004, p. 635-636) argumenta que as partes em latim geralmente são trechos formulaicos “acanhados e discretos” – provavelmente influenciados por uma política estabelecida com relação ao formato dos registros – e têm traços de mudança de código. Esse formato, contudo, não é novo, mas registram-se ocorrências dele em documentos anteriores a Diocleciano. Diante disso, fica evidente novamente o fracasso de políticas oficiais na tentativa de impor regras ao uso de língua: “An official policy might attempt to impose a single language on proceedings, but code-switching is an *ad hoc* and variable phenomenon which could not possibly be subject of any official proclamation.”⁷⁹ (ADAMS, 2004, p. 636)

No entanto, o que revela uma política implícita de necessidade do uso do latim é o ensino de língua latina no exército. Que havia algum tipo de alfabetização em latim no exército pode ser constatado em documentos redigidos em latim por militares: através dos tipos de erros encontrados nesses documentos, pode-se dizer que esses indivíduos estavam em fase de aquisição e há evidências de indivíduos em diversas fases, o que demonstra o aprendizado em progresso. Já o fato de se empregarem aprendizes de segunda língua no ofício de escribas, segundo Adams (2004, p. 634), é um reflexo dos baixos índices de alfabetização e

⁷⁸ “A perceptível necessidade de simbolizar romanidade ou poder teria dependido das atitudes dos participantes em uma transação específica e em outras circunstâncias exteriores que nós não podemos conhecer e, por essa razão, não é possível simplesmente listar mecanicamente os documentos que deveriam ser em latim em oposição àqueles que poderiam ser em grego. A escolha de língua deve ser encarada como dinâmica ao invés de mecânica, no sentido de que ela estava relacionada a relações negociadas em ocasiões específicas entre o escritor/falante e o endereçado.”

⁷⁹ “Uma política oficial pode tentar impor uma única língua para os procedimentos, mas a mudança de código é um fenômeno *ad hoc* e variável, que não poderia possivelmente ser matéria de proclamação oficial alguma.”

da escassez de escribas mais competentes. Essa postura, porém, é uma política sutil, não doutrinária.

4.4 EFEITOS DE UM CONTEXTO MULTILÍNGUE NO ENSINO

Os erros presentes nos documentos mencionados nada mais são do que sinais de competência imperfeita compensada muitas vezes pela interferência da língua materna (doravante L1) do indivíduo na sua performance na segunda língua (doravante L2). Os erros de ortografia são especialmente significativos no contexto de bilinguismo entre latim e grego porque trata-se de alfabetos diferentes para cada uma das duas línguas, que, apesar de semelhantes, apresentam diversas incongruências. Cito apenas alguns itens problemáticos: a correspondência entre as vogais se complica pelo fato de o grego ter grafemas distintos para diferenciar a quantidade (ω x o ; η x ϵ) enquanto no latim há apenas um grafema em cada caso ambíguo quanto à quantidade (o x e); a nasal em posição final, que no latim (presente sobretudo nas terminações de acusativo singular e genitivo plural) só pode ser a nasal bilabial, representada pelo grafema *m*, gera confusão para os falantes de grego que estão acostumados também com a nasal alveolar em posição final, grafada pela letra *v*. Os erros de morfologia consistem em usar na L2 terminações e radicais característicos da L1, influência essa que mostra falhas no domínio do sistema linguístico da língua alvo.

Esses erros mostram dois tipos de aprendiz: o que aprende a língua primeiro oralmente – possivelmente num contexto de imersão – e que tem um controle melhor do léxico e da morfologia de L2, mas apresenta deficiências de ortografia quando tem a necessidade de escrever, porque lança mão do mecanismo de escrita de sua L1; e o aprendiz que Adams considera tardio, que provavelmente passou primeiro pelo ensino formal de oralidade e escrita da língua alvo, que se revela ao cometer menos problemas de grafia mas sem demonstrar controle da morfologia e do léxico. Adams (2004, p. 628) ressalta ainda que o aprendiz tardio deve ter passado pela instrução em uma ordem determinada: “(...) *with instruction in basic spelling rules (such as the conversion of the digraphs of one language to*

those of the other) preceding the extensive learning of vocabulary and morphology.”⁸⁰ (grifo do autor)

Esse panorama já nos dá uma ideia acerca de como se dava o aprendizado de língua no contexto bilíngue da antiguidade especialmente no que se refere a aprendizes adultos, pois certamente é a esse público que diz respeito o aprendiz tardio de Adams. Contudo, o público das escolas de gramáticas não pode ser considerado nem o primeiro tipo de aprendiz nem o segundo, pois é um público infantil e o seu aprendizado é predominantemente escrito e carregado de morfologia. Não se pode esquecer, é claro, que as gramáticas que atendiam falantes de L2 se pautaram nos modelos de gramática para falantes de língua materna e não abandonaram o ensino metalinguístico, baseado nas partes do discurso.

Law (1986, p. 369) relata o uso combinado de gramáticas *Schulgrammatik* com gramáticas *regulae* a partir do século V, justamente para cobrir a carência de paradigmas e exemplos nos compêndios gramaticais. O aprendiz de L2 precisava tomar conhecimento das formas para então poder enquadrá-las na classificação gramatical:

Since the public of the *grammatici* had as a rule been native Latin-speakers, their grammars could take a knowledge of the forms of Latin for granted: the information they required was taxonomic. It is in this spirit that Donatus conjugates only a single verb in the *Ars minor*. (...) But the young Irishman would have no such background knowledge to rely on.⁸¹

Se as gramáticas *Schulgrammatik* não davam conta do aprendizado de L2, da mesma forma as gramáticas *regulae* também não bastariam por si só, porque a sua organização era pautada mais para que a obra servisse de referência do que de manual de ensino e, além disso, elas traziam apenas algumas partes do discurso, raramente cobriam todas. Dessa forma, as gramáticas *regulae* poderiam suprir a carência de informações formais dos compêndios gramaticais.

O cenário que essa situação esboça ainda não é o desejável em termos de didática de língua estrangeira, mas já aponta para alguns caminhos. Em paralelo a esse uso combinado, os professores começaram também a utilizar o seu espaço de comentários para encorpar a estrutura dessas gramáticas com mais formas e exemplos ilustrativos.

⁸⁰ “(...) com instrução em regras básicas de grafia (como a conversão dos dígrafos de uma língua para os de outra) precedendo o aprendizado abrangente de vocabulário e morfologia.”

⁸¹ “Já que o público dos *grammatici* geralmente era de falantes nativos de latim, suas gramáticas podiam presumir um conhecimento das formas do latim *a priori*: a informação que eles precisavam era taxonômica. É nesse espírito que Donato conjuga um único verbo na sua *Ars minor*. (...) Mas o jovem irlandês não contava com esse conhecimento.”

O lugar que desempenha a *Institutio de nomine et pronomine et uerbo* de Prisciano é esse de fornecer um tratamento mais amplo das formas flexionáveis da língua latina. A diferença em relação às demais gramáticas *regulae* é que ela já leva em consideração de antemão o uso combinado com as *Institutiones*, que cronologicamente é anterior à *Institutio*, como se pode perceber nas remissões ao compêndio que o autor sugere ao longo do texto.

5 *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*

Aqui consta a tradução proposta à obra *Institutio de nomine et pronomine et uerbo*, de Prisciano, revisada sob a luz das conclusões a que se chegou neste estudo. O leitor perceberá que essa é um obra de descrição morfológica, cuja leitura demanda certa paciência. Ela tem a particularidade de expor à exaustão toda a morfologia dos nomes, dos pronomes e dos verbos da língua latina, como o próprio título já sugere. Para facilitar a consulta e a compreensão do texto, foi construído um índice esquemático, que pode ser consultado no apêndice deste trabalho (cf. p. 105).

O texto latino que serviu de base para a tradução foi a edição de Marina Passalacqua (1992), a que recorri sempre que julguei necessário consultar como o texto se apresentava nos seus diversos manuscritos. Os recursos gráficos de anotação textual, como os colchetes [] e colchetes angulares < > foram empregados conforme a edição latina e todos os meus comentários com relação ao texto estão contidos nas notas de rodapé. Tomei a liberdade na parte que concerne ao verbo de apresentar os exemplos organizados em tabelas, procurando otimizar a fluidez do texto em alguma medida – o texto latino os dispõe ao longo do texto linearmente. Outra interferência minha diz respeito ao uso de hífen (-) diante de unidades menores que a palavra, como as terminações e as *litterae* com que o autor opera. Essa estratégia busca explicitar a citação metalinguística desses pedaços de palavras e foi preferida a uma simples estratégia de grifo itálico porque o itálico levaria à confusão de certos pedaços de palavras com palavras curtas (é o caso evidente, por exemplo, entre a *littera -o* e a interjeição *o* que Prisciano utiliza diante dos vocativos).

O segundo subitem deste capítulo traz uma reflexão acerca do texto da *Institutio*, dialogando com o que foi dito até aqui acerca das circunstâncias em que essa obra foi produzida. Veremos como alguns dos fatos narrados anteriormente revelam-se na superfície do texto, imprimindo nele as marcas do período.

5.1 MÉTODO⁸² ACERCA DO NOME, DO PRONOME E DO VERBO DE PRISCIANO DE CESAREIA

[§ 1] Todos os nomes de que se serve o falar latino são flexionados em cinco declinações, que adotaram uma ordem a partir da ordem das vogais que formam os genitivos. Assim, a primeira declinação é aquela cujo genitivo termina no ditongo *-ae*, como *hic*⁸³ *poeta huius poetae*; a segunda é aquela em que o caso já mencionado acima termina em *-i* longo, como *hic doctus huius docti*; a terceira, em *-is* breve, como *hic pater huius patris*; a quarta, em *-us* longo, como em *hic senatus huius senatus*; e a quinta no hiato *-ei*⁸⁴, como *hic meridies huius meridiei*.

[§ 2] O nominativo da **primeira declinação**⁸⁵ tem então duas possibilidades de letras finais, *-a* e *-s*, e na verdade três terminações possíveis⁸⁶, *-a*, *-as* ou *-es* longos, como *haec syllaba huius syllabae*, *hic Aeneas huius Aeneae*, *hic Anchises huius Anchisae*.

[§ 3] As palavras que terminam em *-a*, sejam gregas ou latinas, masculinas ou femininas ou comum a ambos os gêneros, são da primeira declinação, como *hic citharista huius citharistae*, *hic scriba huius scribae*, *haec Calliopea huius Calliopeae*, *haec regina huius reginae*, *hic e haec aduena*⁸⁷ *huius aduena*. Excetuam-se *una ulla nulla sola tota alia utra neutra altera*, que seguem a declinação dos pronomes que terminam o genitivo em *-ius*⁸⁸, do mesmo modo os que são compostos a partir deles: *aliqua nequa siqua*. Os nomes neutros em *-a*, contudo, são gregos e são da terceira declinação; com efeito, o genitivo grego *-τος* é convertido em *-tis* entre nós, como *hoc poema huius poematis emblemata emblematis toreuma toreumatis*. Já os nomes das letras são indeclináveis, tanto em grego quanto em latim, como *alpha beta, a b*.

⁸² *institutio*, *-onis* (f.): instrução, ensino, educação; método, sistema, doutrina, escola, seita. (FARIA, 1962)

⁸³ Como em várias gramáticas antigas, o pronome demonstrativo é usado para explicitar o caso e o gênero: *hic* é nominativo masculino; *haec* é nominativo feminino; *hoc* é nominativo neutro; e *huius* é o genitivo dos três gêneros. Mais adiante, quando forem elencados os casos em cada declinação, esse pronome aparecerá flexionado em todos os casos.

⁸⁴ *in ei divisas*: em *ei* separadas, *litterae* separadas, i.e. hiato, em oposição ao *diphthongon* do genitivo da primeira declinação.

⁸⁵ Este grifo foi inserido por mim para destacar a organização textual em que aparecem as cinco declinações, já que no texto de Prisciano parece haver uma sistematização através do uso de uma expressão formulaica.

⁸⁶ *litterae* são as unidades mínimas com que trabalham os gramáticos. *terminationes* é um recorte de *litterae* que Prisciano opera nas suas explicações.

⁸⁷ *advena*, *-ae* ‘estrangeiro’ é uma palavra de dois gêneros; por isso, aparecem *hic* e *haec* diante do nominativo.

⁸⁸ Como se verá à frente (cf. §26-28), os pronomes podem ser primitivos ou derivados. Dentre os primitivos, há aqueles que terminam o genitivo em *-i* (*ego*, *tu*) e aqueles que terminam o genitivo em *-ius* (*ille*, *hic*). A ressalva de Prisciano aponta que os nomes como *una* etc. seguem essa segunda declinação dos pronomes primitivos.

[§ 4] As palavras gregas que terminam em *-as* ou em *-es*, cujos genitivos em grego terminam no ditongo *-ou* ou em *-α*, são da primeira declinação em latim, como ο Λυσίας τοῦ Λυσίου *hic Lysias huius Lysiae*, ὁ Ἄντας τοῦ Ἄντα *hic Antas huius Antae*, ὁ Πριάμίδης τοῦ Πριάμιδου *hic Priamides huius Priamidae*. Porém, deve-se saber que, se forem encontrados nomes próprios⁸⁹ em forma de patronímicos, os mais velhos os pronunciavam segundo a terceira declinação, como *hic Thucydides huius Thucydidis*, *hic Euripides huius Euripidis*. E pronunciavam similarmente as palavras bárbaras dessa mesma declinação, como *hic Tigranes huius Tigranis*, *hic Mithridates huius Mithridatis*, *hic Ariobarzanes huius Ariobarzanis*. Porém, percebe-se que foi feito o mesmo em certas palavras gregas por meio da autoridade, como *hic Orontes huius Orontis*.

[§ 5] A **segunda declinação** tem três possibilidades de letras finais, *-r*, *-s* ou *-m*, e na verdade seis terminações possíveis, *-er*, *-ir*, *-ur*, *-us*, *-eus* ou *-um*, como *sacer sacri*, *uir uiri*, *satur saturi*, *magnus magni*, *Tydeus Tydei*, *templum templi*.

[§ 6] As palavras terminadas em *-er* são da segunda declinação se são palavras que em grego terminassem em *-πος*, o que entre nós é convertido em *-er*, palavras que dão origem a palavras femininas que terminam em *-a* e palavras que têm *-s* e *-t* antes de *-er*, exceto os possessivos⁹⁰, como *hic Menander huius Menandri*, *Alexander Alexandri*, *tener teneri*, *sacer sacri* (pois esses fazem *tenera sacra*) *hic oleaster huius oleastri*, *apiaster apiastri*. Excetuam-se *hic sequester huius sequestris*, que, apesar de ser encontrado na terceira declinação, faz o feminino em *-a*, *haec sequestra*, embora os mais velhos o proferissem mais razoavelmente na segunda declinação, *hic sequester huius sequestri*. Todas as outras palavras que terminam em *-er* são na verdade da terceira declinação, como *hic pater huius patris*, *haec mulier huius mulieris*, *hic e haec pauper huius pauperis*, *hoc tuber huius tuberis*. Excetuam-se *puer pueri*, *gener generi*, *socer soceri*, *fiber fibri*, *cancer cancri*, *liber libri*, *culter cultri*.

[§ 7] São encontradas duas palavras masculinas terminadas em *-ir* na segunda declinação, *hic Treuir huius Treuiri*, que é gentílico, e *hic uir huius uiri* e seus compostos; além desses, são encontrados dois neutros, um da terceira conjugação, *hoc Gaddir huius Gaddiris* (nome de uma cidade⁹¹), e *hoc ir*⁹², indeclinável, que os gregos dizem θέναρ⁹³.

⁸⁹ Em oposição aos nomes comuns, os nomes próprios são aqueles que nomeiam indivíduos, como *Prisciano*, *Roma*, *Rio Tibre*.

⁹⁰ Referência a *noster nostri* e *vester vestri*. Prisciano os coloca entre os pronomes derivados declinados de acordo com os nomes. Cf. § 28

⁹¹ Uma colônia fenícia na Espanha Bética, também chamada *Gades*, *ium* (terceira declinação).

⁹² *hīr* ou *ir* a palma da mão, mão; em grego, χεῖρ.

⁹³ θέναρ, *apoc* cavidade; palma da mão. (PEREIRA, 1990, p. 264).

[§ 8] É encontrada uma palavra da segunda declinação terminada em *-ur* cujo feminino termina em *-a*, *hic satur huius saturi*. Na verdade, todas as demais terminadas em *-ur* são da terceira declinação, como *hic fur huius furis*, *hic furfur huius furfuris* (τὸ πίτυρον τοῦ πίτυρου⁹⁴), *hoc sulphur huius sulphuris*.

[§ 9] Aquelas que terminam em *-us* breve com *-s* ou *-t* ou *-x* antecedendo, se forem nomes de coisas abstratas, são masculinas e de quarta declinação, como *hic risus huius risus*, *hic visus huius visus*, *tumultus*, *metus*, *luxus*, *sexus*⁹⁵. Similarmente são da quarta declinação as palavras que são compostas a partir delas, como *hic senatus* (que vem de *senibus* e *natu*) *huius senatus*, e aquelas que foram fixadas homonimamente⁹⁶ pelos seus usos, como *hic magistratus* (ἡ ἀρχὴ⁹⁷ καὶ ὁ ἄρχων⁹⁸) *huius magistratus*, *hic exercitus* (ὁ στρατὸς⁹⁹ καὶ ἡ γυμνασία¹⁰⁰) *huius exercitus*, *hic saltus* (ἡ πῆδησις¹⁰¹ καὶ ἡ νάπη¹⁰²) *huius saltus*. Além disso, são também dessa mesma declinação as palavras que, depois de fixadas¹⁰³, terminam em *-tus* e com qualquer consoante na sílaba anterior ao *-t*, como *hic fluctus huius fluctus*, *hic quaestus huius quaestus*, *hic rictus huius rictus*. Excetua-se *lectus*, ἡ κλίνη, *lecti*; e *mustus* faz *musta*¹⁰⁴. Similarmente há palavras da quarta declinação que são fixadas por síncope a partir das palavras abstratas mencionadas acima, como *portatus portus*, *artatus artus*, *arcitus* (a partir do verbo *arceo*) *arcus*, *laqueatus lacus*; também parece ser a mesma situação de *uultus*, que vem do verbo *uolo*, do mesmo modo que *cultus* vem de *colo*. Na verdade, todas as demais palavras com a terminação *-us* supracitada são nomes masculinos da segunda declinação,

⁹⁴ πίτυρον, ou farelo (PEREIRA, 1990, p. 461)

⁹⁵ Ausência de forma de genitivo, conforme no original: algumas vezes, o autor omite a forma seguinte se ela pode ser tomada por analogia aos exemplos anteriores.

⁹⁶ Em latim, *cognominatim*. Pelos exemplos podemos perceber que o autor está chamando atenção para o caso de palavras da quarta declinação que possuem mais de um significado. *Exercitus*, por exemplo, pode ser interpretado de acordo com dois homônimos: *exercitus* que indica a reunião de soldados, um exército, que o autor relaciona ao termo grego ο (στρατὸς, ou *exercitus*, que indica os exercícios militares, em grego η (γυμνασία. A estratégia do autor para explicitar essa homonímia é trazer ao lado de cada palavra em latim as suas duas interpretações possíveis em grego.

⁹⁷ ἀρχή, ἡς princípio, origem; ponta, extremidade; princípio, fundamento; mando, poder, autoridade; cargo magistratura; império, reino. (PEREIRA, 1990, p. 84) Certamente a acepção de ἀρχή que corresponde a *magistratus* é a de magistratura, cargo.

⁹⁸ ἄρχων, οντος chefe, rei; arconte, um dos 9 magistrados de Atenas. (PEREIRA, 1990, p. 85)

⁹⁹ στρατός, οῦ exército, frota; multidão de povo. (PEREIRA, 1990, p. 532)

¹⁰⁰ γυμνασία, ας exercício gmnico. (PEREIRA, 1990, p. 117)

¹⁰¹ πῆδησις, εως ação de saltar; palpitação. (PEREIRA, 1990, p. 458)

¹⁰² νάπη, ης vale coberto de bosques. (PEREIRA, 1990, p. 383)

¹⁰³ O autor não define como se dá essa fixação, mas pelos exemplos podemos inferir que se trata da cristalização de substantivos deverbais a partir das formas participiais, de modo que faz parte desse processo morfológico acomodá-los na quarta declinação: *fluctus* vem do participio de *fluo*, *quaestus* vem do participio de *quaeso* e *rictus* vem do participio de *ringor*.

¹⁰⁴ A questão é que *mustus*, apesar de ter o contexto fonológico que o autor identifica com os nomes deverbais da quarta declinação (*-tus* precedido de consoante), faz feminino em *-a* e é da segunda declinação. *Lectus* também se encaixaria nessa regra morfológica, mas igualmente pertence na verdade à segunda declinação.

como *hic bonus huius boni numerus uentus* (ainda que esse último pareça também ser idêntico ao nome abstrato que é formado a partir do verbo *uenio*, a partir do qual é composto *aduentus*) *sanctus sancti, somnius somni*. Excetuam-se *gradus sinus currus ficus* (que é um defeito do corpo¹⁰⁵) e *tonitrus cornus*, que são palavras neutras que terminam em *-u*¹⁰⁶, e uma da terceira declinação, *hic lepus huius leporis*. Por outro lado, *penus* e *specus* são encontrados tanto no gênero masculino quanto feminino e também no neutro e obedecem à segunda, à terceira e à quarta declinação¹⁰⁷: *hic* e *haec penus huius peni* e *hoc penus huius penoris* e *hoc penum huius peni* e *hoc penu huius penu*; similarmente *hic* e *haec specus huius speci* e *hoc specus huius specoris* e *hoc specum huius speci* e *hoc specu huius specu*. Os nomes femininos que terminam em *-us* breve, se forem nomes próprios gregos que terminam em *-ος* em grego ou nomes de árvores, são da segunda declinação, como *haec Tyrus huius Tyri, Cyprus Cypri, Arctus Arcti, Pylus Pyli, cupressus cupressi, pirus piri, arbutus alnus*. Excetuam-se cinco que são encontrados tanto na quarta quanto na segunda declinação: *quercus laurus pinus cornus ficus*; e um da terceira declinação: *Venus Veneris*. De fato, todos os demais nomes femininos que terminam em *-us* breve são de quarta declinação, como *haec manus huius manus nurus socrus porticus anus*. Excetuam-se *aluus alui, humus humi*; *haec domus huius domi* ou *domus*; e *haec colus huius coli* ou *colus*. Os neutros que terminam em *-us*, seja longo ou breve, são da terceira declinação e terminam seu genitivo em *-ris*, como *ius iuris, plus pluris, munus muneris, pondus ponderis, corpus corporis, pectus pectoris, maius, minus*. Excetuam-se *pelagus pelagi*, que é grego, *uulgius uulgi*, que é masculino, *uir uiri*, e ainda *pus*¹⁰⁸, que é indeclinável. Em *-us* breve são encontradas duas palavras comuns de três gêneros¹⁰⁹ na terceira declinação: *hic, haec* e *hoc vetus veteris Ligus Liguris*, que é um nome gentílico; e duas palavras monossílabas que são alongadas no nominativo: *hic* e *haec sus suis grus gruis*; porém *mus muris* é um epiceno¹¹⁰, que mudou o *-u* em *-u* longo a partir de *μῦς* do grego. Nenhum nome masculino latino, contudo, termina em *-us* longo. Assim, as palavras gregas que terminam em *-us* longo, se em grego terminam o genitivo em *-δος*, em latim convertem o *-δος* em *-dis* para o caso genitivo, como *ὁ Οἰδίπους τοῦ Οἰδίποδος hic Oedipus huius Oedipodis*, *ὁ Μελάμπους τοῦ Μελάμποδος hic Melampus huius Melampodis*. Já os nomes latinos que terminam na sílaba longa

¹⁰⁵ *ficus*, *-us* significa tanto a fruta figo e sua respectiva árvore, como também hemorróida, por metáfora. É a esta última acepção que Prisciano se refere: *quod est vitium corporis*.

¹⁰⁶ No texto estabelecido por Passalacqua (1992), o trecho é *quae etiam neutra sunt in u desinentia* (grifo meu), porém há o resgisto de que foi encontrada a forma *us* em dois dos manuscritos com que a autora trabalhou.

¹⁰⁷ A partir dos exemplos dados, conclui-se que Prisciano está argumentando que *penus* e *specus* seguem a segunda quando no masculino (*hic penus huius peni*) ou no feminino (*haec penus huius peni*); contudo, quando no neutro, podem ser declinados ou pela terceira (*hoc penus huius penoris*) ou pela segunda (*hoc penum huius peni*) ou ainda pela quarta declinação (*hoc penu huius penu*). Da mesma forma, apontam para essa conclusão os exemplos de *specus*.

¹⁰⁸ O dicionário de FARIA (1962) menciona somente *pus, puris*, um nome declinável da terceira.

¹⁰⁹ Isto é, palavras que têm a mesma forma para todos os gêneros.

¹¹⁰ Termo que designa uma palavra que, apesar de significar os dois gêneros, tem marcação sintática/morfológica de um só, e.g. o cônjuge, a criança, a andorinha.

mencionada¹¹¹ são sem dúvida femininos e de terceira declinação, como *haec seruitus huius seruitutis, senectus, iuuentus, tellus, palus*. Mas acerca da última e da penúltima sílabas do genitivo desses e de outros nomes falamos mais vastamente no sexto livro¹¹² sobre o nome.

[§ 10] As palavras gregas que terminam em *-eus* existem em grande quantidade e de segunda declinação, como *hic Tydeus Tydei, Orpheus Orphei, Oileus Oilei*.

[§ 11] Todos os nomes que terminam em *-um* são da segunda declinação, como *hoc templum huius templi, Palladium Palladii*.

[§ 12] A **terceira declinação** tem dez possibilidades de letras finais: *-a, -e, -o, -c, -l, -n, -r, -s, -t e -x*, como *hoc toreuma, hoc monile, haec uirgo, hoc lac, hic sol, hoc nomen, hic orator, haec ciuitas, hoc caput e hic, haec ou hoc felix*.

[§ 13] Os neutros que terminam em *-a* e todas as palavras que terminam em *-e* breve ou em *-o* são da terceira declinação, como *hoc toreuma huius toreumatis, hoc monile huius monilis, sedile, ouile, hic Cato, haec uirgo, hic e haec homo*. Excetua-se *hoc cepe*, que é *aptoton*¹¹³; contudo, diz-se também *haec cepa huius cepae*.

[§ 14] Todas as palavras que terminam em *-c, ou -l, ou -n, ou -t, ou -x* são da terceira declinação, como *hoc allec huius allecis* (uma espécie de peixe), *consul consulis, Titan Titanis, sinciput sincipitis, fallax fallacis*.

[§ 15] Aquelas que terminam em *-r*, se não forem da segunda declinação, sobre as quais já falamos anteriormente, sem dúvida são de terceira declinação, como *hic Bostar huius Bostaris, agger aggeris, haec soror, hic e haec felicior huius felicioris, memor, hoc laquear huius laquearis*.

[§ 16] Palavras que terminam em *-s* são encontradas nas cinco declinações. Assim, façamos a distinção pelas vogais que o antedecedem. As palavras latinas que terminam em *-as* certamente são todas de terceira declinação, já as gregas, são de terceira declinação aquelas cujo genitivo termina em *-oç* em grego, como *hic Maecenas huius Maecenatis Arpinas Arpinatis haec pietas huius pietatis hic Atlas huius Atlantis haec Pallas huius Palladis*.¹¹⁴ Todas as que terminam em *-es* breve são da terceira conjugação, como *hic miles, haec seges e hic, haec ou hoc teres teretis*. As palavras gregas que terminam o seu genitivo grego em *-oυç*

¹¹¹ Isto é, *-us*.

¹¹² Referência às *Institutiones grammaticae*.

¹¹³ Uma palavra sem caso, indeclinável, do grego *a + ptôsis*.

¹¹⁴ Vale lembrar aqui que as palavras da primeira conjugação terminadas em *-as* e *-es* longo são palavras de origem grega, cujo genitivo em grego termina em *-oυ* ou *-α*. Cf. §4.

ou em -εος são da terceira declinação, como ὁ Ἑρμογένης τοῦ Ἑρμογένους *hic Hermogenes huius Hermogenis*, ὁ Ἐτεοκλῆς τοῦ Ἐτεοκλέος *hic Eteocles huius Eteoclis*; já as latinas são de quinta declinação se tiverem -i antes de -es, como *facies faciei series dies*. Excetua-se *quies quietis*, cujo composto *requies requietis* faz também o genitivo *requiei*. Todas as demais são de terceira conjugação, como *hic Ulixes huius Ulixis*, *Verris Verris*, *haec caedes huius caedis*, *haec nubes huius nubis*, *hic e haec heres huius heredis*, *locuples locupletis*. Excetua-se *res rei*, *spes spei*, *fides fidei* e *plebes plebei*, que também se diz *plebs plebis*. Todas as palavras em -is são de terceira conjugação, como *hic collis huius collis*, *Samnis Samnitis*, *haec Neapolis huius Neapolis*, *lis litis*, *hic e haec utilis huius utilis*, *dis ditis*. Todas as palavras latinas que terminam em -os e as gregas que terminam em -ος longo ou que terminam em -ου são da terceira declinação, como *hic flos floris nepos nepotis haec dos hic et haec custos custodis hic heros herois haec Erinyes huius Erinyis*. Mas descobrirás mais sobre a penúltima sílaba dessas palavras e de todas as outras no sexto livro¹¹⁵ acerca do nome, como já foi dito anteriormente. As palavras que terminam em ditongo -aes ou -aus e todas aquelas que terminam em duas consoantes são da terceira declinação, como *hic praes huius praedis*, *hoc aes aeris*, *fraus fraudis*, *laus laudis*, *arx arcis*, *ars artis*, *mons montis*.

[§ 17] A **quarta declinação** tem duas possibilidades de terminação: -us e -u. As palavras que terminam em -us são masculinas e femininas, enquanto que as que terminam em -u são neutras, como *hic uultus huius uultus*, *haec manus huius manus*, *hoc genu huius genu*. Mas já tratamos do padrão das terminações em -us mais acima, quando falamos da segunda declinação; são encontrados neutros que terminam em -u indeclináveis no número singular, mas no plural eles são flexionados conforme a quarta declinação.

[§ 18] A **quinta declinação** tem uma única terminação: em -es longo, que já apresentamos acima, quando dissertamos acerca da terceira declinação, como *hic merides huius merides*.

[§ 19] Agora falaremos sobre os casos oblíquos¹¹⁶ das cinco declinações.

[§ 20] O genitivo e o dativo singular da primeira declinação terminam no ditongo -ae, como *huius* e *huic poetae*; o acusativo em -am, como *hunc poetam*, o vocativo e o ablativo em -a, como *o*¹¹⁷ e *ab hoc poeta*, o nominativo e o vocativo plural terminam em ditongo -ae, como *hi* e *o poetae*, o genitivo plural em -arum, como *horum poetarum*, dativo e ablativo em -is, como *his* e *ab his poetis* (ficam registradas em razão da diferença: *deabus filiabus natabus equabus*

¹¹⁵ Referência às *Institutiones grammaticae*.

¹¹⁶ Os demais casos que se opõem ao caso reto, i.e. o nominativo.

¹¹⁷ *o* é a interjeição *ó* diante do vocativo, como em *o poeta!* Prisciano a utiliza, para indicar o vocativo, em lugar do pronome usado diante dos demais casos.

mulabus), acusativo plural em *-as*, como *hos poetas*. Deve-se saber, porém, que entre os nomes gregos pode ocorrer de os autores utilizarem terminações gregas para diversos casos, tanto no singular quanto no plural.

[§ 21] O genitivo da segunda declinação termina em *-i*, como *hic magnus huius magni*; o dativo e o ablativo terminam em *-o* longo, como *huic* e *ab hoc magno*; o acusativo em *-um*, como *hunc magnum*, a menos que sejam neutros, cujo acusativo segue seu nominativo em qualquer ocasião, como *hoc pelagus hoc laquear*. Quando o nominativo termina em *-r* ou em *-m*, o vocativo será idêntico a ele, como *hic uir* e *o uir*, *hoc templum* e *o templum*; contudo, quando termina em *-ius*, se forem nomes próprios, caindo o *-us* fazem o vocativo, como *hic Virgilius o Virgili*, *hic Terentius o Terenti*; em todos os outros nomes que terminam em *-us*, faz-se o vocativo pela mudança do *-us* em *-e*, como *hic magnus o magne*, *socius socie*. É encontrado um único nome dito com vocativo duplicado: *filius o fili e o filie*. Os antigos, às vezes, utilizam o nominativo ao invés do vocativo por causa do metro poético ou de eufonia. As palavras gregas que terminam em *-eus* existem em grande quantidade e seguem o vocativo grego e também da mesma forma o acusativo; e verás isso acontecer como dissemos com todos os nomes gregos muito frequentemente em muitos casos. O nominativo e o vocativo plural da segunda declinação terminam em *-i*, como *hi* e *o magni*. Os neutros, tanto dessa declinação quanto das outras, naquelas em que são encontrados, terminam o nominativo, o acusativo e o vocativo plural em *-a*, da mesma forma que em grego. O genitivo provém do ablativo singular adicionando *-um*, como *ab hoc magno horum magnorum*, o dativo e o ablativo são em *-is*, como *his* e *ab his magnis*, o acusativo é em *-os*, como *hos magnos*.

[§ 22] O genitivo da terceira declinação acaba em *-is* breve, como *hic rex huius regis*, o dativo em *-i*, *huic regi*, o acusativo em *-em* na maioria das vezes, como *hunc regem*, mas em alguns poucos em *-im*, como *hunc Tiberim*, *hanc restim*, *puppim turrim sitim*, sobre os quais expusemos no sétimo livro¹¹⁸ sobre o nome. O vocativo é idêntico ao nominativo, como *hic rex o rex*; é lícito aos nomes gregos utilizar o vocativo grego, como já foi dito acima, como em:

*“Thybri pater”*¹¹⁹.

O ablativo em certas palavras é com *-e* breve, como *ab homine*, em outras com *-i*, como *a Tiberi*, e em outras ainda em *-e* ou também *-i*, como *a felice* ou *a felici*. O nominativo, o acusativo e também o vocativo plural de terceira declinação acabam em *-es* longo, como *hi*,

¹¹⁸ Referência às *Institutiones grammaticae*.

¹¹⁹ Virgílio, Eneida, 8.540 e 10.421.

hos e *o reges*; porém, em algumas pode ainda terminar em *-is*, como *hos* e *has omnes* e *omnis*; o genitivo termina em *-um* sem *-i* antecedente na maioria, como *regum* de *rege*, mas em certas palavras há o *-i* antecedendo, como *horum montium*, palavras sobre as quais ensinamos no sétimo livro¹²⁰ sobre o nome; o dativo e o ablativo são em *-bus*, como *his* e *ab his regibus*.

[§ 23] O genitivo singular da quarta declinação termina em *-us* longo, como *hic senatus huius senatus*, o dativo em *-ui*, *huic senatui*, o acusativo em *-um*, *hunc senatum*; o vocativo é idêntico ao nominativo, *o senatus*; o ablativo é em *-u* longo, *ab hoc senatu*. O nominativo, o acusativo e o vocativo plural dessa declinação terminam em *-us* longo, como *hi*, *hos* e *o senatus*, o genitivo em *-uum*, como *horum senatuum*, dativo e ablativo em *-bus*, como *his* e *ab his senatibus*.

[§ 24] O genitivo e o dativo singular da quinta declinação são pronunciados com o hiato¹²¹ *-ei*, como *huius* e *huic rei*, o acusativo em *-em*, como *hanc rem*; o vocativo é idêntico ao nominativo, *o res*; o ablativo acaba em *-e* longo, *ab hac re*, o nominativo, o acusativo e o vocativo plural dessa declinação terminam em *-es* longo, como *hae*, *has* e *o res*, o genitivo provém do ablativo singular, adicionando-lhe a sílaba *-rum*, como *ab hac re* e *harum rerum*, o dativo e o ablativo terminam em *-bus*, como *his* e *ab his rebus*.

[§ 25] E, por razão de economia, nestas circunstâncias basta ter dito essas coisas para que os alunos sejam instruídos. Convém encontrar uma disposição mais perspicaz das regras tanto da penúltima sílaba quanto da última, que são pertinentes à declinação de todos os nomes, nos sete livros¹²² que escrevemos mais cuidadosamente sobre os nomes, e especialmente no sexto e no sétimo, que, compostos acerca do nominativo e dos casos oblíquos, apoiam-se nos testemunhos de vários autores.

[§ 26] Os pronomes sobre os quais não resta dúvida alguma são quinze em latim. Estes oito são os primitivos: um de primeira pessoa, *ego*, um de segunda, *tu*, seis de terceira, *sui ille ipse hic iste is*; sete são os derivados: *meus tuus suus noster uester nostras uestras*.

[§ 27] Os pronomes primitivos têm, pois, duas declinações, enquanto os derivados têm três¹²³. Uma das declinações dos **primitivos** é aquela em que tanto o genitivo quanto o dativo

¹²⁰ Referência às *Institutiones grammaticae*.

¹²¹ *in ei diuisas*. Cf. p. 71, nota 84.

¹²² Referência às *Institutiones grammaticae*.

¹²³ Na edição de Passalacqua (1992, p. 22), vemos que há manuscritos que registram a palavra *duas* nessa passagem e manuscritos que registram a palavra *tres*. A construção da frase, que conta com conjunções como *vero*, sugere que haja alguma diferença entre o número de declinações dos pronomes primitivos e a dos pronomes derivados: “*Habent igitur primitiua duas declinationes, deriuatiua vero tres*.” Contudo, no parágrafo seguinte, quando são apresentadas as declinações dos pronomes derivados, são elencadas duas declinações que

terminam em *-i*, e o acusativo e o ablativo em *-e* longo, *ego tu mei tui sui mihi tibi sibi me te se a me a te a se*; a segunda pessoa tem vocativo, que é idêntico ao nominativo: *o tu*. Os plurais da primeira e da segunda pessoa são flexionados similarmente (o pronome de terceira pessoa mencionado acima, i.e. *sui*, que não tem nominativo, é o mesmo para ambos os números): *nos uos, nostrum* ou *nostrum uestrum* ou *uestri, nobis uobis*; a segunda pessoa tem vocativo no número plural, que é idêntico ao nominativo: *o uos*. Na verdade, o pronome *sui* não tem nominativo, porque não o tem nem em grego: αὐτοῦ ou ἐαυτοῦ¹²⁴ *huius sui*; porém, tratamos disso mais vastamente no livro¹²⁵ que é sobre os pronomes. A outra declinação dos cinco pronomes primitivos restantes é aquela em que, para os três gêneros, o genitivo termina em *-ius* e o dativo em *-i*. Mas o acusativo e o ablativo singular e todos os casos plurais no masculino e no neutro seguem as terminações dos nomes da segunda declinação, e no feminino seguem as da primeira, como *ille illius illi, illa illius illi, illud illius illi, illum illam illud* (é necessário, pois, que os neutros tenham o nominativo e o acusativo similares) *ab illo ab illa ab illo, illi illae illa*. Contudo, deve ser observado que *hic haec* e *hoc huius huic* sempre terminam o dativo em *-c* por causa da diferença em relação à interjeição¹²⁶.

[§ 28] Cinco porém dos sete **derivados** são declinados segundo a regra dos nomes flexionáveis¹²⁷, i.e. masculino e neutro conforme a segunda declinação e feminino conforme a primeira; são eles: *meus tuus suus noster uester*. Os dois pronomes restantes, i.e. *nostras* e *uestras*, são comuns para os dois gêneros e declinados conforme a terceira declinação, como *hic* e *haec nostras uestras huius nostratis uestratis*. Contudo, são encontrados nove nomes flexionáveis, que alguns consideram entre esses pronomes porque têm declinação de pronomes¹²⁸, como *quis quae quod cuius cui, unus una unum unius uni, ullus ulla ullum ullius*

dão conta dos pronomes que o autor havia elencado anteriormente: *meus, tuus, suus, noster, uester, nostras* e *uestras*. Quanto aos demais exemplos citados em seguida, o autor argumenta que há uma dúvida em considerá-los pronomes, porque, apesar de apresentarem algumas terminações características dos pronomes, eles não têm pessoas determinadas. Não fica claro o que é esse critério de “determinação”, mas podemos cogitar que esteja ligado à dêixis.

¹²⁴ “*et primae quidem personae primitivum est ego et reliqui casus sequentes; secundae tu et eius obliqui; tertiae uero ille, ipse, iste, hic, is, sui, quod nominativum caret, quomodo ἐαυτοῦ apud Graecos.*” (*Institutiones*, GL 2,577,1) – O trecho das *Institutiones* faz referência somente ao pronome grego ἐαυτοῦ, de modo que se pode questionar a presença de αὐτοῦ no manuscrito, já que o pronome αὐτός tem sim nominativo. Mais abaixo (*Institutiones*, GL 2,584,1), Prisciano até fala da correspondência entre *sui* e αὐτοῦ mas referindo-se à identidade de significação, já que ambos se referem à terceira pessoa e são reflexivos; não afirma que eles tenham comportamento sintático idêntico.

¹²⁵ Referência às *Institutiones grammaticae*.

¹²⁶ Aqui Prisciano chama atenção para a distinção entre o pronome *huic* e a interjeição *hui!* Segundo ele, o dativo do pronome sempre aparece com *-c* no final justamente para evitar a homofonia com a interjeição.

¹²⁷ No latim, *mobilium regulam nominum*. Trata-se da regra de declinação em que são flexionados os nomes que são ‘móveis’, ‘flexíveis’. A analogia, na verdade, dá-se com os adjetivos (de primeira classe: *bonus, a, um*), que na época de Prisciano ainda estão na mesma classe dos substantivos, a classe dos nomes.

¹²⁸ Eles têm genitivo em *-ius* e dativo em *-i*.

ulli, nullus nulla nullum nullius nulli, solus sola solum solius soli, totus tota totum totius toti, alius alia aliud alius alii, uter utra utrum utrius utri, alter altera alterum alterius alteri; e é declinado similarmente qualquer um que seja composto a partir desses. Excetua-se *hic neuter huius neutris*¹²⁹; porém, sabe-se que os mais antigos também pronunciavam *neutrius*. *Quis* ou *qui* terminam o acusativo em *-em*, *quem*, o ablativo tanto em *-o* quanto em *-i*, *a quo* ou *a qui*, dativo e ablativo plural tanto em *-is* quanto em *-bus*, *quis* ou *quibus*. Alguns pensaram que todos os infinitivos ou interrogativos ou relativos ou reditivos de substância ou de qualidade ou de quantidade ou significativos de número fossem pronomes, como *quis qui qualis talis quantus tantus quot tot* e aqueles que são compostos ou derivados desses, mas esses não podem ser pronomes porque não têm pessoas determinadas, o que é próprio de um pronome conectivo com caso.

[§ 29] Todos os verbos que são flexionados¹³⁰ conforme a analogia terminam em *-o* ou em *-or* e têm quatro conjugações.

[§ 30] A primeira então é uma conjugação cuja primeira pessoa que termina em *-o* troca essa vogal por *-as* longo e faz a segunda pessoa, como *amo amas*.

[§ 31] Já a segunda conjugação é aquela que converte o *-eo* da primeira pessoa em *-es* longo na segunda pessoa. Nessa conjugação, a segunda pessoa é menor em uma sílaba em relação à primeira pessoa, como em *doceo doces*.

[§ 32] A terceira conjugação certamente é aquela que termina em *-io* na primeira pessoa. Retirada a vogal *-o*, toma um *-s* e fica reduzida em uma sílaba na segunda pessoa, como *facio facis*; com qualquer que seja a letra antecedente, converte o *-o* em *-is* breve, como em *veho vehis, ruo ruis, lego legis*.

[§ 33] A quarta conjugação termina em *-io* ou em *-eo*¹³¹ e, convertidas estas terminações em *-is* longo, faz a segunda pessoa, mais curta que a primeira pessoa em uma sílaba, como *audio audis, eo is*.

¹²⁹ Porque seu genitivo não é em *-ius*, mas em *-is*.

¹³⁰ Em latim, *omnia verba quae secundum analogiam declinantur (...)*. O verbo *declino*, bem como o substantivo *declinatio*, gera um problema de terminologia na tradução. O seu sentido em latim, que Prisciano toma, está ligado a “algo que se afasta, desvia” e era empregada em contexto gramatical significando “derivar, declinar” e aplicado tanto a nomes quanto a verbos, conforme hoje nos referimos à flexão das palavras. Claro que o conceito de flexão não era o que Prisciano tinha em mente, mas o uso que ele faz dessas palavras corresponde ao que chamamos de flexão e optei por usar o verbo flexionar na tradução, já que outras possibilidades (terminar, derivar, declinar) se mostravam inadequadas.

¹³¹ O autor coloca a terminação *-eo* como uma terminação possível da quarta conjugação, de modo que regulariza até certo ponto o verbo *eo* e seus compostos.

[§ 34] Em cada conjugação, o -s no final da segunda pessoa convertido em -t forma a terceira pessoa, porém com vogal breve antes do -t, como *amas*¹³², *doces docet*, *facis facit*, *legis legit*, *audis audit*, *is it*. De fato, aquela mesma segunda pessoa faz a primeira pessoa do plural mantendo o -s e inserindo um -mu, como *amas amamus*, *doces docemus*, *legis legimus*, *audis audimus*; também ali inserindo um -ti faz a segunda pessoa do plural, como *amas amatis*, *doces docetis*, *legis legitis*, *audis auditis*. Na primeira e na segunda conjugação, a terceira pessoa do plural costuma ser feita inserindo um -n na terceira pessoa do singular, como *amat amant*, *docet docent*; já na terceira e na quarta conjugações, fazemos a terceira pessoa do plural convertendo o -o final da primeira pessoa em -unt, como *facio faciunt*, *lego legunt*, *audio audiunt*, *eo eunt*.

[§ 35] Certamente fazemos o pretérito imperfeito da primeira e da segunda conjugações a partir da segunda pessoa, tirando o -s final e adicionando -bam, como *amas amabam*, *doces docebam*; similarmente acontece nos verbos da quarta conjugação que terminam em -eo, como *eo is ibam*. De fato, nos outros todos da quarta conjugação e nos da terceira, convertemos o -o final da primeira pessoa em -e longo e fazemos o pretérito imperfeito adicionando -bam, como *facio faciebam* < >. Porém, é lícito especialmente aos poetas, ainda que por síncope, dizer na quarta conjugação tanto *audibam* quanto *munibam* e similares. O pretérito imperfeito em qualquer conjugação tem a mesma flexão¹³³ que tem o tempo presente da primeira conjugação, e também todos os paradigmas que fazem a segunda pessoa em -as, seja de qualquer tempo ou modo, são declinados similarmente, como:

<i>amo</i>	<i>amabam</i>	<i>amaueram</i>
<i>amas</i>	<i>amabas</i>	<i>amaueras</i>
<i>amat</i>	<i>amabat</i>	<i>amauerat</i>
<i>amamus</i>	<i>amabamus</i>	<i>amaueramus</i>
<i>amatis</i>	<i>amabatis</i>	<i>amaueratis</i>
<i>amant</i>	<i>amabant</i>	<i>amauerant</i> ¹³⁴

¹³² Na edição de Passalacqua (1992, p. 25), o texto latino não contém a forma de terceira pessoa esperada aqui: *amat*.

¹³³ *eandem declinationem*: trata-se aqui do conjunto de terminações de número e pessoa.

¹³⁴ A organização dos inúmeros exemplos verbais em tabelas foi uma opção que escolhi para facilitar a leitura. Apesar de o texto latino apresentar os exemplos linearmente, considere que há um ganho didático em destacar esses exemplos do parágrafo quando o número de formas elencadas for mais extenso.

[O mesmo vale para optativo futuro e conjuntivo presente da terceira conjugação: *legam legas legat legamus legatis legant.*]¹³⁵

[§ 36] Do mesmo modo, aqueles terminados em *-es* longo na segunda pessoa, seja de qual for o tempo, o modo ou a conjugação, são conjugados conforme o tempo presente do modo indicativo da segunda conjugação, como:

<i>doceo</i>	<i>amarem</i>	<i>amem</i>	<i>legerem</i>
<i>doces</i>	<i>amares</i>	<i>ames</i>	<i>legeres</i>
<i>docet</i>	<i>amaret</i>	<i>amet</i>	<i>legeret</i>
<i>docemus</i>	<i>amaremus</i>	<i>amemus</i>	<i>legeremus</i>
<i>docetis</i>	<i>amaretis</i>	<i>ametis</i>	<i>legeretis</i>
<i>docent</i>	<i>amarent</i>	<i>ament</i>	<i>legerent</i>

[§ 37] Também aqueles que terminam a segunda pessoa em *-is* seguem a flexão de terceira conjugação que têm no tempo presente, como:

<i>lego</i>	<i>amabo</i>	<i>docebo</i>	<i>ibo</i>
<i>legis</i>	<i>amabis</i>	<i>docebis</i>	<i>ibis</i>
<i>legit</i>	<i>amabit</i>	<i>docebit</i>	<i>ibit</i>
<i>legimus</i>	<i>amabimus</i>	<i>docebimus</i>	<i>ibimus</i>
<i>legitis</i>	<i>amabitis</i>	<i>docebitis</i>	<i>ibitis</i>
<i>legunt</i>	<i>amabunt</i>	<i>docebunt</i>	<i>ibunt</i>

[§ 38] Deve-se notar, porém, que no subjuntivo a terceira pessoa do plural não converte *-i* em *-u*, como *amauerim* ou *amauero*, *amaueris*, *amauerit*, *amauerimus*, *amaueritis*, *amauerint*; e mesmo nos irregulares *sis* e *uelis* tanto a sílaba final da segunda pessoa quanto a penúltima sílaba da primeira e da segunda pessoa do plural são alongadas, como *sim sis sit simus sitis sint*, *uelim uelis uelit uelimus uelitis uelint*; entre os demais isso acontece muito

¹³⁵ Esse trecho, apresentado na edição latina entre colchetes, parece deslocado do texto e pode ser uma inserção posterior. Além disso, é a única ocorrência de *coniunctiuum* em todo o texto. Essa palavra provavelmente se refere ao modo subjuntivo, que é como o autor se expressa no resto do texto.

rarissimamente. É evidente assim que todos os tempos em qualquer conjugação no indicativo e em todos os modos, exceto no imperativo e no pretérito perfeito, são flexionados de três maneiras conforme o tempo presente de três conjugações¹³⁶.

[§ 39] E, de fato, cada pretérito imperfeito e mais-que-perfeito é flexionado conforme o **tempo presente da primeira conjugação**¹³⁷, como:

<i>amabam</i>	<i>docebam</i>	<i>legebam</i>	<i>audiebam</i>
<i>amabas</i>	<i>docebas</i>	<i>legebas</i>	<i>audiebas</i>
<i>amabat</i>	<i>docebat</i>	<i>legebat</i>	<i>audiebat</i>
<i>amaueram</i>	<i>docueram</i>	<i>legeram</i>	<i>audieram</i>
<i>amaueras</i>	<i>docueras</i>	<i>legeras</i>	<i>audieras</i>
<i>amauerat</i>	<i>docuerat</i>	<i>legerat</i>	<i>audierat</i>

Similarmente o optativo¹³⁸ futuro e o presente subjuntivo da segunda, da terceira e da quarta conjugações são flexionados conforme a segunda pessoa da primeira conjugação, como *doceam doceas doceat, legam legas legat, audiam audias audiat*.

[§ 40] O futuro do indicativo na terceira e na quarta conjugação, contudo, é flexionado conforme o **tempo presente da segunda conjugação**, como *legam leges leget, audiam audies audiet*, e também cada presente e pretérito imperfeito do optativo¹³⁹, o imperfeito do subjuntivo e o mais-que-perfeito de ambos os modos, como:

<i>amarem</i>	<i>docerem</i>	<i>legerem</i>	<i>audirem</i>
<i>amares</i>	<i>doceres</i>	<i>legeres</i>	<i>audires</i>

¹³⁶ Aqui, Prisciano já estabeleceu o modelo: o paradigma do presente de três conjugações (1ª, 2ª e 3ª). A partir desses, é possível construir todos os tempos de acordo com a terminação de segunda pessoa que cada tempo tem, exceto o pretérito perfeito e o imperativo.

¹³⁷ Esse grifo, que não consta na edição latina, também é uma estratégia do tradutor para realçar uma sistematização que não fica muito clara no texto corrente. Assim como no parágrafo seguinte, está destacada a conjugação que serve de modelo para os demais tempos verbais.

¹³⁸ O modo optativo a que o autor se refere pode corresponder ao subjuntivo jussivo, pois as formas do optativo são idênticas às do subjuntivo. Mais detalhes p. 96-97.

¹³⁹ O leitor perceberá que as formas presentes nos exemplos correspondem às formas do imperfeito do subjuntivo e do mais-que-perfeito do subjuntivo. Isso se justifica porque o autor considera que o presente e o pretérito imperfeito do optativo são idênticos ao imperfeito e o mais-que-perfeito do optativo idêntico ao mais-que-perfeito do subjuntivo, como se verá em §46 e 47.

<i>amaret</i>	<i>doceret</i>	<i>legeret</i>	<i>audiret</i>
<i>amauissem</i>	<i>docuisssem</i>	<i>legissem</i>	<i>audissem</i>
<i>amauisses</i>	<i>docuisses</i>	<i>legisses</i>	<i>audisses</i>

e similarmente o futuro optativo ou o presente subjuntivo de primeira conjugação, como *amem ames amet*. Todavia, o futuro da primeira e da segunda conjugação segue a flexão que apresenta **o presente do indicativo da terceira conjugação**, como *amabo amabis amabit, docebo docebis docebit*; similarmente o futuro dos da quarta que terminam em *-eo*, como *ibo ibis ibit*; e similarmente as formas subjuntivas do pretérito perfeito e do futuro de todas as conjugações, como *amauerim e amauero, amaueris, amauerit; docuerim e docuero, docueris, docuerit; legerim e legero, legeris, legerit; audierim e audiero, audieris, audierit*.

[§ 41] Expostas concisamente a ti as flexões genéricas das três conjugações, então falemos também de modo geral sobre o pretérito perfeito.

[§ 42] A primeira pessoa de cada pretérito perfeito termina em *-i* como *amaui*, sobre cuja penúltima letra ou sílaba discutimos longamente no segundo livro¹⁴⁰ sobre o pretérito. Adicionando a esta forma um *-sti*, faz-se a segunda pessoa, como *amauisti docuisti legisti audiisti*; já adicionando-lhe um *-t* mas com o *-i* abreviado, faz-se a terceira pessoa como *amauit docuit*. Similarmente através do *-i* breve, adicionando-lhe *-mus*, faz-se a primeira pessoa do plural como *amauimus docuimus*; ainda adicionando-lhe *-stis*, faz-se a segunda pessoa do plural como *amauistis docuistis*; e na terceira do plural se muda o *-i* em *-e* longo e adiciona-se *-runt* ou *-re*, como *amauerunt* ou *amauere*.

[§ 43] O mais-que-perfeito em cada conjugação provém do pretérito perfeito, convertendo o *-i* final da primeira pessoa do singular em *-e* breve e adicionando *-ram*, como *amaui amaueram, audiui ou audii audiueram ou audieram*.

[§ 44] Certamente o futuro da primeira e segunda conjugações costuma se formar a partir da segunda pessoa, tirado o *-s* e adicionado *-bo*, como *amas amabo*. O mesmo acontece nos verbos da quarta conjugação que terminam em *-eo*, como *eo is ibo*. O futuro de todos os verbos de terceira conjugação e daqueles da quarta que terminam em *-io* é feito a partir da primeira pessoa do presente, depois de convertido o *-o* final em *-am*, como *lego legam leges, audio audiam audies*. E deve ser notado que em nenhum outro modo além do já mencionado

¹⁴⁰ Referência às *Institutiones grammaticae*.

futuro encontrarás na primeira pessoa uma vogal diante de *-m* que se transforme em outra vogal na segunda pessoa.

[§ 45] Toda segunda pessoa do tempo presente do imperativo é feita a partir da segunda pessoa do indicativo tirando o *-s*; e além disso o *-i* é convertido em *-e* breve na terceira conjugação, como *amas ama, doces doce, legis lege, audis audi*. Assim a terceira conjugação, devendo seguir o tempo que tinha a segunda pessoa do indicativo, converte *-i* em *-e* porque não podia abreviar o *-i* final; pois em todo verbo *-i* em posição final é alongado. A terceira pessoa desse imperativo é feita a partir da primeira do indicativo convertendo o *-o* final em *-et* na primeira conjugação e em *-at* nas outras conjugações, como *amo amet doceo doceat lego legat audio audiat*. Esta mesma terceira pessoa sem o *-t* mas com um *-e* ou um *-a* alongado e adicionando *-mus* faz a sua primeira pessoa do plural, como *amet amemus, doceat doceamus, legat legamus, audiat audiamus*. A segunda do plural é feita a partir da sua singular, adicionando-lhe a sílaba *-te*, como *ama amate, doce docete, lege legite, audi audite*. Deve ser lembrado que na terceira conjugação o *-e* final, que é posto no lugar do *-i* breve, retorna ao *-i*, já que está em penúltima posição no plural dessa pessoa, onde é lícito que se encontre o *-i* breve, como *legite*. Porém a terceira do plural do modo imperativo em toda conjugação é feita a partir da sua correspondente singular interpondo-lhe a letra *-n*, como *amet ament, doceat doceant, legat legant, audiat audiant*. O futuro do imperativo da segunda e da terceira pessoa do singular é o mesmo para ambas e é feito adicionando a sílaba *-to* à segunda pessoa do tempo presente, como *ama amato, doce doceto, lege legito, audi audito*. Aqui também deve ser notado que o *-e* final retorna a *-i* na penúltima sílaba pela razão supracitada, como *lege legito*. Adicionando a isso a sílaba *-te*, fazemos a segunda pessoa do plural, como *amatote, docetote*. E a terceira plural do futuro do imperativo é feita a partir da terceira plural do presente do indicativo adicionando *-o* em qualquer conjugação, como *amant amanto, docent docento, legunt legunto, audiunt audiunto, eunt eunto*.

[§ 46] O presente e o pretérito imperfeito do modo optativo são feitos a partir da segunda pessoa do imperativo adicionando *-rem* em qualquer conjugação, como *ama amarem, doce docerem, lege legerem, audi audirem*. Já o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito desse modo são feitos a partir do pretérito perfeito do indicativo, adicionando-lhe *-s* e *-sem*, como *amaui amauissem, docui docuissem*. Fazemos o futuro do optativo convertendo o *-o* da primeira pessoa do indicativo em *-em* na primeira conjugação e em *-am* nas demais, como *amo amem, doceo doceam, lego legam, audio audiam*. O presente do subjuntivo é idêntico, com *amem doceam legam audiam*.

[§ 47] O pretérito imperfeito do subjuntivo é também idêntico ao presente e ao pretérito imperfeito do optativo, com *amarem docerem legerem audirem*. O pretérito perfeito do subjuntivo é formado a partir do pretérito perfeito do indicativo, que muda o *-i* final em *-e* breve e adiciona *-rim*, como *amaui amauerim, docui docuerim, legi legerim, audiui audiuerim*. O futuro desse modo é similar, apenas a primeira pessoa muda *-im* em *-o*, como *amauerim amauro amaueris amauerit amauerimus amaueritis amauerint*; e similarmente, *docuerim docuero, legerim legero, audierim audiero*. O mais-que-perfeito do subjuntivo é idêntico ao pretérito perfeito e ao mais-que-perfeito do optativo, como *utinam amauissem cum amauissem docuisssem legissem audiuissem*.

[§ 48] As formas infinitivas em qualquer conjugação são formadas adicionando *-re* à segunda pessoa do tempo presente do imperativo, como *ama amare, doce docere, lege legere, audi audire*. O infinitivo pretérito é formado a partir do pretérito perfeito e do mais-que-perfeito do optativo tirando o *-m*, como *amauissem amauisse, docuisssem docuisse, legissem legisse, audiuissem audiuisse* ou *audiissem audiisse*. O futuro na verdade é formado pelo supino em *-um* e o verbo *ire*, como *amatum ire*¹⁴¹, *doctum ire, lectum ire, auditum ire*, ou pelo participípio futuro neutro e o verbo *esse*, como *amaturum esse, docturum esse, lecturum esse, auditurum esse*.

[§ 49] Os participiais ou supinos, que parecem ter três casos e são aceitos em grego no lugar de infinitivo atrelado com artigo, são gerados a partir do participípio presente convertendo *-s* em *-d* e adicionando *-i* ou *-o* ou *-um*, como *amans amandi amando amandum*. Existem também outros dois que terminam com a forma do participípio do tempo pretérito em *-um* ou em *-u*, como *amatum amatu*. Mas o que difere entre *amandum* e *amatum* e entre *amando* e *amatu* é que *amandum* significa necessidade de amor e *amatum*, porém, significa ação de ir ao amor; similarmente *amando* significa no próprio amor e *amatu*, na verdade, significa em lugar da manifestação do amor ou do amor, ou seja, é interpretado no lugar da própria coisa. E esta manifesta a própria interpretação grega de que os primeiros¹⁴² têm valor de infinitivos não apenas com artigo mas também com preposição, *in hoc faciendo* ἐν τῷ | ι ποιεῖν *ad hoc*

¹⁴¹ A fórmula de infinitivo futuro postulada aqui por Prisciano não é aquela a que estamos acostumados: *amaturus esse* é a forma ativa do infinitivo futuro e *amatum iri* a forma passiva. (ALMENDRA & FIGUEIREDO, 1996, p. 84; 93) Podemos identificar na forma *amatum ire* uma tentativa de regularização, através do uso da forma ativa do auxiliar (*ire* é o infinitivo presente ativo de *eo* e *iri* o seu infinitivo presente passivo), de modo paralelo à perífrase do infinitivo futuro passivo, usando assim o mesmo verbo como auxiliar. A forma mais conhecida de infinitivo futuro que conhecemos – com o auxiliar *esse* – é citada em seguida por Prisciano.

¹⁴² i.e. a forma de gerúndio.

faciendum πρὸς τὸ ποιεῖν (καὶ ποιητέον *faciendum*, em lugar de *oportet facere*). Já o outro¹⁴³ significa infinitivo com preposição grega e artigo, como *uenatum*¹⁴⁴ εἰς τὸ κυνηγετῆσαι, ou é mais aceito em lugar da própria coisa *ad locum*: *uenatum* em lugar de *ad uenationem* e *uenatu* em lugar de *uenatione*, assim como é observável *uisu* em lugar de *uisione*,

‘*nec dictu affabilis*’

em lugar de *dictione*. Assim, de muitos modos, e como ensinamos em outras passagens, esses nomes devem ser mais aceitos que os verbos, donde as preposições aparecerem postas diante daqueles que terminam em *-dum*, que é o acusativo, ou em *-do*, que é o ablativo, como *ad amandum* e *in amando*.

[§ 50] Os passivos são feitos a partir dos ativos do seguinte modo.

[§ 51] Todos os verbos ativos de cada conjugação em cada tempo, modo ou pessoa que terminam em -o acrescentam -r à terminação e fazem sua passiva, como:

<i>amo</i>	<i>doceo</i>	<i>lego</i>	<i>audio</i>
<i>amor</i>	<i>doceor</i>	<i>legor</i>	<i>audior</i>
<i>amabo</i>	<i>docebo</i>		
<i>amabor</i>	<i>docebor</i>		
<i>amato</i>	<i>doceto</i>	<i>legito</i>	<i>audito</i>
<i>amator</i>	<i>docetor</i>	<i>legitor</i>	<i>auditor</i>
<i>amanto</i>	<i>docento</i>	<i>legunto</i>	<i>audiunto</i>
<i>amantor</i>	<i>docentor</i>	<i>leguntor</i>	<i>audiuntor</i>

Toda segunda pessoa passiva no presente, no pretérito imperfeito e no futuro do indicativo e do optativo faz a passiva a partir da sua ativa interpondo-lhe um *-ri*, mas na terceira conjugação há um *-e* breve em lugar do penúltimo *-i*; mas ainda sói acontecer que esta segunda pessoa seja aceita mesmo com a sílaba *-ris* convertida em *-re*, como em *amas amaris* ou *amare*, *doces doceris* ou *docere*, *legis legeris* ou *legere*, *audis audiris* ou *audire*. Assim como mostramos na voz ativa, assim também na voz passiva o paradigma do tempo presente indica a flexão dos tempos restantes, que são feitos conforme qualquer uma das três conjugações citadas, com exceção do pretérito perfeito e daqueles que são gerados a partir

¹⁴³ i.e. a forma de supino.

¹⁴⁴ *uenor, -aris, -ari, -atus sum*: caçar, perseguir a caça, buscar, procurar.

dele por diversos modos. A terceira pessoa costuma ser feita a partir da sua correspondente ativa adicionando *-ur*, como *amat amatur*, *docet docetur*, *legit legitur*, *audit auditur*; mas a penúltima vogal é alongada em todas as conjugações, com exceção da terceira. A primeira e a segunda pessoa do plural se fazem a partir da segunda da voz ativa tirando o *-s* e adicionando *-mur* e *-mini* respectivamente, como:

	<i>amatur</i>
<i>amas</i>	<i>amamini</i>
	<i>docetur</i>
<i>doces</i>	<i>docemini</i>
	<i>legimur</i>
<i>legis</i>	<i>legimini</i>
	<i>audimur</i>
<i>audis</i>	<i>audimini</i>

E a penúltima sílaba da primeira pessoa e também a antepenúltima sílaba da segunda são alongadas em qualquer conjugação, com exceção da terceira. A terceira pessoa do plural é feita da sua correspondente ativa adicionando *-ur*, como *amant amantur*, *docent docentur*, *legunt leguntur*, *audiunt audiuntur*.

[§ 52] Aqueles que terminam em *-m* na ativa da primeira pessoa em todas as conjugações e modos no presente, no pretérito imperfeito ou no futuro fazem a passiva convertendo *-m* em *-r* (pois na passiva o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito são flexionados através dos participípios), como abaixo.

<i>amabam</i>	<i>docebam</i>	<i>legebam</i>	<i>audiebam</i>
<i>amabar</i>	<i>docebar</i>	<i>legebar</i>	<i>audiebar</i>
<i>amarem</i>	<i>docerem</i>	<i>legerem</i>	<i>audirem</i>
<i>amarer</i>	<i>docerer</i>	<i>legerer</i>	<i>audirer</i>
<i>amem</i>	<i>doceam</i>	<i>legam</i>	<i>audiam</i>

amer docear legar audiar

As demais pessoas flexionamos conforme as regras já mencionadas.

[§ 53] Todo pretérito perfeito e todo mais-que-perfeito dos passivos ou daqueles similares aos passivos¹⁴⁵ são flexionados pelo particípio passado e o verbo *sum*.

[§ 54] Os imperativos passivos da segunda pessoa são iguais aos infinitivos ativos em qualquer conjugação, como *amare docere legere audire*. Já a terceira pessoa é feita a partir de sua correspondente do verbo ativo adicionando-lhe *-ur*, como *amet ametur, doceat doceatur, legat legatur, audiat audiatur*. Os plurais, na verdade, terminam conforme a terminação da terceira pessoa do singular adicionando *-m* em lugar do *-t* para a primeira pessoa e interpondo *-n* para a terceira pessoa, como *ametur amemur amentur*. Então a segunda pessoa do imperativo é similar à segunda do indicativo do mesmo modo que em grego, como *amamini docemini legimini audimini*; pois, tanto no modo indicativo quanto no imperativo, estes são igualmente proferidos e isso comprova os usos, como Terêncio em *Phormio*:

“tum igitur, dum licet dumque adsum, loquimini mecum, Antipho, contemplamini me”;

e ainda na mesma peça:

“uultu contemplamini”;

também ele em *Eunuchus*:

“uos me sequemini”;

Salústio em *Catilinae Coniuratio*¹⁴⁶: *“expergiscimini aliquando et capessite rem publicam”*; e também Salústio em *Bellum Iugurthinum*¹⁴⁷: *“uos autem Adherbal et Hiempsal colite et obseruate talem hunc uirum, imitamini uirtutem et enitimini”*.

[§ 55] O futuro do imperativo é feito de acordo com a regra já mencionada, adicionando *-r* ao verbo ativo que termina em *-o*, como *amato amator, doceto docetor, legito legitor, audito auditor*. Similarmente acontece na terceira do plural, como *amanto amantor, docento docentor, legunto leguntor, audiunto audiuntor*. Já a segunda pessoa é feita a partir da segunda do indicativo pela mudança do *-i* final em *-or*, como *amamini amaminor, docemini doceminor legimini legiminor, audimini audiminor*.

¹⁴⁵ Similares aos passivos presumivelmente são os depoentes.

¹⁴⁶ No texto da edição latina: *in Catilinario*.

¹⁴⁷ No texto da edição latina: *in Iugurthino*.

[§ 56] Assim como foi dito acima, o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito de todos os modos são ditos através da flexão dos participípios do tempo pretérito e do verbo *sum*, e assim também é o futuro do subjuntivo, como *amatus sum fui eram fueram essem fuisset sim fuerim ero fuero*.

[§ 57] Os infinitivos passivos são feitos a partir dos ativos pela mudança do *-e* final em *-i*, exceto na terceira conjugação (em que se retira a última sílaba e o penúltimo *-e* é convertido em *-i*), como *amare amari, docere doceri, legere legi, audire audiri*. Já o infinitivo pretérito é formado pelo participípio passado do gênero neutro e pelo verbo *esse* ou *fuisse*, como *amatum esse* ou *fuisse, doctum esse* ou *fuisse, lectum esse* ou *fuisse, auditum esse* ou *fuisse*. O futuro é formado pelo mesmo participípio e o verbo *iri*, como *amatum iri, doctum iri, lectum iri, auditum iri*.

[§ 58] Todo participípio do tempo presente sem dúvida termina em *-ns*. E, na primeira e na segunda conjugação, certamente é formado interpondo um *-n* na segunda pessoa, como *amas amans, doces docens*; já na terceira e na quarta, é feito a partir da primeira pessoa convertendo *-o* em *-ens*, como *lego legens, audio audiens*. Excetuam-se *eo* e *queo*, que por razão de eufonia fazem *iens* ao invés de *eens* e *quiens* ao invés de *queens* e fazem no genitivo *euntis* ao invés de *ientis* e *queuntis* ao invés de *quientis*. Todo participípio do tempo passado adota *-t* ou *-s* ou *-x* diante de *-us*, como *amatus laesus fixus*; excetua-se *mortuus*. Todo participípio do tempo futuro termina ou em *-rus* ou em *-dus*, como *amaturus amandus, docturus docendus, lecturus legendus, auditurus audiendus*. Os nomes verbais em sua maioria são feitos a partir do participípio passado mudando o *-us* final em *-or*, como *amatus amator, doctus doctor, lectus lector, auditus auditor*. Porém, mudam a terminação *-tor* para *-trix* e fazem o feminino, como *amator amatrix, doctor doctrix, lector lectrix, auditor auditrix*. São encontrados muitos nomes de coisas abstratas similares aos participípios passados, só que na quarta declinação, como *iudicatus monitus habitus auditus*. Esses nomes são feitos também a partir do genitivo do supramencionado participípio, adicionando *-o* e abreviando a vogal *-i*, como *coniunctus coniuncti coniunctio* e *ratus rati ratio*, com a penúltima abreviada. Contudo, ocorre de esses nomes serem similares aos participípios futuros femininos que terminam em *-ra*, como *scriptura pictura armatura*; ou ainda de terminarem em *-um* ou em *-or*, como *factum dictum, labor amor*. Todos que terminam em *-o* seguem a regra dos ativos, aqueles que

terminam em *-or* a regra dos passivos, sobre cuja espécie encontrarás análise mais vasta em três livros¹⁴⁸ que escrevemos sobre o verbo.

5.2 QUESTÕES LEVANTADAS ACERCA DO TEXTO

A gramática que acabamos de ver se organiza claramente em três partes: a primeira trata do nome (§1-25), a segunda do pronome (§ 26-28) e a terceira do verbo, incluindo também o particípio (§ 29-59). Essa divisão é perceptível não só porque cada parte trata de uma parte do discurso diferente, mas também porque o estilo textual também muda em cada uma dessas partes.

A primeira parte se subdivide em duas. Primeiro, são mostradas todas as terminações de nominativo possíveis de cada declinação e há um grande número de exemplos para ilustrar cada uma dessas terminações. Há um esforço em dar um destino a cada terminação possível e alertar especialmente sobre as possíveis ambiguidades. Esse é o caso por exemplo da terminação *-us* (§9 e §17), que pode se enquadrar na segunda, na quarta ou até mesmo na terceira declinação. Para dirimir problemas como esse, o autor lança mão de critérios que vão além da estrutura morfológica das palavras, como o significado (se nomes próprios ou comuns, se são nomes de coisas abstratas) e a origem (se são palavras gregas ou latinas). Em segundo lugar, há a descrição dos casos oblíquos de modo mais sistemático, pois simplesmente apresenta as terminações em uma ordem de casos razoavelmente estabelecida: genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo do singular; nominativo, vocativo, genitivo, dativo, ablativo e acusativo do plural. Há algumas inversões nessa ordem motivadas pela identidade das formas – na segunda declinação o ablativo singular aparece em seguida ao dativo singular e na terceira, quarta e quinta declinações o acusativo plural aparece junto com o nominativo e o vocativo plural.

A parte que diz respeito aos pronomes traz menos exemplos e faz uma classificação pautada em primitivos e derivados, cujo critério é morfológico. Esta seção conta com uma parte mais explanativa do que meramente descritiva, pois o autor teve a necessidade de discutir o pertencimento de algumas palavras (*quis, unus, ullus, nullus, solus, totus, alius, uter* e *alter*) à classe dos pronomes. O critério que ele utiliza para deixá-los de fora é de

¹⁴⁸ Referência às *Institutiones grammaticae*.

significado: eles representam outras noções ao invés de se referirem a determinada pessoa do discurso.

A seção referente ao verbo é a que conta com o maior número de formas a serem descritas e, por isso, apresenta mais listas de exemplos formais. Os verbos que são utilizados para ilustrar essas formas são *amo*, *doceo*, *facio*, *lego*, *audio* e *eo*. Além desses, são citados os verbos irregulares *sum* e *uolo* (§38) e, na descrição da terceira conjugação (§32), o autor usa os verbos *ueho* e *ruo* para ilustrar verbos cuja primeira pessoa do presente termina em *-o*. O critério de divisão para a explicação das formas dos tempos verbais é puramente morfológico, porque analisa as terminações verbais. A divisão mais ampla é entre ativos e passivos: verbos que terminam em *-o* e verbos que terminam em *-or*, como fica claro desde o primeiro parágrafo da seção (§29). Começando pela voz ativa, Prisciano primeiramente apresenta as flexões, decalcadas do paradigma do presente nas terminações dos diversos tempos verbais (com exceção do pretérito perfeito e dos tempos do imperativo), depois mostra como construir a base de cada tempo, demonstrando a formação da primeira pessoa de cada um desses tempos, e termina demonstrando algumas formas nominais – infinitivos ativos, gerúndio e supino¹⁴⁹. A seguir, o autor apresenta os passivos e novamente a estratégia adotada é de primeiro mostrar o paradigma flexional das pessoas a partir das formas do presente (o pretérito perfeito e os tempos do imperativo são de novo uma exceção, juntamente com o mais-que-perfeito). Depois o autor mostra uma estratégia capaz de prever as formas de primeira pessoa dos demais tempos baseada num critério morfológico: basta adicionar *-r* às formas ativas de primeira pessoa que terminam em *-o*, e para as formas de primeira pessoa que terminam em *-m* na voz ativa, adiciona-se o *-r* depois de apagar o *-m* final. Dentre os tempos que não podem ser formados pela analogia, a regra do pretérito perfeito e do mais-que-perfeito é brevemente esboçada em §53 e §56, quando surge também um inesperado futuro do subjuntivo, e as formas de imperativo são ilustradas uma a uma em seguida. Por fim, vêm as formas nominais, que englobam não apenas os infinitivos passivos e participípios, mas também “nomes verbais”, que hoje chamamos substantivos deverbais.

As distinções no modo como o texto se apresenta em cada seção são decorrentes da própria natureza de cada parte do discurso tratada. Os pronomes podem ser brevemente expostos porque essa é uma classe improdutiva; então, nessa classe de participantes bem definidos e poucos paradigmas flexionais, o único problema é distinguir quais são de fato os

¹⁴⁹ Não pude encontrar uma razão clara para que os gerúndios e supinos apareçam aqui no final da seção de formas ativas e não junto com os participípios, no §58. Por outro lado, é compreensível que os infinitivos estejam separados em ativos (§48) e passivos (§57).

seus participantes e quem deve ficar de fora. Os nomes contam com exemplos mais variados e a descrição dos paradigmas é mais objetiva e sucinta, de modo que a preocupação maior está em distribuir os nomes entre as declinações. Os verbos, por outro lado, têm possibilidades de flexão mais numerosas que os nomes e, por isso, a maior parte da seção é dedicada a esquematizar e expor as formas possíveis, da mesma maneira que os exemplos têm a prioridade de ilustrar as inúmeras formas e não inúmeros verbos, pois são utilizados sempre os mesmos verbos.

Dentre os inúmeros exemplos apresentados na seção dos nomes, vários deles são nomes gregos, sobretudo nomes próprios. Aliás, convém analisar com mais cautela a presença da língua grega em toda a *Institutio*, pois ela se dá de três maneiras distintas: através da citação de nomes gregos já mencionada, através de traduções para o grego de termos latinos e através do uso da língua grega como recurso para a explicação da gramática latina.

Há exemplos de nomes próprios na primeira (*Aeneas, Anchises, Calliopea, Lysias, Antas*), na segunda (*Tyrus, Cyprus, Arctus, Pylus, Tydeus, Orpheus, Oileus, Mendander, Alexander*) e na terceira declinação (*Thucydides, Euripides, Oedipus, Melampus, Atlas, Hermogenes, Eteocles, Pallas, Erinys*). A maioria desses nomes está ligada a lugares ou figuras reconhecidas ou pela história ou pela mitologia gregas, então naturalmente podemos associar os nomes escolhidos a um apelo cultural e igualmente mnemônico. Em alguns casos, que somam menos da metade das ocorrências, o autor oferece também a transliteração em grego da palavra (cf. §4, 9, 16), mas não foi possível identificar uma razão para que esses nomes e não os demais estejam transliterados.

Por outro lado, em todos os casos em que o autor oferece a tradução grega de termos latinos, as palavras gregas foram grafadas no alfabeto grego. Θέναρ no §7 dá a tradução de *ir* e possivelmente serve para dirimir qualquer confusão da palavra latina com alguma terminação ou algo assim, devido à sua curtíssima extensão. Τὸ πίτυρον, que vem acompanhado de seu genitivo em §8, esclarece o significado de *furfur*. Em §9, há uma sequência de traduções que servem para demonstrar a ambiguidade das palavras latinas de quarta declinação: ἡ ἀρχὴ e ὁ ἄρχων salientam os dois significados de *magistratus*; ὁ στρατὸς e ἡ γυμνασία ilustram os significados de *exercitus*; e ἡ πῆδησις e ἡ νάπη os dois significados de *saltus*. Ainda em §9, ἡ κλίνη aponta qual das acepções de *lectus* é a que o autor está mencionando, pois essa palavra só significa ‘cama’ quando é da segunda declinação (*lectus, i*). É essa palavra da segunda declinação que interessa neste momento ao autor e não as

leituras ligadas ao verbo *lego*: o particípio (*lectus, a, um*) e o nome abstrato de quarta declinação que se refere à ação resultado do verbo (*lectus, us*).

Podemos considerar a presença dos pronomes αὐτοῦ e ἐαυτοῦ em §27 também como uma tradução do pronome *sui*. Nesse caso, a inserção grega tem o objetivo de justificar uma característica da língua latina – a carência de nominativo do pronome de terceira pessoa.

Em §49, encontramos exemplos de usos do infinitivo grego, devidamente transliterados e acompanhados de preposições, com o fim de explicar a diferença de uso entre as formas de gerúndio e de supino. O autor lança mão dos exemplos em grego depois de ter tentado esclarecer essa diferença através de glosas confusas que procuravam opôr *amandum* a *amatum*, como, por exemplo, “necessidade de amor” vs. “ação de ir ao amor”.

Em suma, essas inserções de traduções em grego têm por objetivo esclarecer aspectos do texto latino. Especialmente no que concerne à seção dos nomes, eles servem para resolver questões de homofonia, que não ficariam claras apenas com o texto latino. Vale ressaltar ainda que a língua grega aparece também em alguns termos de nomenclatura gramatical que Prisciano utiliza: *diphthongon* (§4, 16 e 20), *aptoton* (§13) e *epicoenon* (§9). Não se pode deixar de registrar a interferência da língua grega marcada pela presença da conjunção *kai* quando o autor cita mais de uma forma grega (cf. §9 e 49). Trata-se de uma ocorrência de mudança de código: utilizando a conjunção grega para ligar dois exemplos gregos, o autor desliza para a língua grega dentro da citação.

A língua grega aparece ainda como um instrumento didático para a compreensão dos fatos linguísticos latinos. Na seção dos nomes, vemos em vários momentos que conhecer a origem grega da palavra, combinado com outros critérios como a terminação grega e o gênero, serve para descobrir à qual declinação a palavra pertence (cf. § 3, 4, 6, 9 e 16). Veja um exemplo disso:

[§9] (...) Assim, as palavras gregas que terminam em *-us* longo, se em grego terminam o genitivo em *-δος*, em latim convertem o *-δος* em *-dis* para o caso genitivo, como ὁ Οἰδίπους τοῦ Οἰδίποδος *hic Oedipus huius Oedipodis*, ὁ Μελάμπος τοῦ Μελάμποδος *hic Melampus huius Melampodis*.

Esse mecanismo de partir da desinência grega para atribuir um equivalente latino fica muito claro no trecho acima e inclusive parece apontar para um exercício do aluno de versão do grego para o latim, porque é o conhecimento *a priori* das palavras na língua grega que ilumina o seu aprendizado das palavras na língua latina. Esse caminho que coloca o latim na

posição de L2 não é tão evidente em todos os casos, mas está latente no próprio fato de se utilizar a origem e a terminação gregas como critério classificatório.

Da mesma forma, os esclarecimentos do autor acerca do pronome de terceira pessoa (cf. §27) e acerca da diferença de uso do gerúndio e do supino através do infinitivo grego (cf. §49) só fazem sentido para um leitor que compreenda o funcionamento dessas questões na língua grega. Além disso, podemos citar ainda dois casos em que o conhecimento da língua grega é ao menos desejável, ainda que não indispensável: quando o autor alerta sobre a possibilidade do uso das terminações casuais gregas por autores consagrados (cf. §20 e 22) e quando o autor apresenta a segunda pessoa do presente do imperativo (cf. §54).

Dessa forma, por pressuporem algum conhecimento de língua grega, dois dos fatos relatados acima – a saber, a presença de sinônimos gregos para dirimir questões de homofonia do latim e o uso da língua grega como referencial para a compreensão de fatos da língua latina – são evidências de que o aprendiz de latim da *Institutio* é um conhecedor da língua grega. Para que ele compreenda essas dicas de aprendizado, é imprescindível que ele saiba como as questões levantadas no texto funcionam na língua grega. A presença expressiva de nomes gregos entre os exemplos da primeira seção – e deve ser observado que não ocorrem exemplos de nomes próprios latinos – é mais um indício de que os próprios usuários tivessem nomes gregos. A citação desses nomes e a ênfase na sua acomodação ao sistema flexional latino certamente revela a utilização de nomes gregos em contextos de uso da língua latina, e o fato de os substantivos próprios utilizados serem nomes minimamente conhecidos pode indicar o emprego dessas figuras helênicas em textos latinos ou mesmo um grupo exemplar de nomes que servem de modelo para a acomodação de nomes populares ao sistema da língua latina. Nesse caso, se levamos em consideração o contexto do leste do Império, pode-se considerar que o emprego de nomes gregos em latim poderia ocorrer em documentos oficiais de relevância. Como vimos acima no capítulo 4, o uso do latim não era obrigatório nos documentos, mas funcionava como variedade super-elevada para assinalar o poder imperial. Portanto, seu uso está ligado a posições administrativas de algum prestígio e os funcionários que dominassem o latim tinham a possibilidade de aspirar a cargos de alguma relevância. Levando em consideração que, no período em que Prisciano lecionava, o grego dominava os contextos de uso mais corriqueiros, pode-se dizer que esses aprendizes de latim tenham vistas a esses cargos administrativos. Encarar essa evidência como uma característica ligada ao uso burocrático do latim que esses alunos poderiam fazer no futuro é uma hipótese possível, ainda

que essa seja uma leitura de níveis extralinguísticos, por ir além da leitura que se pode fazer do texto por si só.

A influência da língua grega pode ser percebida ainda quando Prisciano inclui entre os modos o optativo, sendo que suas formas não apresentam nenhuma diferença em relação ao subjuntivo. O autor elenca para esse modo os tempos futuro (que é idêntico ao presente do subjuntivo), presente e pretérito imperfeito (que são idênticos ao imperfeito do subjuntivo), pretérito perfeito e mais-que-perfeito (idênticos ao mais-que-perfeito do subjuntivo). A distinção que o autor vislumbra é semântica, como fica claro na exposição que o autor faz nas *Institutiones*: o optativo está ligado aos desejos (GL 3, 239.13) e o subjuntivo à dúvida, comprovação, possibilidade e hipótese (GL 3, 247.24-27). Há uma pequena evidência disso em §47: “O mais-que-perfeito do subjuntivo é idêntico ao pretérito perfeito e ao mais-que-perfeito do optativo, como *utinam amauissem cum amauissem docuisssem legissem audiuisssem*.” Ao apresentar os exemplos, o autor coloca a conjunção *utinam* diante da forma optativa e a conjunção *cum*, característica de subordinação adverbial, diante da forma subjuntiva – e sabemos que a primeira forma é a optativa e a segunda é a subjuntiva por causa do estilo de citação dos exemplos, já que a primeira forma a ser listada nos exemplos é sempre a forma que dá origem às outras, como pode ser comprovado ao longo do texto. É a primeira vez que o autor usa essa estratégia de utilizar conjunções nos exemplos, justamente porque nesse caso há a necessidade de distinguir duas formas que na realidade são idênticas.

Calboli (2009, p. 317), baseando-se na apresentação dos modos que Prisciano faz nas *Institutiones*, argumenta em favor dessa visão que atribui a distinção entre optativo e subjuntivo ao critério semântico. Nas *Institutiones* (GL 3, 239.13-20), Prisciano define o modo optativo como aquele que expressa um voto e o associa à presença da conjunção *utinam* (que significa algo como “oxalá...!”, “tomara que...”). O autor também defende que o uso do optativo é uma influência da gramática grega:

L’histoire de ces deux modes en latin n’est pas séparée, ou pour mieux dire on considère que l’usage d’étudier la grammaire latine en se référant au grec a amené les grammairiens à croire qu’il y avait en latin un optatif distinct du subjonctif, tandis qu’il n’y avait aucune distinction du simple fait que les subjonctifs latins étaient tous des optatifs. (CALBOLI, 2009, p. 316-317)¹⁵⁰

¹⁵⁰ “A história desses dois modos em latim não está separada; ou melhor dizendo, considera-se que o hábito de estudar a gramática latina se referindo ao grego tenha levado os gramáticos a acreditar que haveria em latim um optativo distinto do subjuntivo, enquanto não havia nenhuma distinção devido ao simples fato de que os subjuntivos latinos eram todos os optativos.”

Dessa forma, é porque a gramática latina é construída em paralelo à da língua grega que ela acaba por incorporar essas características que não lhe são tão condizentes quanto são condizentes à língua grega. Calboli (2009, p. 328) enxerga nesse tipo de postura um comportamento que trata a língua grega como “*langue-grammaire*”¹⁵¹: Prisciano conhece muito bem o grego, assim como o latim, e a todo momento busca respaldo nos fatos da língua grega, principalmente nas *Institutiones*, em que a influência de Apolônio é mais presente.

Do ponto de vista do aluno, a inserção desse modo não chega a ser um complicador porque Prisciano deixa muito claro a equivalência das formas de optativo com as do subjuntivo. Mas, ao mesmo tempo, se vislumbramos um aluno que já conhece o grego, como aparenta ser o caso, pode ser um recurso facilitador à medida que simplifica a correspondência entre as estruturas de uma língua e da outra: em uma construção que ele usaria o optativo em grego, o aluno poderia ficar em dúvida de qual forma deve ser usada, já que as duas opções possíveis seriam subjuntivo ou indicativo. Nas *Institutiones*, isso fica ainda mais claro porque o autor exemplifica inclusive as construções e as conjunções gregas correspondentes às latinas e o modo que lhes é apropriado.

Se, por um lado, há várias evidências no texto que apontam para um diálogo com a língua grega, não se pode deixar de mencionar que também há no texto alguns momentos em que o autor reforça a sua aproximação com a cultura romana. Foram registradas duas ocorrências de *apud nos* em §3 (“o genitivo grego -τοῦ é convertido em *-tis* entre nós, como *hoc poema huius poematis*) e em §6 (“palavras que em grego terminassem em -ποῦ, o que entre nós é convertido em *-er*”). As duas ocorrências ocorrem em contextos semelhantes a outros em que no texto aparece a expressão *apud Latinos* (cf. § 3, 4, 9, 26), isto é, em contextos que opõem o modo como algo é dito em grego (*apud Graecos*) e como é dito em latim (*apud Latinos*)¹⁵².

O pronome de primeira pessoa assinala muito claramente o lugar de pertencimento em que se coloca o autor – dentro da tradição romana – e estabelece quem é o outro dessa relação dialógica – os gregos. Apesar de ser um gramático de Cesareia trabalhando em Constantinopla, uma região predominantemente helênica, Prisciano se identifica com os romanos. Essa posição não é nem um pouco contestadora quando observamos que ele está na verdade na capital do Império Romano do Oriente, que, apesar de ter traços helênicos muito

¹⁵¹ “língua-gramática”.

¹⁵² Por aparecerem em contextos que o autor quer enfatizar o modo como certo fato ocorre em cada uma das duas línguas, optei por traduzir essas expressões por “em grego” e “em latim”.

fortes, esforça-se em manter o elo com a representatividade do poder romano. Voltamos então para o ponto crucial do bilinguismo: a dualidade da identidade. O bilinguismo traz a possibilidade de transitar entre uma persona romana e uma persona grega, o que vai além da simples mudança de código linguístico mas carrega uma carga de significação determinada pelo panorama sociocultural em que os falantes estão inseridos.

O ‘nós’ empregado por Prisciano são os romanos, conquistadores, que representam o domínio das funções públicas, cuja cultura é símbolo de erudição. É desse modo que a língua latina entra como instrumento de distinção social: o domínio do latim é a materialização da legitimidade de ocupação do poder, poder que é dos romanos já que o próprio império ainda se intitula romano. Veja que há aqui uma flexibilização do termo: não é uma questão de origem geográfica, mas trata-se do sentimento de pertencimento à cultura que se estabeleceu como romana. Esse pertencimento não implica de maneira alguma na romanização completa, mas traz com ele uma postura simpática à língua, aos valores, às instituições romanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou esclarecer algumas questões acerca do contexto de produção de gramáticas bilíngues na antiguidade. Analisando especificamente o contexto que circundava a *Institutio de nomine et pronomine et uerbo* de Prisciano, observamos que o interesse em aprender latim numa região de notável predomínio da língua grega era motivado por questões ligadas ao prestígio da língua latina nas camadas altas da sociedade. Compreendendo a emergência da aristocracia de serviço, observamos que havia um público para o ensino de língua latina em Constantinopla, interessado especialmente na variedade padrão. Vimos que essa variedade servia de instrumento de reconhecimento para as classes altas, que tinham acesso às escolas de gramática. Por isso a ligação entre a carreira administrativa e o domínio do latim culto, símbolo dos hábitos e da postura desejável.

O gênero da gramática se adaptou para dar conta desta demanda de aprendizes de língua estrangeira e, dessa forma, passou a incorporar um número mais vasto de exemplos, suprimindo uma necessidade que não existia entre os aprendizes de gramática de língua materna, a quem interessava mais o conhecimento gramatical para a progressão ao ensino retórico. É por esses motivos que a gramática latina que analisamos aqui trouxe diversas evidências de interlocução com um aluno falante de grego.

Dessa forma, uma possibilidade de trabalho a ser explorada é a comparação de uma gramática *regulae* que tenha como público alvo falantes de língua estrangeira, como a *Institutio*, com uma gramática descritiva voltada para falantes de língua materna, como a *Ars minor* de Donato. Um estudo como esse certamente permitiria apontar as diferenças com mais clareza, apontando que adaptações foram motivadas pelo bilinguismo dos alunos. Certamente, as gramáticas *regulae* carecem de um tratamento mais específico, que delimite com mais precisão suas características.

Por outro lado, também seria interessante delinear com mais clareza as especificidades do gênero textual da gramática antiga, de modo a facilitar a compreensão do

processo de reformulação por que esse gênero passou ao longo dos tempos. Essa adaptação para dar conta de aprendizes de língua estrangeira é uma das mudanças por que o gênero passou. Vale a pena também explorar a relação entre as gramáticas latinas com as gregas enquanto processo de releitura, que oscila entre tradução e *imitatio*. Possivelmente essa relação explique muitas das características peculiares que encontramos nas gramáticas latinas, como é o caso da correlação entre optativo e subjuntivo que apontamos acima (cf. p. 96-97).

Uma questão gramatical que não encontrou solução neste trabalho e pode ser desenvolvida diz respeito à fórmula forjada por Prisciano para o infinitivo futuro (cf. nota 141 p. 86). Um levantamento de como outros autores descrevem essa forma ajudará a pensar se a perífrase *amatum ire* é um esforço de regularização ou se seu registro é mais amplo e legitimado.

No campo do ensino na antiguidade, há questões pontuais que merecem atenção, como o funcionamento da Universidade de Constantinopla, buscando explicar com mais detalhes as engrenagens dessa instituição (cf. nota 22 p. 24 e nota 23 p. 27).

Mas ainda há inúmeras questões em torno do assunto que tratamos. A reflexão voltada para o ensino de língua estrangeira certamente é um caminho a ser explorado e que pode trazer muitos esclarecimentos acerca da própria condição de contato linguístico na antiguidade. E o contato linguístico, por sua vez, revelará detalhes do intercâmbio cultural, da negociação de identidades e da posição ocupada por cada parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, James Noel. (2004) *Bilingualism and the Latin Language*. Cambridge: Cambridge UP.

ALMENDRA, Maria Ana; FIGUEIREDO, José Nunes de. (1996) *Compêndio de Gramática Latina*. Porto: Porto Editora.

BALLAIRA, Guglielmo. (1989) *Prisciano e i suoi amici*. Torino: G. Giappichelli.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 1992. Edição Claretiana.

BONNER, Stanley F. (1977) *Education in Ancient Rome*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press.

BRIXHE, C. (2007) "The Greek of the Roman Texts." Translated by Geoffrey Cox. In: Christidis A.-F. (ed.) *A History of Ancient Greek : From the beginnings to late antiquity*. Cambridge : Cambridge UP.

BROWN, Peter. (1971) "A Sociedade". In: *O Fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Verbo. pp. 11-49.

_____. (1978) *The making of Ancient Antiquity*. Cambridge; London: Harvard UP, 1993.

BROWNING, Robert. (2008) Education in the Roman Empire. In: CAMERON, Averil; Ward-Perkins, Bryan; WHITBY, Michael. (orgs.) *The Cambridge Ancient History: Late Antiquity – Empire and Successors, A.D. 425-600*. v. XIV. Cambridge: Cambridge UP. pp. 855-883.

CALBOLI, Gualtiero. (2009) Les modes chez Priscien (GL 3, 235.16-267.5). In: BARATIN, Marc; COLOMBAT, Bernard; HOLTZ, Louis. (eds.) *Priscien. Transmission et refondation de la grammaire de l'antiquité aux modernes*. Turnhout: Brepols. pp. 315-330.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975) *História da lingüística*. 6. ed. Tradução de Maria do Amparo Barbosa Azevedo. Petrópolis: Vozes.

CAVALLO, Guglielmo. (1975) Libros y público a fines de la antigüedad. In: _____. (dir.) *Libros, editores y público en el Mundo Antiguo: Guía histórica e crítica*. pp. 109-171.

_____. (1994) "I centri di cultura." In: *Storia d'Europa*. Volume II, Tomo 2. Preistoria e antichità, a cura di J. Guilaine e S. Settis. Torino: Einaudi, pp. 1189-1205.

CHAPANSKI, Gissele. (2003) *Uma tradução da Tékhne Grammatikē, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação de mestrado: UFPR.

COLEMAN, R.G.G. (2007) Greek and Latin. In : Christidis A.-F. (ed.) *A History of Ancient Greek : From the beginnings to late antiquity*. Cambridge: Cambridge UP.

CONTO, Luana de. (2009) *Institutio de nomine et pronomine et verbo de Prisciano: Tradução e Características*. Monografia de conclusão de curso: UFPR.

_____; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. (2010) *Prisciano e a história da gramática: considerações acerca da sintaxe e da morfologia*. Revista Eletrônica Antiguidade Clássica, v.5, n.1, ano III. pp. 85-99. Disponível em: www.antiguidadeclassica.com

_____. (2011) *O modelo de análise Palavra e Paradigma na Institutio de Prisciano: uma resposta à crítica de Taylor (2007)*. Revista Eletrônica Antiguidade Clássica, v.7, n.1, ano IV. Disponível em: www.antiguidadeclassica.com

HARRIS, William V. (1989) *Ancient Literacy*. Cambridge; London: Harvard UP.

KASTER, Robert A. (1983) Notes on "Primary" and "Secondary" Schools in Late Antiquity. *Transactions of the American Philological Association*, v. 113. pp. 323-346.

_____. (1988) *Guardians of Language: The grammarian and Society in Late Antiquity*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press. (The Transformation of the Classical Heritage).

LAW, Vivien. (1986) Late Latin grammars in the Early Middle Ages: a typological history. *Historiographia Linguistica*, v. XIII: 2/3. Amsterdam: John Benjamins. pp. 365-380.

_____. (2003) *The History of Linguistics in Europe: From Plato to 1600*. Cambridge: University Press.

LEMERLE, Paul. (1991) *História de bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes.

MAIER, Franz Georg. (1972) *Las Transformaciones del Mundo Mediterraneo*. Mexico: Siglo XXI.

MARROU, Henri-Irénée. (1975) *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária.

NEVES, Maria Helena de Moura. (2002) *A gramática: história, teoria, análise e ensino*. São Paulo: UNESP.

NIGDELIS, P.; SOURIS, G. (2007) "The parallel use of Greek and Latin in the Greco-Roman world". Translated by Deborah Whitehouse. In: Christidis A.-F. (ed.) *A History of Ancient Greek : From the beginnings to late antiquity*. Cambridge : Cambridge UP.

PEREIRA, Isidro. (1990) *Dicionário grego-português e português-grego*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa.

PRISCIANUS CAESARIENSIS (1992) *Institutio de nomine et pronomine et verbo*. Edição de Marina Passalacqua. Urbino: Quattro Venti.

REYNOLDS, L.D.; WILSON, N.G. (1991) *Scribes and Scholars: A guide to the transmission of Greek & Latin Literature*. 3rd ed. Oxford: Clarendon Press.

ROBINS, Robert Henry (1951) *Ancient and Medieval Grammatical Theory in Europe: with particular reference to Modern Linguistic Doctrine*. London: G. Bell & Sons.

_____. (1979) *Pequena História da Linguística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Didático.

_____. (1993) *The Byzantine Grammarians: their place in history*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter.

SARRIS, Peter. (2002) The Eastern Roman Empire from Constantine to Heraclius (306-641) In: MANGO, Cyril. (ed.) *The Oxford History of Byzantium*. Oxford: Oxford UP.

TRASK, R.L. (2008) *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto.

VALENZA, Giovanna Mazzaro. (2010) *De Lingua Latina*, de Marcos Terêncio Varrão: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação de mestrado: UFPR.

VERGILIUS MARO, Publius. (1983) *Eneida*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília; São Paulo: A Montanha.

WARD-PERKINS, Brian. (2005) *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford UP.

WEEDWOOD, Barbara. (2002) *História concisa da lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.

APÊNDICE

ÍNDICE SISTEMATIZADO

1 Nome § 1 - 25

1.1 LETRAS FINAIS E TERMINAÇÕES § 1

1.1.1 PRIMEIRA DECLINAÇÃO § 2

Palavras em *-a* § 3; Palavras em *-as* e *-es* § 4.

1.1.2 SEGUNDA DECLINAÇÃO § 5

Palavras em *-er* § 6; Palavras em *-ir* § 7; Palavras em *-ur* § 8; Palavras em *-us* § 9; Palavras em *-eus* § 10; Palavras em *-um* § 11.

1.1.3 TERCEIRA DECLINAÇÃO § 12

Palavras em *-a*, ou *-e*, ou *-o* § 13; Palavras em *-c*, ou *-l*, ou *-n*, ou *-t*, ou *-x* § 14; Palavras em *-r* § 15; Palavras em *-s* § 16.

1.1.4 QUARTA DECLINAÇÃO § 17

Palavras em *-us* e *-um* § 17.

1.1.5 QUINTA DECLINAÇÃO § 18

Palavras em *-es* § 18.

1.2 CASOS OBLÍQUOS § 19

Primeira declinação § 20; Segunda declinação § 21; Terceira declinação § 22; Quarta declinação § 23; Quinta declinação § 24.

2 Pronome § 26 - 28

2.1 PRIMITIVOS § 27

2.2 DERIVADOS § 28

3 Verbo § 29 - 58

3.1 VERBOS QUE TERMINAM EM -O: PARADIGMA DO PRESENTE

3.1.1 TERMINAÇÕES DE 1ª E 2ª PESSOA DO SINGULAR PRESENTE

Primeira conjugação § 30 ; Segunda conjugação § 31; Terceira conjugação § 32; Quarta conjugação § 33.

3.1.2 PARADIGMA DAS DEMAIS PESSOAS DO PRESENTE

Paradigma do presente da primeira conjugação (-as) § 34 e Imperfeito §35; Paradigma do presente da segunda conjugação (-es) § 36; Paradigma do presente da terceira conjugação (-is) § 37.

3.2 TEMPOS QUE SEGUEM O PARADIGMAS DO PRESENTE

3.2.1 2ª PESSOA DO SINGULAR EM -AS: PRESENTE DA 1ª CONJUGAÇÃO § 39

Imperfeito e mais-que-perfeito; Optativo futuro e presente do subjuntivo (2ª, 3ª e 4ª).

3.2.2 2ª PESSOA DO SINGULAR EM -ES: PRESENTE DA 2ª CONJUGAÇÃO § 40

Futuro do indicativo (3ª e 4ª); Presente, imperfeito e mais-que-perfeito do optativo e imperfeito e mais-que-perfeito do subjuntivo; Futuro do optativo e presente do subjuntivo de 1ª conjugação

3.2.3 2ª PESSOA DO SINGULAR EM -IS: PRESENTE DA 3ª CONJUGAÇÃO § 40

Futuro do indicativo (1ª, 2ª e compostos do *eo* da quarta); Pretérito perfeito e futuro do subjuntivo.

3.3 PARADIGMA DO PRETÉRITO PERFEITO § 42

3.4 COMPOSIÇÃO DA 1ª PESSOA DE CADA TEMPO

3.4.1 MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO § 43

- 3.4.2 FUTURO DO INDICATIVO (1ª E 2ª CONJUGAÇÃO E 4ª EM *EO*) § 44
- 3.4.3 PRESENTE E FUTURO DO IMPERATIVO § 45
- 3.4.4 PRESENTE E O PRETÉRITO IMPERFEITO DO OPTATIVO § 46
- 3.4.5 PRETÉRITO PERFEITO E MAIS-QUE-PERFEITO DO OPTATIVO §46
- 3.4.6 FUTURO DO OPTATIVO E PRESENTE DO SUBJUNTIVO § 46
- 3.4.7 PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO § 47
- 3.4.8 PRETÉRITO PERFEITO E FUTURO DO SUBJUNTIVO § 47
- 3.4.9 MAIS-QUE-PERFEITO DO SUBJUNTIVO § 47
- 3.5 FORMAS INFINITIVAS ATIVAS: PRESENTE, PRETÉRITO E FUTURO § 48
- 3.6 PARTICÍPIAIS E SUPINOS § 49
- 3.7 VERBOS QUE TERMINAM EM -OR: PARADIGMA DO PRESENTE PASSIVO § 50
 - 3.7.1 ESTABELECIMENTO DO PARADIGMA § 51
 - 3.7.2 VERBOS QUE TERMINAM EM -M § 52
 - 3.7.3 PRESENTE E FUTURO DO IMPERATIVO § 54 - 55
 - 3.7.4 PRETÉRITO PERFEITO E MAIS-QUE-PERFEITO DE TODOS OS MODOS E FUTURO DO SUBJUNTIVO: PERÍFRASE COM *SUM* §56
- 3.8 FORMAS INFINITIVAS PASSIVAS: PRESENTE, PRETÉRITO E FUTURO §57
- 3.9 PARTICÍPIOS E NOMES VERBAIS § 58